

LEIDYLENI NOLASCO RODRIGUES BAGLI

**A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO MURIAEENSE NA EDUCAÇÃO DE 1871 A  
1930**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação para a obtenção do título de Magister Scientiae.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2018

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

B146a  
2018

Bagli, Leidyleni Nolasco Rodrigues, 1986-  
A atuação do poder público muriaeense na educação de  
1871 a 1930 / Leidyleni Nolasco Rodrigues Bagli. – Viçosa,  
MG, 2018.  
x, 107 f. : il. (algumas color.) ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 94-100.

1. Educação - História - Muriaé (MG). 2. Política pública.  
3. Muriaé (MG) - Educação - 1871-1930. 4. Brasil - História -  
República Velha, 1889-1930. 5. Brasil - Política e governo -  
1889-1930. 6. Brasil - História - Império, 1822-1889.  
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Educação.  
Programa de Pós-Graduação em Educação. II. Título.

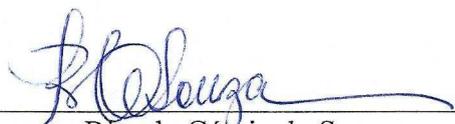
CDD 22. ed. 370.98151

LEIDYLENI NOLASCO RODRIGUES BAGLI

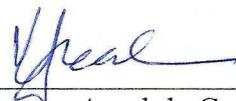
**A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO MURIAEENSE NA EDUCAÇÃO DE 1871 A  
1930**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Educação para a obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 04 de maio de 2018.



Rita de Cássia de Souza



Rosana Areal de Carvalho



Denilson Santos de Azevedo  
(Orientador)

Ao meu amado marido Felipe Bagli

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus! Tudo o que tenho, tudo o que sou está depositado na minha fé em Deus, do qual eu dependo todos os dias! Obrigada Senhor Jesus por sua presença ser tão palpável em minha vida, sendo meu amigo fiel.

Também agradeço ao meu esposo Felipe Bagli. Meu fiel amigo, companheiro e amado. Você me ensina todos os dias o que é a fé. Agradeço por estar do meu lado, chorar e rir comigo e compartilhar cada linha dessa pesquisa. Não conseguiria sem você. Esse trabalho também é seu! Obrigada por cada mapa que você com tanto amor ajudou a fazer! Te amo!

Aos meus pais, que me deram um lar, uma educação e uma fé, Deus abençoe vocês e que vocês vejam os frutos do seu trabalho.

Também agradeço a Igreja Metodista por me acolher enquanto família na fé. A esses irmãos agradeço as orações, a força e amizade.

De semelhante forma, agradeço ao meu orientador Professor Denilson dos Santos Azevedo pela oportunidade e paciência com que me acompanhou nesse processo.

Estendo meus agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Viçosa, professores e funcionários por através de seu trabalho e dedicação tornar esse sonho possível.

Aos meus colegas de curso por me ensinarem tanto. Em especial, à minhas amadas Mayara Parmanhane, Amanda Soares e June Brasil, minhas amigas de vários momentos tristes e felizes. O que seria de mim sem a companhia de vocês. Vou levá-las comigo no coração aonde quer que eu vá, gratidão eterna.

Meus agradecimentos também aos funcionários e amigos do Arquivo Público Municipal de Muriaé –MG: Cida, Carlos, Gilda, Liliane e Sr. Zé. Obrigada pela força e dedicação. Por fazerem um trabalho tão primoroso dentro de condições tão desafiadoras. O esforço de vocês tornou essa pesquisa viável e serei sempre grata.

Termino meus agradecimentos na mesma tônica a qual comecei. Deus, obrigada!

O melhor de tudo é que Deus está conosco!

Rev. John Wesley

**LISTA DE MAPAS**

MAPA 1 – CADEIRAS PROVINCIAIS POR SEXO EM MURIAÉ (1870 A 1879).....	25
MAPA 2 – CADEIRAS PROVINCIAIS POR SEXO EM MURIAÉ DE (1880 A 1889) .....	32
MAPA 3 – ESCOLAS PÚBLICAS CRIADAS PELOS DISTRITOS (1893 A 1901).....	53
MAPA 4 – ESCOLAS PARTICULARES SUBVENCIONADAS PELA CÂMARA (1898 A 1904).....	60
MAPA 5 – ESCOLAS CRIADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL: 1898 A 1904.....	62
MAPA 6 – ESCOLAS PARTICULARES SUBVENCIONADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL: 1905 A 1920.....	76
MAPA 7 – ESCOLAS PÚBLICAS CRIADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL: 1905 A 1920 .....	80
MAPA 8 – ESCOLAS PARTICULARES SUBVENCIONADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL: 1921 A 1930.....	84
MAPA 9 – ESCOLAS PÚBLICAS CRIADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL: 1921 A 1930 .....	87

**LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 1 – ORÇAMENTO MUNICIPAL DE MURIAÉ (1905 A 1920) .....	71
GRÁFICO 2 – ORÇAMENTO DISPONÍVEL PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1905 A 1918 .....	72
GRÁFICO 3 – VERBA DE INSTRUÇÃO PÚBLICA: RELAÇÃO DISTRITO E SEDE .....	73
GRÁFICO 4 – RECEITA MUNICIPAL DE 1921 A 1924 .....	82
GRÁFICO 5 – VERBAS PARA INSTRUÇÃO PÚBLICA 1921 A 1924 .....	83

**LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 – TAXAS (%) DE ANALFABETISMO EM MURIAÉ (1872).....	26
TABELA 2 – VERBAS DISTRITAIS DESTINADAS À INSTRUÇÃO PÚBLICA.....	51

## RESUMO

BAGLI, Leidylene Nolasco Rodrigues, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2018. **A atuação do poder público muriaeense na educação de 1871 a 1930.** Orientador: Denilson Santos de Azevedo.

Este trabalho teve por objetivo analisar a História da Educação no município de Muriaé de 1871 a 1930. Para tanto, buscamos investigar as principais mudanças políticas-ideológicas-educacionais no período de transição do Brasil Império para o Brasil República em Minas Gerais; sintetizar o processo histórico de fundação e consolidação de Muriaé; e analisar como o poder municipal atuou nesse período, para promover a educação em seu território. Para efeito de coleta de dados tomamos por fontes as Atas da Câmara Municipal Muriaeense e os periódicos circulantes na região nos anos finais do Império e nos primeiros decênios da República. Trata-se de um trabalho historiográfico e para análise dos dados optamos pela análise documental em seu processo investigativo. A classificação do recorte que define este estudo é a autonomia local, que busca a constituição de sua identidade, também através da educação. O local aqui demarcado se refere a uma esfera geográfica, social e política, que se ergue mediante a um contexto pedagógico, isto é, de promoção da instrução. A partir da proclamação da República, os municípios passaram a ser os responsáveis pela educação em seus domínios, o que também ocorre com o município de Muriaé. Portanto, o nosso empreendimento buscou responder a seguinte questão: de que forma a atuação do Poder Público Municipal da Muriaé de 1871 a 1930 administrou e organizou a educação local? A Muriaé de 1871 a 1930 era um território vasto, majoritariamente rural e analfabeto, liderado por uma elite cafeicultora, que buscava a crescente transformação do espaço público municipal nos anseios pela modernidade e pela constituição de sua identidade. Este estudo, portanto, é fruto, do reconhecimento do município como lócus de uma história a ser construída, como agente produtor de documentações que podem nos desvelar um passado ainda vívido que certamente influencia o presente. Assim sendo, identificou-se o desenvolvimento do aparelho burocrático municipal conforme se avançam os anos da era republicana, com o progressivo investimento na modernização do espaço urbano e na educação. Ao longo dos anos criaram-se cada vez mais escolas e grupos escolares, contudo o índice de analfabetismo era significativo até meados da década de 1920. O que se notou foi o empreendimento municipal na área da instrução, mas, em contrapartida, observaram-se as limitações financeiras e estruturais do município, tendo o Estado como financiador dos projetos de melhorias locais.

## ABSTRACT

BAGLI, Leidyleni Nolasco Rodrigues, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2018.  
**The performance of the muriaeense public power in the education of 1871 to 1930.**  
Adviser: Denilson Santos de Azevedo.

This study has the purpose of analyzing the History of Education in the municipality of Muriaé from 1871 to 1930. The analysis, we use as sources the Meeting Minutes of the Muriaeense City Council and the periodicals circulating in the region in the final years of the Empire and in the first decades of the Republic. The classification of the cut that defines this study is the local autonomy, which seeks the constitution of its identity, also through education. The place demarcated here refers to a geographic, social and political sphere, which arises in face of a pedagogical context, that is, the promotion of instruction. From the proclamation of the Republic the municipalities become responsible for the education in their domains, which also occurs with the municipality of Muriaé. Therefore, our endeavor seeks to answer the following question: how did the administration of the Municipal Government of Muriaé from 1871 to 1930 managed and organized local education? Muriaé from 1871 to 1930 was a vast territory, mostly rural and illiterate, led by a coffee farms elite, who sought the growing transformation of the municipal public space in the yearnings for modernity and the constitution of its identity. This study, therefore, is the result of the recognition of the municipality as the locus of a history to be built, as an agent that produces documentations that can reveal a vivid past that certainly influences the present. Therefore, the development of the municipal bureaucratic apparatus was identified as the years of the republican period progressed, with the progressive investment in the modernization of urban space and education. Over the years more and more schools and school groups were created, but the illiteracy rate was significant until the mid-1920s. What was noticed was the municipal enterprise in the area of education, but, in contrast, it was observed the financial and structural limitations of the municipality, and the State as the financier of the local improvement projects.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. A MURIAÉ IMPERIAL (1871 A 1889).....</b>	<b>10</b>
1.1 MURIAÉ: ORIGENS HISTÓRICAS .....	10
1.2 A INSTRUÇÃO PÚBLICA EM MINAS GERAIS .....	18
1.3 A EDUCAÇÃO EM MURIAÉ .....	23
<b>2. A MURIAÉ REPUBLICANA – PARTE I (1890 A 1904).....</b>	<b>37</b>
2.1 A REPÚBLICA E A EDUCAÇÃO.....	37
2.2 A MURIAÉ REPUBLICANA.....	43
2.3 A EDUCAÇÃO NOS DISTRITOS DE MURIAHÉ: 1890-1898 .....	47
2.4 A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE 1898-1904.....	55
<b>3. REPUBLICA: PARTE II (1905 A 1930) .....</b>	<b>66</b>
3.1 A MURIAÉ REPUBLICANA DE 1905 A 1930 .....	66
3.2 A EDUCAÇÃO EM MURIAÉ DE 1905 A 1920: O DESENVOLVIMENTISMO MURIAEENSE .....	69
3.3 A EDUCAÇÃO EM MURIAÉ DE 1921 A 1930 .....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>91</b>
<b>4. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>94</b>
<b>5. APÊNDICES .....</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é fruto de uma análise da História da Educação em Muriaé no período de 1871 a 1930, tempo histórico relativo aos anos finais do império brasileiro até os anos 30 da era republicana. A delimitação do recorte temporal apresentado se justifica pela presença de documentações desse período no Arquivo Municipal de Muriaé. Iniciamos a investigação no ano de 1871 por ser a mais antiga das Atas da Câmara municipal, e encerramos em 1930, por representar o fechamento do que chamamos de Primeira República no Brasil<sup>1</sup>. Portanto, reconhecemos o município como lócus de uma história a ser construída, como agente produtor de documentações que podem nos desvelar um passado ainda vívido que, certamente, influencia o presente. Assim sendo, buscamos subsídios para compreender a história educacional muriaeense a partir de sua organização política.

Muriaé é uma das sete microrregiões da Zona da Mata Mineira ao lado de Cataguases, Juiz de Fora, Manhuaçu, Ponte Nova, Ubá e Viçosa. Possui uma população de 100.765 habitantes em um território compreendido em 843,3 Km<sup>2</sup>, segundo dados do IBGE de 2017<sup>2</sup>.

O interesse por esse município é pessoal, visto que sou natural de Muriaé. Em contato com a linha de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação “Educação, Instituições, Memória e Subjetividade”, observei a necessidade de investir em pesquisas educacionais que privilegiassem meu lugar de origem. A partir disso, busquei como questão norteadora do estudo proposto, compreender de que forma a atuação do Poder Público Municipal da Muriaé de 1871 a 1930 administrou e organizou a educação local? Sendo assim, investigamos as principais mudanças políticas-ideológicas-educacionais no período de transição do Brasil Império para o Brasil República em Minas Gerais; Sintetizamos o processo histórico de fundação e consolidação de Muriaé; e analisamos como o poder municipal atuou em 1871-1930 para promover a educação em seu território.

A pesquisa em questão se organiza com uma introdução e três capítulos e considerações finais. Por se tratar de um período extenso (1871 a 1930), optamos por criar vários recortes temporais, na finalidade de facilitar o entendimento. Dessa forma, o primeiro trata acerca da história do município muriaeense, levando em conta sua fundação e emancipação, apresentando um breve histórico no período imperial, pontuando o desenvolvimento e as principais características deste território ao longo dos anos que

---

<sup>1</sup> Primeira República é o período que compreende entre 1889 a 1930.

<sup>2</sup> Dados estimados para o ano de 2017 segundo o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE, 2010.

delimitamos, como também, iniciaremos a nossa análise acerca da educação na Muriaé imperial de acordo com as fontes que encontramos. O segundo e o terceiro capítulos abordamos a República e Muriaé. No segundo capítulo iniciaremos no ano de 1890 a 1904, ou seja, do primeiro ano da República até o ano de 1904, afim de perceber, o processo educacional desenvolvido no município. O terceiro capítulo será dividido em dois recortes, o primeiro de 1905 a 1920, a fim de privilegiar os anos da administração de Silveira Brum, e 1921 a 1930, última década de nossa pesquisa. Por fim, estabeleceremos as nossas considerações finais acerca do estudo.

Nosso trabalho trilhou os caminhos da história, mais especificamente da História da Educação. E, por ser um trabalho de cunho historiográfico, ressalta-se que a história aqui é entendida para além de uma investigação dos eventos outrora ocorridos, mas é, também, percebida como “[...] um diálogo interminável entre o presente e o passado [...]”. (CARR, 1996, p. 29).

Nesse percurso, o uso de fontes<sup>3</sup> documentais foi imprescindível. Segundo o que aponta Phillips (1986), são considerados documentos “[...] quaisquer materiais escritos que possam ser usados como fonte de informação sobre o comportamento humano [...]”. (PHILLIPS apud LUDKE, 1986, p. 38). Portanto, as fontes podem ser quaisquer registros, quer sejam oficiais ou não. No caso do presente estudo, as fontes tratadas foram: Atas da Câmara Municipal; Atas dos conselhos distritais; jornais circulantes da época investigada; revistas de historiografia; mapas de professores estaduais do Arquivo Público Mineiro; Atas de Exames de alunos de Muriaé que se encontram no Arquivo Público Mineiro; e alguns dados estatísticos dessa periodização obtidos através do Instituto de Geografia e Estatística do Brasil – IBGE.

Tais fontes apontam para caminhos de um período histórico, trazendo à baila relações sociais, econômicas e políticas que moveram uma localidade e a constituíram em um determinado momento, ampliando o campo de visão acerca de sua historicidade. Porém, entendemos os limites desse instrumento. Levamos em conta que, apesar de se referir a certos documentos oficiais<sup>4</sup>, temos consciência da vulnerabilidade desse tipo de pesquisa. O fato de constituir-se em uma pesquisa histórica de cunho documental não elimina a subjetividade do

---

<sup>3</sup> O sentido aqui empregado para denominação fontes segue na perspectiva de Funari, ao entender que: “Fonte é uma metáfora, pois o sentido primeiro da palavra designa uma bica d’água, significado esse que é o mesmo nas línguas que originaram esse conceito, no francês, source, e no alemão, Quell. Todos se inspiraram no uso figurado do termo fons (fonte) em latim, da expressão “fonte de alguma coisa”, no sentido de origem, mas com um significado novo. Assim como das fontes d’água, das documentais jorrariam informações a serem usadas pelo historiador”. (FUNARI, 2006; apud TOLEDO; JUNIOR, 2012, p. 257).

<sup>4</sup> Oficiais no que se refere às Atas da Câmara Municipal e os Pareceres da Câmara Municipal de Muriaé.

pesquisador e, tanto o levantamento quanto as análises dos dados estão sujeitos à escolha, aos propósitos e às hipóteses da pesquisa. Nesse processo desafios seguiram devido à deficiência do material do Arquivo Municipal de Muriaé, que não continha todos os números dos periódicos referentes ao recorte temporal abordado, como também não possuía as Atas antecedentes ao ano de 1871.

Concernente ao império temos os Jornais “Muriaé” de 1887 a 1888, algumas Atas da Câmara e dados estatísticos sobre o analfabetismo<sup>5</sup>. Infelizmente, estes dados são escassos. No entanto, entendendo ser imprescindível para a construção dessa história, optamos pelo desafio de abordar esse momento histórico da educação local mesmo assim, somado a esse empreendimento, buscamos a literatura local para fornecer mais algumas informações acerca do contexto educacional do qual tratamos. A nossa intenção, a princípio, era alcançar a data imperial mais remota possível, já que esse período ainda é pouco explorado. Lamentavelmente, ainda não nos foi possível, sendo permissível começarmos apenas em 1871, por ser esse o documento municipal mais antigo até então encontrado.

Quanto à importância do uso de periódicos (jornais) como fonte, entendemos como Wirth (1975), que os jornais apresentam “os marcos do regionalismo mineiro”, sendo um “ pilar para a política, comércio e cultura no centro da gravidade do estado, a nível local”. (WIRTH, 1975, p. 134 apud GONÇALVES NETO, 2009, p. 160). Ao estudar o período de 1897 a 1940, esse autor pode notar o quanto a imprensa mineira interiorana cresceu ao longo dos anos, sendo a Zona da Mata uma das doze mesorregiões de Minas Gerais<sup>6</sup> e a segunda com o maior número de periódicos do estado nesse mesmo período, ficando atrás apenas da região sul (WIRTH, 1975, p. 134 apud GONÇALVES NETO, 2009, p. 160). Portanto, vemos os jornais como um importante aliado na busca dos indícios necessários para o nosso estudo, lembrando que estes não se limitavam apenas a questões locais, mais, também às regionais e nacionais. Nesse estudo em específico, os jornais também nos ajudaram na leitura das Atas, já que estes foram responsáveis pela divulgação das resoluções realizadas na Câmara.

O nosso tema central é a atuação do poder público muriaeense, por isso, o uso das Atas da Câmara Municipal e dos Conselhos Distritais foram indispensáveis para nos oferecerem luz sobre inúmeras questões ainda não exploradas pela história local. Demos prioridade às

---

<sup>5</sup> Cf. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE dos anos de 1872 e 1920, como também o Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1925.

<sup>6</sup> Mesorregião é uma subdivisão dos estados brasileiros composta por diversos municípios de uma área geográfica com características definidas por semelhanças econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em microrregiões. Foi criada pelo IBGE e é utilizada para fins estatísticos, não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa. A Zona da Mata é uma mesorregião formada por 142 municípios agrupados em sete microrregiões. (IBGE, 1990, p. 8.)

legislações presentes nesses documentos a fim de notar os empreendimentos do poder público muriaeense para o desenvolvimento da educação. Tais Atas, principalmente as que concernem ao império, não se encontravam em condições de análise adequada por falta de conservação.

Ao todo, lemos trinta livros de Atas, sendo que nove deles são as Atas dos Conselhos Distritais. Os primeiros livros de Atas de 1871 a 1873 e de 1879 a 1885 estão sumariamente em condições difíceis de leituras e, em dados momentos, incompletos. As páginas de muitas Atas estão rasgadas, rasuradas ou apagadas pelo tempo. As Atas a partir de 1888 possuem uma conservação melhor e são mais completas. Conforme adentramos o período republicano, essas Atas estão em melhores estados de uso. As Atas do Conselho Distrital estão em boas condições e tratam especificamente das demandas dos distritos, povoados e fazendas que pertenciam a esses distritos. Esses manuscritos foram produzidos pelos inúmeros secretários municipais e distritais que transitaram no período do qual abordamos.

As Atas iniciam sempre por um termo de abertura, local, data e representantes presentes, sempre começando pelos expedientes do dia, ou seja, pelas demandas não resolvidas da última reunião, passando a seguir para as petições e requerimentos, sendo estes últimos encaminhados para as comissões responsáveis pela análise e aprovação, ou não aprovação. Tal estilo de escrita segue o padrão de escrituração, sendo o modelo seguido pelos conselhos distritais. Em certos momentos, esses cronistas são estritamente específicos em suas transcrições e em outros não. Quanto a isso, o que podemos observar foi que nos documentos de 1898 a 1920, houve um crescente detalhamento a respeito da administração do município, incluindo em relação à educação. Como exemplo, percebemos, nos anos de 1898 e 1899, a atuação do inspetor de Instrução Pública local, o vereador Catta Preta, foi marcante. Outro fator que também podemos destacar foi a gestão do Antônio da Silveira Brum, nos anos de 1905 a 1907, 1908 a 1911, 1912 a 1915, 1916 a 1918, e 1919 a 1920. Destaca-se, nesse momento, uma progressão em termos de estrutura e educação, tendo relevância a criação dos grupos escolares em Muriaé.

Concluimos, então, que não apenas os aspectos físicos, culturais e econômicos foram desenvolvidos, como também a escrituração de todo o aparelho burocrático municipal. Em um contexto diferente, mas ainda reforçando a importância da escrituração, Magalhães (2014, p. 23) entende que a escrita camarária abriu a nós uma gama de registros:

A escrita camarária foi objectos de pragmáticas, mas também produto de escritvães. Enquanto oficiais e enquanto profissionais, os escritvães eram detentores de competências e de uma tradição, pelo que fomentaram a uniformidade e faziam a norma. Os passos da escrita (desde o apontamento em caderno ao rascunho e à escrita definitiva), que não deveria conter nem

enganos e nem rasuras, são um percurso em rigor e aperfeiçoamento idiossincráticos com a tomada de decisão.

Utilizamos também os Jornais Muriahé (1891, 1920 a 1930), o Alto do Muriahé, de 1892 a 1914 e O Operário, nas edições de 1929. O critério para a escolha dos jornais foi a periodização e o envolvimento na divulgação das resoluções da Câmara, havendo uma pré-seleção destes através de uma primeira leitura. Esses jornais também se encontravam no Arquivo Público Muriaeense em bom estado de conservação, tendo um número de sequências contínuas<sup>7</sup>.

Também queremos dar destaque à obra de Primitivo Moacyr, A instrução nas Províncias, que trabalha com as resoluções da Assembleia Provincial de Minas Gerais, que nos concedeu subsídios necessários para o diálogo entre o local e o regional no período do Império. Primitivo Moacyr foi servidor da Câmara dos Deputados entre 1895 a 1936, bacharel em direito e historiador da educação. O contexto de sua produção é o Estado Novo (1937 a 1945), no projeto de centralização do ensino. O autor transcreveu as resoluções e leis acerca da educação no período imperial, se envolvendo em uma análise que buscava historicamente as justificativas para a precarização do ensino no Brasil. No capítulo A província de Minas Gerais, observamos um estilo de escrita sem muitas interferências, ou seja, sua produção possuía um caráter mais descritivo, contendo em suas entrelinhas as falhas na difusão do ensino em Minas Gerais e de outras províncias do Brasil (OLIVEIRA; MACHADO, 2008, p. 3).

Usamos como apoio a Revista de Historiografia muriaeense da Fundação Henrique Hastenreiter, sendo esta a primeira produção acerca da história local<sup>8</sup>. Essa Revista possui sete volumes que abordam inúmeros temas da historicidade do município. Os 175 anos da História de Muriaé<sup>9</sup>, escrita por Maria Auxiliadora de Faria, é também, uma obra local, que aborda aspectos sobre Muriaé em tempos remotos. Tópicos da História de Muriaé<sup>10</sup>, escrito por Joel Peixoto, se propõe na mesma perspectiva, porém, dá prioridade a personalidades consideradas importantes para a região. Essas produções dos memorialistas locais merecem menção, já que em todas elas notamos a preocupação de fazê-las mediante a pesquisa documental de Atas, Jornais, Inventários post-mortem, dados do Judiciário etc.

---

<sup>7</sup> Sobre a quantidade de números encontrados no Arquivo Público muriaeense desses jornais abordaremos nos capítulos 2 e 3.

<sup>8</sup> Encontramos as edições de Número I de 1979 até o número VII de 1987.

<sup>9</sup> FARIA, Maria Auxiliadora de. Os 175 anos da história de Muriaé, 1995.

<sup>10</sup> PEIXOTO, Joel. Tópicos da História de Muriaé. Volumes I. 2013. Tópicos da História de Muriaé, Volume II, 2015.

Optamos, também, por recorrer a teses e dissertações que, mesmo trabalhando outras temáticas, nos servem de arcabouço acerca da história local, visto que se debruçam no encaixe de documentos e informações que constroem a história de Muriaé e região, principalmente no que se refere ao século XIX. Podemos, assim, citar a dissertação e a tese de Vitória Fernanda Schetini de Andrade (2013), sobre os batismos e apadrinhamentos de escravos e as questões referentes a terra e riquezas no Muriaé oitocentista. Também citamos a tese de Fernando Saraiva sobre o café e poder na Zona da Mata Mineira. A respeito da educação, temos o trabalho de Talitha Cabral sobre o Grupo Escolar Antônio da Silveira Brum. Outros dados a serem trabalhados são os do IBGE, 1872 e 1920, que nos nortearão quanto à situação do município em termos de dados sobre a educação e seus distritos.

O procedimento em relação aos documentos foi a leitura e transcrição de trechos referentes ao nosso objeto de estudo e, após isso, retornamos a leitura sucessivas vezes durante o processo, sempre na tentativa de perceber pistas e indícios. Lembramos que historiar é investir um olhar investigativo e levar em conta os detalhes, a princípio irrelevantes, mas que se observados e trabalhados podem ser imprescindíveis. Demos atenção especial às falas dos vereadores e jornalistas, tentando notar o discurso ideológico presente em suas manifestações acerca da educação. Lembrando-nos sempre do contexto e do lugar de fala desses legisladores e periodistas, tendo em mente, que a produção discursiva destes está atrelada a um cenário histórico nacional, regional e local, político, econômico e ideológico de produção da educação como a legitimadora da modernidade.

Primamos por expor alguns dados numéricos em tabelas e gráficos, acreditando ser esta a maneira mais consciente e clara de expor as proporções levantadas de forma objetiva. Entendemos como Faria Filho, que diz que: “a estatística como um objeto importante em si mesmo e, por outro lado, é imprescindível para a compreensão de várias facetas da história da educação brasileira” (1999, p. 199). Usamos desse recurso na consciência de sua complexidade, já que os números também possuem uma intencionalidade política, não sendo em momento algum, entendidos aqui como expressões neutras, mas, como instrumentos de intervenção social.

A classificação do recorte que define o nosso estudo é a autonomia local, que busca a constituição de sua identidade. O local aqui demarcado se refere a uma instância geográfica, social e política, que se ergue mediante a um contexto pedagógico, isto é, de promoção da instrução. Mesmo havendo determinantes externos nacionais, o local se reafirma como agente educativo, político e pedagógico autônomo (CARVALHO, CARVALHO, 2012, p. 68).

A redução do foco de análise para o local, ou seja, o município, não inibe a projeção para ângulos maiores ou até mesmo globais. Como nas palavras de Nobert Elias (2000 apud CARVALHO, 2010, p. 30):

Estudar os aspectos de uma figuração universal no âmbito de uma pequena comunidade impõe à investigação algumas limitações óbvias. Mas também tem suas vantagens. O uso de uma pequena comunidade social como foco da investigação de problemas igualmente encontráveis numa grande variedade de unidades sociais, maiores e mais diferenciadas, possibilita a exploração desses problemas com uma minúcia considerável — microscopicamente, por assim dizer. Pode-se construir um modelo explicativo, em pequena escala, da figuração que se acredita ser universal — um modelo pronto para ser testado, ampliado e, se necessário, revisto através da investigação de figurações correlatas em maior escala.

Embasamo-nos também na perspectiva de Município pedagógico cunhada pelo historiador português Justino Magalhães. Assim como no Brasil em 1834, com a promulgação do Ato Adicional, os municípios portugueses, na Revolução Liberal de 1820, foram responsabilizados pela educação em seus domínios. Os municípios dividiam com as freguesias as responsabilidades referentes à educação. Segundo Magalhães (2014, p. 5) a partir disso:

O município dispõe de uma administração e de órgãos específicos para o fomento da instrução pública. As autoridades do poder local dispõem de uma grande oportunidade para formarem e politizarem os seus cidadãos e as elites locais não a desprezaram. A integração municipal encontra na instrução pública uma nova oportunidade e um factor de construção de identidade.

Tal conceito foi trabalhado em Portugal, na Universidade de Lisboa, que através da elaboração de um Atlas-Repertório, quadros cartográficos e representativos da educação portuguesa de 1820 a 1986, utiliza o município como “unidade histórico-pedagógica”, abarcando três pontos centrais: a dimensão política e administrativa; a dimensão educativa (escolar) e cultural; representação e escrituração (MAGALHÃES, 2014, p. 6). A questão de estudo que gesta esse conceito é, segundo esse autor, “em que medida os municípios foram senhores em matéria de educação?”, partindo para uma análise de longa duração em várias dimensões locais de Portugal. Esse estudo permitiu observar posteriormente o contexto português de uma forma mais ampla e privilegiou o município como campo de análise, percebendo como estes trabalharam sua autonomia para o avanço da instrução. Sendo assim, o autor pode concluir que os municípios portugueses formam o que denominou de “município

pedagógico”, ou seja, uma instância administrativa que investiu e valorizou a educação. (MAGALHÃES, 2014, p. 6).

Vale salientar que esse conceito, especificamente, será mais bem trabalhado no período muriaeense republicano, já que foi nesse dado momento que a municipalidade possuiu maior reponsabilidade administrativa e fiscal, preocupando mais efetivamente com os aspectos de modernização local, as quais abrangiam a escola.

A utilização desse conceito está sendo utilizada em inúmeras pesquisas a respeito da história da educação local. Podemos citar o Núcleo de Estudos e Pesquisa de História e Historiografia da Educação (NEPHE), que desenvolve pesquisas na região do Triângulo Mineiro. Arelado a este, o projeto “Organização do ensino público e representações de educação e civilização em Minas Gerais: Uberabinha, 1888-1930 – Análise documental e interpretação” (financiado pelo CNPq) de Wenceslau Gonçalves Neto, que semelhante ao que fizemos, utilizam de Atas da Câmara Municipal como fonte de pesquisa e nota a cidade de Uberabinha (atual Uberaba) como um agente na história da educação local. Demais pesquisas também foram realizadas em outras localidades mineiras, como juiz de Fora, Uberaba e Diamantina. Esses investimentos proporcionaram a produção de um livro que aborda o tema<sup>11</sup>. Há também a tese de doutorado de Luciana Carvalho que realiza um estudo comparado entre Uberabinha (Minas Gerais) e Mafra (Portugal) na perspectiva do município pedagógico.

Nosso trabalho, por sua vez, está agregado a uma proposta de estudo aprovada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) no ano de 2017, coordenada pelo professor Denilson Santos de Azevedo, com objetivo de realizar a análise histórica e pedagógica das quatro microrregiões pertencentes à Zona da Mata mineira, a saber: Ubá, Muriaé, Ponte Nova e Viçosa. A intenção é investigar cada um desses municípios como entidades pedagógicas, visando, ao final de cada uma das análises, a comparação entre estes municípios, a fim de notar como se deu o processo de difusão da educação nessas localidades.

Por fim, acreditamos ser o nosso empreendimento não apenas produto desses investimentos acima citados, como também, um esforço de contribuição para a História da Educação brasileira.

O contexto da nossa investigação, Muriaé de 1871 a 1930, era um território vasto, majoritariamente rural e analfabeto, liderado por uma elite cafeicultora. As limitações físicas

---

<sup>11</sup> A obra organizada por Wenceslau Gonçalves Neto e Carlos Henrique de Carvalho se denomina: “O município e a educação no Brasil: Minas Gerais na primeira República”. O livro foi lançado pela Alínea Editora no ano de 2012 e reúne a análise de vários municípios de Minas Gerais.

e financeiras eram amplas, como percebemos nas arrecadações do município ao longo dos anos. Entretanto, houve um esforço crescente para que a educação acontecesse e revertesse os altos índices de analfabetismo. Cada vez mais, a própria população passou a requerer certos benefícios do poder público, incluindo a escola para seus filhos, conforme nos indicam as petições realizadas nos expedientes da Câmara Municipal de Muriaé, quando a criação de escolas começa a ser pleiteada por moradores no início do período republicano. Percebemos na periodização analisada a transformação do espaço público municipal, isto é, a urbanização, com melhorias na estrutura física e cultural do município, como por exemplo, pavimentações das ruas, criação de escolas, iluminação pública etc., o que ocasionou na progressiva redistribuição da população das zonas rurais para a área com maior infraestrutura, que passou a ser a sede (São Paulo do Muriaé).

Nossa pergunta emerge desse contexto: de que forma o Poder Público Municipal em Muriaé de 1871 a 1930 atuou para administrar e organizar a educação dos filhos dessa Muriaé a qual nos reportamos? É desse ponto que partimos na construção da história da educação local e no enalço de nossos objetivos, em uníssono com a prerrogativa de Rocha (2010, p. 131) de que “[...] não basta fazer a exegese dos argumentos do decreto e suas justificativas. Entendê-lo é fazer a genealogia da argumentação, buscando em tempos pregressos as diferentes combinatórias que as presidiram”.

## 1. A MURIAÉ IMPERIAL (1871 A 1889)

### 1.1 Muriaé: origens históricas

Os sertões da Zona da Mata Mineira, um lugar inóspito, sem ocupação do homem branco e de exploração proibida pela coroa portuguesa até o século XVIII<sup>12</sup>. Lugar de índios, rios e matas densas e fechadas. Conforme nos aponta Capri (1916), a zona da mata mineira estava:

Perdida ali, naquele recanto de Minas, a Zona da Matta, assim chamada tradicionalmente pela quantidade de suas matas virgens, a pouco e pouco foi se foi desbravando e, à medida que o seu panorama majestoso se descortinava e as suas riquezas se descobriam, a população crescia rapidamente, estendendo-se por toda a parte [...] (CAPRI, 1916, p. 1).

Após o esgotamento do ouro, Mina se reorganiza em torno do mundo agrário estabelecendo novas fronteiras e lógicas, dando vasão a novos empreendimentos exploratórios onde a região da mata floresce, passando a ser habitada no início do século XIX. Seguindo o curso dos rios, a região leste da Mata Mineira oferecia “um rio navegável, pelo menos no baixo Muriaé” (ANDRADE, 2006, p. 38). Às margens dessas águas, os desbravadores se aventuraram em meio a essas matas densas e quase impenetráveis. Conforme Vitória Fernanda Schettini de Andrade (2006), apesar da localização do que viria ser Muriaé, ter sua proximidade com a cidade de Campos dos Goytacases/RJ, as condições geográficas, climáticas e a presença de nativos não domesticados, foram um dos fatores que influenciaram no tardio povoamento da região de Muriaé (ANDRADE, 2006, p. 31). Segundo a autora, desde o início do século XIX, Campos dos Goytacases (região Norte Fluminense do estado do RJ) era um conhecido centro comercial açucareiro e posteriormente cafeeiro, sendo este um polo de influência no povoamento e no desenvolvimento do município<sup>13</sup>.

A tradição local atribui a Constantino Pinto as glórias do pioneirismo. O Diretor dos índios<sup>14</sup> Guido Malière, escreve, após essa conquista, o relatório a seus superiores da seguinte

---

<sup>12</sup> Segundo Andrade, a coroa portuguesa proibiu a exploração da Zona da Mata Mineira, para não ampliar áreas além da mineração, sendo esta, uma tentativa de vigilância contra o contrabando de metal. (ANDRADE, 2006, p.29).

<sup>13</sup> A importância de Campos dos Goytacases para o município de Muriaé e arrabaldes se deu devido ao alto fluxo de mercadorias que escoavam pelas vias fluviais campistas e posteriormente pelas vias ferroviárias. A grande movimentação comercial permitiu a modernização do antigo porto de São José da Barra, que em 1876, possuía a empresa marítima denominada Companhia de Navegação de São João da Barra e Campos como também posteriormente o porto de Macaé-Campos e a ferrovia em 1888 da Company Leopoldina Raliway que ligava-se com outros ramais menores. Dentre os ramais estava o ramal de Muriaé ligado à linha de Manhauçu para Carangola e Carangola para províncias do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

<sup>14</sup> O cargo de diretor de índios foi criado em 3 de maio de 1757 para organizar e administrar o governo dos índios no Brasil. Criava-se populações indígenas fixadas em um território, sendo esta uma normativa a fim de

maneira: “Em Manoelburgo<sup>15</sup> está o diretor dos Índios Puris, com sua família, casa, Igreja, sino e moinho coberto de telha” (PEIXOTO, 2013, p. 11). O relatório de Maliérie especificava a presença de seu auxiliar tenente Constantino Pinto (CASTRO, 1979, p. 29).

Todavia, há quem atribua o pioneirismo aos campistas<sup>16</sup>, visto que, a região era visitada por estes, que vinham explorar a poaia<sup>17</sup>. Baseado nas documentações presentes na Câmara Municipal de Mariana, José Canêdo identificou a forte presença dos desbravadores e comerciantes de Campos dos Goytacazes (CANÊDO, 1977, p. 17).

Fundada como aldeamento em 1819<sup>18</sup>, esta localidade, até então considerada misteriosa, ganharia o nome, primariamente, de São Paulo do Manoel Burgo. Habitada pelos Puris. Anos depois, tornou-se distrito do município de Presídio (atual Visconde do Rio Branco) e em 1841, foi elevada à categoria de vila. Em 1855, com o nome de São Paulo do Muriahé. Por fim, dez anos depois, em 1865<sup>19</sup>, se emanciparia tornando cidade.

A demora da emancipação do município foi atribuída à falta de verbas para a construção de uma sede para o governo local, conforme as disposições das leis provinciais (VERMELHO, 1983, p.10). As feições geográficas únicas qualificam o território do qual iniciamos nossa pesquisa, visto, que a complexidade territorial influenciou diretamente nos resultados encontrados. No entanto, são estas formações rochosas, acidentadas, com largos picos, que a diferenciam e a qualificam como um município tipicamente mineiro. A princípio, enquanto Vila existia apenas uma rua dentro da sede do município, que começava no Rosário<sup>20</sup>, com poucas casas salteadas e seguindo o curso do Rio<sup>21</sup>.

O comércio era ativo, possuindo um centro comercial cafeeiro e a presença de um contingente relevante de comerciantes e tropeiros que transportavam o café para região central do Brasil (PEIXOTO, 2015, p. 64).

---

defender o território colonial. Coordenação Geral de Gestão de Documentos – Coged – Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=4817>. Acesso em: 20/12/2017.

<sup>15</sup> A região enquanto vila foi denominada São Paulo do Manoel Burgo.

<sup>16</sup> Oriundos da Região de Campos dos Goytacases, RJ.

<sup>17</sup> O primeiro fator que impulsionou a economia local foi a exploração da “Poaia” ou “Poalha”, uma erva vomitiva muito utilizada como remédio e extraída, principalmente para exportação

<sup>18</sup> Segundo consta no Auto de Medição de terras para os índios de 03 de setembro de 1819. Ibidem, p.24.

<sup>19</sup> Segundo o que conta a Revista de Historiografia Muriaeense, o nome de São Paulo do Muriahé será substituído por Muriahé (ainda com “h”) em 1923. Apenas a partir de 1930 com a reforma ortográfica haveria a supressão do “h” tornando-se apenas Muriaé. Ibidem, p. 59.

<sup>20</sup> A Rua do Rosário ainda é nos dias de hoje, muito conhecida na cidade, por situar-se nas proximidades do Bairro do Porto, perto das margens do rio Muriaé.

<sup>21</sup> Isso com relação à formação da sede São Paulo do Muriahé. (FARIA, 1995, p.40).

Conforme o primeiro livro de atas do alistamento eleitoral de Muriaé de 1854, a profissão de lavrador representava 95% da população masculina e que entre as muitas profissões presentes, havia um número considerável de negociantes, tropeiros, sapateiros, carpinteiros, seleiros, jornaleiros, alfaiates, cobradores, ferreiros, oleiros, caxeiros e bodeiros e apenas a presença de um professor público, isso em 1858<sup>22</sup> (FUNDAÇÃO HASTENREITER, 1977, p. 42).

Segundo Andrade (2017), o tropeirismo, em especial, era uma atividade comercial muito presente em São Paulo do Muriaé, o que dinamizava a economia local. Mesmo depois da presença da estrada de ferro, inaugurada em 1886, tal atividade ainda era imprescindível na abertura de novos mercados produtores e consumidores (ANDRADE, 2017, p. 4). Peixoto (2013, p. 64) corrobora com Andrade sobre a importância dos tropeiros para a economia da região alegando que:

Todos os anos partindo de Muriaé para a longa viagem até São Fidelis partinham incontáveis lotes de café ensacados em bolsões de couro cru alojados nas cangalhas dos animais. Sempre, a partir do mês de junho, incontáveis lotes de animais de carga iam percorrendo lentamente as estreitas e tortuosas trilhas, enfrentando toda a adversidade do tempo e do ambiente e da natureza hostil e perigosa (PEIXOTO, 2013, p. 64).

Mesmo emancipada, a cidade possuía características marcadamente rurais e escravistas, sendo proeminente o cultivo de cana de açúcar, milho, arroz e, posteriormente, do café. Jamila Câmara (2014, p. 45), ao analisar inventários post mortem de Muriaé no século XIX, encontra nesses documentos a menção de outras culturas agrícolas que aqueciam a economia da região, sendo esses outros cultivos simultâneos à produção de café. Na opinião de Câmara (2014), eram essas outras culturas que mantinham a economia local em épocas de baixa exportação cafeeira. No entanto, mesmo tendo períodos de baixa na produção e exportação, durante os anos finais do Império até a década de 30 da República, o café era a maior fonte de riqueza do Município.

---

<sup>22</sup> Tais dados foram levantados pelo autor alegando terem sido embasados no que atualmente é o Arquivo Histórico Municipal da Prefeitura de Muriaé, pertencente à FUNDART (Fundação de Artes e Cultura de Muriaé). A ata referida de 1854 consta, segundo a Fundação Hastenreiter, os dados das eleições de 1854. A Fundação Hastenreiter preocupou-se nesse momento em transcrever apenas parte da ata citada. As cifras sublinhadas de 95% de lavradores foram levantadas levando-se em conta que nem todos os habitantes homens se alistaram para tais eleições, visto que a obrigatoriedade do voto ainda não vigorava. Infelizmente a referida ata não foi encontrada no Arquivo Público Histórico Municipal de Muriaé para conferência dos dados.

O café foi o produto principal e mais marcante da economia local, trazendo consigo a modernização gradativa do município. Uma destas contribuições foi a construção de uma estrada de ferro na cidade. Conforme nos conta as Atas da Câmara de 1879, esse requerimento partiu dos próprios vereadores do município:

Foi lido um ofício da Diretoria da Estrada de Ferro da Leopoldina em resposta ao que esta Câmara lhe dirigiu pedindo que a referida Estrada venha a cidade, ao menos um Ramal no qual a Diretoria disse que vai expedir ordens ao Engenheiro Chefe para explorar a zona afim de que a referida Estrada venha a esta cidade no que logrou a máxima importância (MURIAHÉ, Câmara Municipal de Muriahé, 17 ago. 1883, p. 141).<sup>23</sup>

Os trilhos ferroviários proporcionaram o contato do “Brasil caipira com o universo político brasileiro” (DOIN et al, 2007, p.96), onde o desenvolvimento cafeeiro promoveu a disputa pelo exercício do poder público. A estrada de ferro traz em seus vagões o anseio pela modernização da cidade, como a eletricidade, o automóvel e mercadorias, promovendo também um contato mais direto com a capital.

Muriaé e seus distritos compunham uma vasta região produtora de café, com representantes cafeicultores que agenciavam seus interesses pessoais aos locais. Exemplo disso foi a petição do vereador Coronel Dominicano Antônio Monteiro de Castro, um dos grandes exportadores de café do município, de 1883, solicitando a instalação de uma linha da Leopoldina Railways (PEIXOTO, 2015, p. 67).

Aos poucos a caminhada rumo à modernização e ao progresso gerava no universo interiorano anseio por estruturas e comportamentos sociais mais requintados, como assim o eram nos grandes centros. A partir disso, códigos de higienização e posturas vão se tornando cada vez mais ordinários, fazendo com que a municipalidade estabelecesse disposições legais para comportamento comum, como a organização e conscientização do uso dos ambientes públicos, com demarcação e produção dos espaços sociais, com construção e padronização das praças, separação dos espaços privados, e proibições acerca do trânsito de animais<sup>24</sup>. Essas prerrogativas aumentaram substancialmente ao longo dos anos.

O embelezamento da cidade também se tornou um imperativo no imaginário social para que acontecesse o progresso. Uma cidade estruturada e atrativa seria “um incentivo para *engrandecimento d’esta zona pela entrada da imigração estrangeira nacional, que há de inevitavelmente procurar os pontos onde a fertilidade do solo se acha reunida ao progresso*

<sup>23</sup> Todas as citações diretas referentes às fontes documentais analisadas nesse trabalho serão apresentadas em itálico visando diferenciá-las do referencial bibliográfico.

<sup>24</sup> A exemplo disso a Resolução 3401 de 22 jun. 1886 e Art. 119. Posturas municipais. Muriahé, 22 jun. 1886 e 12 set. 1887.

da viação e a abundância dos commodos da vida”, como fomenta o jornal Muriahé em 1887. (PEREIRA, 09 out. 1887, p. 1).

O progresso, além de atrativo, expulsaria da vida cotidiana das cidades civilizadas as epidemias, que foram durante o século XIX e princípio do século XX, um dos problemas cotidianos tanto em Muriaé quanto em Minas Gerais. A varíola era uma das doenças mais presentes e temidas, como também a mais divulgada pela imprensa local. Diante da menor das aproximações, gerava-se o alarde por parte da população e da comunicação periódica local. Assim ocorreu com o distrito de Santa Luzia do Carangola, que vivenciou um cenário de horror por causa da varíola, como nos informa o jornal Muriahé: “*É sabido o estado reduzido da cidade de Santa Luzia do Carangola a varíola, a ponto de, segundo nos informam, caem os cadáveres dos variolosos devorados pelos cães*” (OLIVEIRA, 15 set. 1887, p. 2).

Nesse momento, dentro do município ainda não existia um hospital, já que este viria a ser inaugurado apenas no período republicano. Tais problemas demandavam duas situações comuns: primeiro, a vinda de médicos e enfermeiras de outras localidades. Segundo, a mobilização de médicos locais. Todavia, tanto uma decisão quanto a outra, geravam altas despesas para a Câmara de 1871 a 1930.

A Muriahé de 1871 a 1930 era feita através da junção de vários distritos<sup>25</sup>. O movimento de perda e anexação de territórios era constante. O próprio município, em si, fora formado pelo desmembramento de São João Batista do Presídio (VERMELHO, 1983, p. 11).

Notamos que, em vários casos, moradores de determinados distritos representavam insatisfação de pertencimento. A exemplo disso, no ano de 1873, a Câmara pleiteia, junto à Assembleia Provincial, as fixações das divisas com os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo (MURIAHÉ, Câmara Municipal de Muriahé, 09 jan. 1973, p. 115), sendo comuns as reclamações dos distritos para anexação e desmembramento<sup>26</sup>. No ano que iniciamos nosso estudo, 1871, a cidade era composta por 12 distritos<sup>27</sup>.

Os desmembramentos e anexações de território são característicos da história de Minas. Essa maleabilidade se ocasiona devido à flexibilização da política e, por consequência, constituiu no século XIX um território diverso e fragmentado internamente. Cada localidade

---

<sup>25</sup> O Município de Muriaé, até o ano de 2018, é composto por distritos e vilas. Ao todo são sete distritos e nove vilas segundo o IBGE sobre território e ambiente das cidades brasileiras. IBGE: Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/muriae/panorama>.

<sup>26</sup> Ao longo da leitura das Atas a relação Muriaé e Cataguases por conta da divisa de seus territórios é turbulenta.

<sup>27</sup> São Sebastião da Cachoeira Alegre, Santa Rita do Glória, São Sebastião da Mata (Eugenópolis), Patrocínio, Nossa Senhora da Glória, Conceição do Tombos de Carangola, Dolores da Vitória, São Francisco do Glória, Santa Luzia do Carangola, São Francisco de Paula, Boa Família e Leopoldina. FARIA, 1995, p. 42.

de Minas, como aponta Saraiva, foi influenciada por uma região central da economia brasileira, já que a região mineira é fronteira a essas áreas. Uma das consequências dessa heterogeneidade era o grande vulto de mudanças territoriais, fruto dos interesses das elites locais que buscavam poder mediante a autonomia político-administrativa, e dificultavam a gestão da província mineira. Sobre isso, Saraiva (2010, p. 4) afirma:

Estas demandas seguiam logicamente a vários interesses das classes dominantes locais, como o controle das populações (via delegados, policiais e juizes); das terras e demais ‘recursos naturais’ (como rios e minas); investimentos em infraestrutura de transporte (como estradas, pontes, ferrovias); instituições públicas (cadeias, escolas, tribunais...) e ainda nas eleições com a formação de uma ‘clientela’ e a possibilidade de eleição de representantes provinciais e gerais.

O autor ainda reforça que essa característica de Minas e da Zona da Mata Mineira expõe claramente os aspectos administrativos que dividia as regiões em inúmeras frações por ordem eclesiástica e, também, por características próprias da geografia que permitia a diversidade do território, conferindo, a cada município, peculiaridades únicas (SARAIVA, 2010, p. 30).

O município de Muriaé imperial da qual nos reportamos, possuía como maiores dispêndios administrativos, a cadeia e a manutenção dos presos pobres<sup>28</sup>, em todo o transcurso de 1871 a 1889. Essas despesas desaparecem dos documentos das atas, paulatinamente, conforme seguem os anos.

O número de reuniões feitas pela Câmara, também era um embargo administrativo, que segundo o escritor do Muriaé, eram trimestrais e não mensais. Isso delongava as decisões e processos necessários para o bom andamento da administração pública. Pelo que consta nas falas do jornal, esse era um hábito muito comum nas demais câmaras da Zona da Mata mineira.

É lamentável que a nossa municipalidade, a exemplo de tantas outras, ainda da zona matta, não se tenha resolvido a reunir mensalmente celebrando duas sessões, em vez de trimestralmente oito, como acontece actualmente o que traz grandes **(ilegível)** para fiscalização dos negócios municipais [...]. Em um município como este, que a municipalidade tem tudo a fazer, isto é, onde os diversos ramos de serviços que estão a seu cargo ou não foram ainda inaugurados ou que foram executados irregularmente, imperfeitamente, entendemos que há muito devia estar em prática a medida ora lembrada (AS REUNIÕES. PEREIRA, 18 out. 1887, p. 1).

---

<sup>28</sup> O termo “presos pobres” foi uma expressão muito utilizada nas atas para classificar os presos que recebiam donativos do município, mas não houve especificações e esclarecimentos dessa classificação e nem quais os critérios utilizados para sua definição.

Muriaé era em 1871<sup>29</sup> uma cidade emancipada, que se consolidava através do café e da exploração de mão de obra escrava e era também, povoada de estrangeiros italianos, turcos-sírios-libaneses. Os índices da população de Muriaé em 1872 nos esclarecem sobre sua composição social e nos revelam uma sociedade miscigenada e Católica (IBGE, 1872, p. 117).

Em 1872 Muriaé possuía uma população total de 27.682, sendo a maior concentração populacional presente nos distritos de Santa Luzia do Carangola, 14,93 %, Nossa Senhora do Glória, 13,42 %, São Francisco do Glória, 11,44 %. A sede, isto é, São Paulo do Muriahé, possuía uma cifra de 10,42 % (IBGE, 1872, p. 528). Destacamos os distritos de Nossa Senhora do Glória, São Francisco do Glória e Santa Luzia do Carangola como os maiores em índices populacionais<sup>30</sup>. A população escrava representava em todo o município cerca de 9 % entre homens e mulheres (idem). A população em idade escolar considerada pelo censo era de 6 a 15 anos e representava na paróquia de São Paulo do Muriaé a soma de 879 pessoas.

Os distritos com maior índice populacional em idade escolar entre os distritos eram Santa Luzia do Carangola com 667 meninos e meninas, São Sebastião da Mata com 600, Nossa Senhora das Dôres da Vitória com 514, Nossa Senhora do Glória com 463. Podemos observar que a maior concentração de indivíduos em idade escolar estava em São Paulo do Muriahé (879 crianças), isto de acordo com o censo de 1872 (IBGE, p. 1039-1068).

O censo de 1872 (IBGE, p. 1039-1068) também revela o perfil da mão de obra local, onde o maior contingente não possuía profissão especificada. Um exemplo disso era São Paulo do Muriahé, onde 37,44% dos profissionais estavam envolvidos em trabalhos agrários, enquanto 48,80% eram sem profissão, contando homens e mulheres (livres ou escravos), brasileiros e estrangeiros residentes na sede. Tais dados têm cifras semelhantes por todo o município e se os compararmos com aqueles apresentados pela Fundação Hastenreiter (1977)<sup>31</sup> para o ano de 1854, quando 95% da população masculina foi considerada lavradores, observarmos, assim, as dificuldades e contradições existentes nos levantamentos realizados no período oitocentista.

---

<sup>29</sup> Entendemos por Muriaé o município como todo. Quando nos referirmos à sede a chamaremos de São Paulo do Muriahé. No ano de 1871 a 1874 havia 12 distritos: São Paulo do Muriahé (Sede), Nossa Senhora do Glória, Patrocínio do Muriaé, Conceição do Tombos de Carangola, Dores da Vitória, São Francisco do Glória, Santa Luzia do Carangola, Santa Rita do Glória, São Sebastião da Mata, São Sebastião da Cachoeira Alegre, São Francisco do Capivara, São Francisco de Paula de Boa Família. De 1875 a 1877 a composição municipal muda, passando a ter dez distritos. Há anexação de Rosário da Limeira e Bom Jesus da Cachoeira Alegre, perdendo São Francisco do Capivara, Santa Luzia do Carangola, São Francisco do Carangola e Conceição do Tombos do Carangola. FARIA, 1995, p. 42.

<sup>30</sup> Dados serão apresentados no tópico 1.3.

<sup>31</sup> Mais especificações na pág. 22 ou ver FUNDAÇÃO HASTENREITER. Primeiro Alistamento Eleitoral da Vila de São Paulo do Muriaé. n.1. Ano I, Muriaé, 1977.

Quanto à liderança política local, a nossa averiguação nos livros dos memorialistas locais, como na obra de Joel Peixoto<sup>32</sup>, nos revela um corpo administrativo muito característico da Zona da Mata mineira, sendo este composto por coronéis, tenentes, médicos e advogados, alguns produtores de café e outros com uma tradição familiar e política.

Pelo que nos demonstra alguns documentos, como os jornais em Muriaé, mesmo obtendo um fluxo comercial atuante, o município demorou a melhorar suas condições de infraestrutura, como a iluminação das vias públicas. Esse último exemplo, sobre a iluminação, foi exposto no Jornal de 1887, no qual o protesto segue dizendo: “É imprescindível a necessidade de tratar da iluminação pública nesta cidade [...] esta riquíssima cidade mergulhada está em trevas, assim que o astro rei se esconde no céu” (OLIVEIRA, 01 set. 1887, p. 1).

Os indícios, identificados nas atas do poder público, demonstram problemas relativos ao trânsito dos munícipes, sendo as despesas da Câmara canalizadas para construção e manutenção de pontes, aterros, seguida de chafarizes, desvios, cemitérios, assim como, subvenções de vacinas e remédios para a população indigente e a alimentação para presos pobres. Podemos dizer que essas demandas eram responsáveis, durante todos os anos da Muriaé imperial que analisamos, pelo maior gasto do município, como este pedido para: “[...] que a Câmara autorize ao Fiscal a fazer reparos indispensáveis desde o largo São João até a Barra, esses reparos consistem em aterros, rasgões e capina, desmatamento das ruas” (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 12 jan. 1888, p. 55). “Foi lido o orçamento a fim de esgotar-se a lagoa na rua da Barra [...] O que foi *aprovado*”. (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 10 mai. 1881, p. 91).

Neste período, isto é 1871 a 1888, a administração local foi marcada por sucessivas lideranças que sempre se referem à arrecadação municipal como o maior desafio para a estruturação e desenvolvimento de Muriaé. As atas não apresentam com clareza os valores dispendidos por cada junta administrativa, mas diante da demanda para as melhorias em obras públicas, as resoluções ainda se manifestavam como insuficientes, sendo que os cofres municipais, durante o período do Império ainda eram muito dependentes dos investimentos províncias para execução de obras e melhorias locais (PEIXOTO, 2013, p. 30).

Portanto, através dos indícios que encontramos, a Muriaé imperial revela-se uma comunidade ainda pouco dotada de estruturas características de uma cidade mais moderna, ou

---

<sup>32</sup> Joel Peixoto escreveu entre os anos de 2013 e 2015, duas obras referentes à história local, chamada de Tópicos sobre a História de Muriahé, volumes I e II. O autor privilegia as principais figuras políticas locais e se baseia em muitos documentos, como as Atas da Câmara Municipal Muriaeense, por exemplo.

seja, no que se refere ao saneamento e à saúde pública, possuindo caracteres rurais, apesar de apresentar um comércio de café latente, que ganhou novos empreendimentos com a chegada da estrada de ferro. A Muriaé de 1871 a 1889 se recria em uma sociedade brasileira envolvida em muitas transformações sociais, políticas e econômicas e se constrói ante as novas demandas vividas pelo país nos anos finais da era imperial, como veremos a seguir.

## **1.2 A instrução pública em Minas Gerais**

Conforme nos afirma Wenceslau Gonçalves Neto (2015, p. 19), as preocupações mais efetivas com a educação no Brasil começam a se formar a partir da década de 1870, quando correntes de pensamento, advindas dos Estados Unidos e Europa desaguam no país. Segundo o mesmo autor, a corrida pela industrialização criava, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, uma nova demanda de ensino. Esta seria, portanto, a que priorizava a preparação do trabalhador por meio da instrução para atender às novas exigências do mercado. O Brasil, por sua vez, aderiu às premissas internacionais e colocava o analfabetismo no palco das discussões políticas e sociais.

Para Aurnheimer Filho (2008, p. 3), além das questões internacionais, existia a preocupação com a educação devido ao abolicionismo.

Existem ligações concretas na tentativa imperial de apontar um encaminhamento para uma consolidação do controle e direção plena da constituição da formação dos futuros trabalhadores livres e pobres com iniciativas semelhantes efetuadas em algumas das suas províncias. Portanto cada vez mais o uso do discurso recorrente da oportunidade de qualificação educativa da população para o trabalho tinha a funcionalidade básica de pretender solucionar a crise final de mão de obra que estava ficando cada vez mais próxima com o processo de redução da força produtiva da escravidão conforme a pressão abolicionista ficava muito acentuada.

Sendo assim, o cenário educacional mineiro também possuía a necessidade de reverter seus altos índices de analfabetismo, havendo, então, o interesse por parte de seu governo em prover a educação dentro de seus territórios. Contudo, as dificuldades de se atender à demanda existente dentro de um território vasto e diverso foi um dos maiores desafios da província.

O analfabetismo em Minas Gerais, a província mais populosa do Império, chegava a percentuais de 99,95 % entre homens e 99,97 % entre as mulheres, segundo os cálculos realizados embasados no censo brasileiro de 1872 (IBGE, 1872, p. 116).

As dificuldades se estendiam, com a população de 6 a 15 anos, no quesito frequência escolar. O censo de 1872 revelava que o número de meninas que frequentavam a escola era substancialmente menor ao de meninos. Cerca de 50 % e 90% das meninas não frequentavam a escola (IBGE, 1872, p. 117).

Observando também os dados do relatório de Ruy Barbosa do ano de 1878, vemos que o número de instituições de ensino primário em Minas Gerais era de 903 escolas, entre públicas e particulares. O relator, Ruy Barbosa, indica em seu levantamento que “Das escolas computadas nelle não se acham providas 152 em Minas Gerais” (BARBOSA, 1883, p. 8), ou seja, das 903 instituições, 152 delas não eram subvencionadas com regularidade pela província.

Faria Filho (1999) apresenta algumas estatísticas da educação no Império e é incisivo quanto à confiabilidade dos dados, mas também contundente quanto à realidade da instrução ao apresentar trechos das próprias falas dos referidos presidentes. Na apresentação do relatório do presidente Olegário Herculano d’Aquino e Castro, em 1885, o autor reforça que: “[...] às vésperas da Proclamação da República, a Província de Minas Gerais, uma das mais significativas no Império, apresentava um número de alunos inferior a 1 % em relação a seu número de total de habitantes”. (FARIA FILHO, 1999, p. 205). O que Faria Filho (1999) observa é que os gastos com a instrução Pública pelos municípios, principalmente do Sul e do Norte, eram significativos, mas não geravam mudanças concretas. As discussões na assembleia provincial eram frequentes, ano pós ano, reaparecendo sempre os mesmos problemas e, conseqüentemente, a mesma questão, isto é, se os resultados dos investimentos dispendidos para educação eram proveitosos. Em análise sobre as verbas para educação, Andrade e Carvalho (2009) observam que dentre nos anos de 1870 foram dispendidos 30,74 % do orçamento total, chegando até 31,9 % em 1885, sofrendo uma queda para 29,71 % em 1888 (ANDRADE; CARVALHO, 2009, p. 117). Dentre as medidas adotadas em tempo de dificuldade, a província criou uma caixa escolar com valores oriundos de multas, doações e das quotas orçamentarias, para compra de utensílios e materiais para alunos pobres. No entanto, como observamos nas falas dos Presidentes da Província, o problema educacional mineiro abrangia, não apenas a falta de recursos, mas também, a falta de planejamento nos empreendimentos disponíveis. Torna-se relevante destacar que, na província mineira o ensino particular também era incentivado e subvencionado pelo governo. Essa prática era comum devido, principalmente, à incapacidade financeira da província em atender a demanda existente.

Constatamos isso na fala do presidente Joaquim Pires Machado Portela: “Não há a necessidade por ora de criar mais cadeiras e sim fazer que sejam providas as que não estão e deem bons resultados” (MOACYR, 1940, p. 221).

Ponderemos ainda, os indicadores acerca do analfabetismo em Minas Gerais não significam exatidão nos cálculos, devido ao possível falseamento dos dados prestados ou até mesmo a aleatoriedade como foram recolhidos. Utilizamos essas estatísticas como indício de uma realidade possivelmente aproximada. No entanto, a situação dos relatórios dos presidentes da província mineira, por mais que divirjam em números, não o fazem quanto à ideia de que em Minas a instrução estava longe de alcançar índices representativos e animadores e a criação das escolas não significava o provimento destas.

Faria Filho (2003, p. 82) reforça que o empreendimento na educação se materializou em leis e decretos que, só no Império, foram ao todo 500 textos legais concernentes à educação na tentativa de mover a província para progredir nesse setor. Aparentemente, as legislações não acompanhavam os meios necessários para a manutenção e concretização de suas prerrogativas.

Para Andrade e Carvalho (2012), as leis instituídas em Minas Gerais no período do Império constituíram o aparato técnico, burocrático e administrativo, tornando, assim, o governo a principal referência na questão da instrução pública, ganhando a lei sentido pedagógico de formação de uma sociedade civilizada (ANDRADE; CARVALHO, 2009, p. 109). De acordo com Andrade e Carvalho (2012, p. 288), a legislação mineira sofria os reveses do movimento de centralização e descentralização do Brasil e das sucessivas mudanças ocorridas no governo. Os autores afirmam que:

Em todo o período o caráter político de intervenção legal baseava-se em um aspecto fundamental: a de que a lei seria necessária para que as instituições governamentais intervissem sobre a população com o objetivo de civiliza-la, preparando-a para contribuir com o progresso da nação. Outra característica da legislação, nesse período, é a conotação pedagógica da lei. Essa não era produzida para garantir direitos, mas sim moldar o caráter, ordenar as relações sociais e civilizar o povo (ANDRADE; CARVALHO, 2012, p. 288).

Para os autores, o número de leis estava atrelado ao mandato de presidentes provinciais os quais, dos quinze mandatos analisados, treze, prescreveram leis para a instrução. A troca sucessiva na presidência da província gerava instabilidade no setor educacional e comprometia os investimentos empregados (ANDRADE; CARVALHO, 2012). A falta de preparo dos professores e a má remuneração dos mesmos eram assuntos

frequentemente citados. Essas duas últimas questões referentes à profissão docente foram destacadas por Primitivo Moacyr (1940, p. 172).

Há leis e regulamentos muito bem escritos, mas na prática, na aplicação sente-se um grande vácuo a preencher, o professorado e a inspeção, e sem estas duas condições essenciais, não há instrução possível [...] A criação de escolas normais é de urgente necessidade. Não há bons professores sem dar-lhes escolas. Não há muita razão em atribuir o mal da instrução antes a incapacidade e desleixo dos professores, do que a falta absoluta de bom método de ensino. Ambas as causas atuam e são bem funestas [...] Ensina-se nas nossas escolas, com pequena diferença, como há 30 ou 40 anos passados, assinando apenas muito mal o nome e soletrando um ou outros manuscritos. A par da criação de escolas normais devem se aumentar os vencimentos dos professores — O professor deve ser bem instituído, bem remunerado e bem inspecionado.

As iniciativas materializadas através das leis e dos regulamentos mesmo com o objetivo educativo, como apontado anteriormente, não surtiam os efeitos esperados por seus legisladores.

Ao analisarmos as leis, decretos e falas da Assembleia provincial mineira transcritas por Primitivo Moacyr, notamos que, a partir de 1871, os problemas da educação em Minas permanecem, apesar de ser a pauta de muitas reuniões da assembleia provincial. De 1870 a 1889, vemos problemas recorrentes, tais como: falta de preparo dos professores; inexecução da lei de obrigatoriedade da frequência escolar, já instituída em 1835; mal-uso das verbas públicas; corrupção no exame de avaliação dos professores; baixa remuneração docente; e espaço físico escolar sem condições de uso. Quanto à situação docente, em específico, e sua falta de preparo, Mourão (1959, p. 80) atribuiu a não valorização docente como um dos principais fatores que prejudicavam o interesse pela profissão e pondera que:

Tanta exigência e tão pouca recompensa devem dar esse resultado, que faltam pessoas idôneas que a esta vida queira dedicar-se, assim, o remédio é aceitar os que propõem a suportar em tal condição, portanto não admira que nesta classe se encontrem muitos indivíduos sem as precisas habilitações para o ensino. (MOURÃO, 1959, p. 80).

Na província mineira, a regulação da profissão docente foi se tornando crescente, bem como as exigências atribuídas ao ser professor, isso, a fim de reverter as dificuldades enfrentadas pela educação. Baseada em leis e regimentos, a província paulatinamente criou critérios de conduta de homens e mulheres que concorriam ao cargo de professor. Sendo assim, além da maioria comprovada e da capacidade profissional, o tema da moralidade era frisado (OLIVEIRA, 2011, p. 37). Oliveira (2011) ainda aponta que os critérios

prescreviam condições para ser professor também estavam relacionadas ao estado civil. Homens e mulheres quando viúvos, casados e solteiros, deveriam comprovar sua situação através de documentação. Além dessas dificuldades, a exatidão dos índices de matriculados, de frequentes e habilitados a continuar com os estudos eram outros problemas enfrentados pela província. Isto é, o índice de alunos que se matriculavam nas escolas sofria uma queda significativa com relação à frequência escolar, tendo um novo declínio quando se tratava da competência desses alunos no seguimento dos estudos. Primitivo Moacyr (1940, p. 226) nos demonstra esse fator, ao apresentar o índice de 39 % alunos matriculados, de 22,1 % frequentes assíduos, e o número de alunos com condições de prosseguimento nos estudos de apenas 2,6 % em 1888. Em suma, além da necessidade de se reverter os índices de frequência, era necessário resolver as questões referentes ao desenvolvimento em sala de aula.

Mas, a pergunta que cabe é: Por quais motivos a frequência escolar na província era tão pequena em relação à matrícula? Mourão (1959) esclarece alguns motivos possíveis, partindo das características do território mineiro e outras peculiares da sociedade de então.

Vários fatores concorriam para diminuição da frequência nas escolas primárias, muito embora a lei obrigasse os responsáveis dos alunos a torná-los assíduos às aulas sob pena de multa. A distância em que ficavam por vezes os alunos de extensa região da sede da única escola existente, era, sem dúvida um dos principais motivos para a diminuição da assiduidade às aulas. Além disso, havia doenças muito temidas, como a bexiga, a febre amarela, e outras, algumas de caráter epidêmico. (MOURÃO, 1959, p. 16).

Notamos, através das ponderações desse autor, que as questões que demandam a frequência escolar podem estar para além dos aspectos associados à educação em si, mas também, relacionados a outras questões, como o trabalho infantil, usado no plantio e na colheita, como também ao uso da mão de obra infantil feminina nos trabalhos domésticos, devido à necessidade de manutenção da família e provisão de seu sustento (GOUVEA, 2007, p. 137).

A questão da legitimidade da escola ante a sociedade também foi um dos fatores que permeavam a questão da matrícula e da frequência escolar, como frisa Gouvea (2007, p. 136).

Por um lado, a forma escolar não tinha ainda legitimidade social como espaço de formação e aprendizagem para vida adulta. Numa sociedade preponderantemente iletrada, em que a circulação da escrita era precária, a aquisição da leitura e da escrita parece ainda não ser reconhecida como uma aprendizagem necessária a vida adulta por um significativo contingente das famílias. Especialmente no caso da população feminina em idade escolar, são frequentes as denúncias de recusa dos pais para enviarem as meninas às escolas.

As dificuldades existentes na escolarização só podem ser entendidas, considerando as tensões existentes entre grupos distintos da sociedade (GOUVEA, 2007, p. 139). Deste modo, que inúmeras foram as implicações que moveram os avanços e impedimentos da propagação da educação nas Minas imperial, que estão para além dos pontos os quais destacamos.

O que queremos ressaltar, é que a partir da década de 1870, década que iniciamos nosso estudo, as transformações políticas, sociais e econômicas implicaram na mudança da concepção social e no sentido da escola pública no Brasil e, conseqüentemente, em Minas Gerais. Como observamos anteriormente, o país vivia a transição do governo imperial rumo ao regime republicano que ambicionava, assim, a construção da cidadania, do direito ao voto e uma nova mão-de-obra mais qualificada visando atender as demandas do mercado. Durante todo o transcurso do império, Minas Gerais buscou, enquanto província, promover a educação através de investimentos e legislações.

### **1.3 A educação em Muriaé**

Poucos são os indícios existentes que permeiam a história da educação em Muriaé<sup>33</sup>, ou, pelo menos, poucos ainda restaram. De fato, encontramos poucas menções nas atas do poder da Câmara Municipal e recorremos ao periódico denominado Muriahé na tentativa de preencher algumas dessas lacunas. O que notamos nesse momento era o aparente controle da instrução pública local nas mãos da província, não existindo assim, uma organização municipal em relação às questões educacionais.

Com efeito, as atas do poder público de 1871 a 1889 não fazem referências diretas a criação de cadeiras municipais ou projetos de lei que sejam diretivos para a educação local. O que encontramos nesse dado momento são preocupações concernentes à manutenção da cadeia municipal e o acerto das divisas com outros municípios, uma das grandes preocupações para a sua constituição era a apropriação da própria territorialidade e de sua identificação quanto município. A princípio, poucos são os indícios de organização de um aparelho burocrático mais complexo mesmo em detrimento à tamanha demanda devido à extensão territorial a qual possuía. As preocupações concernentes, à educação muriaeense vagam no silêncio, ganhando pequenos feixes, de maneira variada e espaçada, a partir de 1880.

---

Ao longo dos anos, a necessidade de formação de uma nova classe trabalhadora também era um assunto muito recorrente, como observamos no periódico Murihaé, a libertação de escravos e as menções acerca dos prejuízos que a escravidão gerava à economia, bem como o profuso apelo à formação de uma nova classe trabalhadora eram comuns<sup>34</sup>. Isso, em paralelo às discussões acerca da educação na província e município, e a questões relativas à imigração de europeus. O que se pode afirmar é que Muriaé, assim como todo o Brasil, vivenciava, nos últimos anos do Império, a campanha republicana, demonstrando o antagonismo entre cidadania e a falta de instrução popular. Sendo assim, “o ideário republicano já acena, pois, com a irreduzível incompatibilidade entre um sistema representativo e a ignorância popular” (BOTO, 1999, p. 257).

O cenário que se segue nas atas muriaeenses era de uma quase inexistência do papel municipal para com a educação. Diante disso, a memória caligrafada pelo secretário da câmara, se refere apenas ao pagamento de um professor público, que na Ata de 1872 constava como Marciano Alvares Pereira, que era professor vinculado à província (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 14 mai. 1872, p. 90).

Segundo os mapas de cadeiras localizados nas anotações existentes no Arquivo Público Mineiro<sup>35</sup>, em todo município havia, entre os 1870 a 1879, aproximadamente 36 cadeiras providas pela província e espalhadas neste território, sendo que quatro delas eram femininas. Uma localizada na região de São Paulo do Murihaé (atual Muriaé), outra em Santa Luzia do Carangola (Carangola) e duas em São Sebastião da Mata (atual Eugenópolis). As outras 32 cadeiras estaduais eram masculinas, com destaque para São Sebastião da Mata (Eugenópolis), devido ao fato que, das três cadeiras existentes entre 1874 a 1877, duas eram femininas<sup>36</sup>.

A seguir, criamos um mapa com a distribuição das cadeiras masculinas e femininas no município de Muriaé. Observe que algumas cadeiras estão fora da demarcação no mapa. O delineamento exposto no mapa se refere ao contorno atual do município. Optamos por mantê-lo, para que o leitor observe a proporção do município no período do qual estudamos. Reforçamos que as demarcações pontuadas a seguir demonstram apenas a existência das cadeiras femininas e masculinas e não o número exato destas.

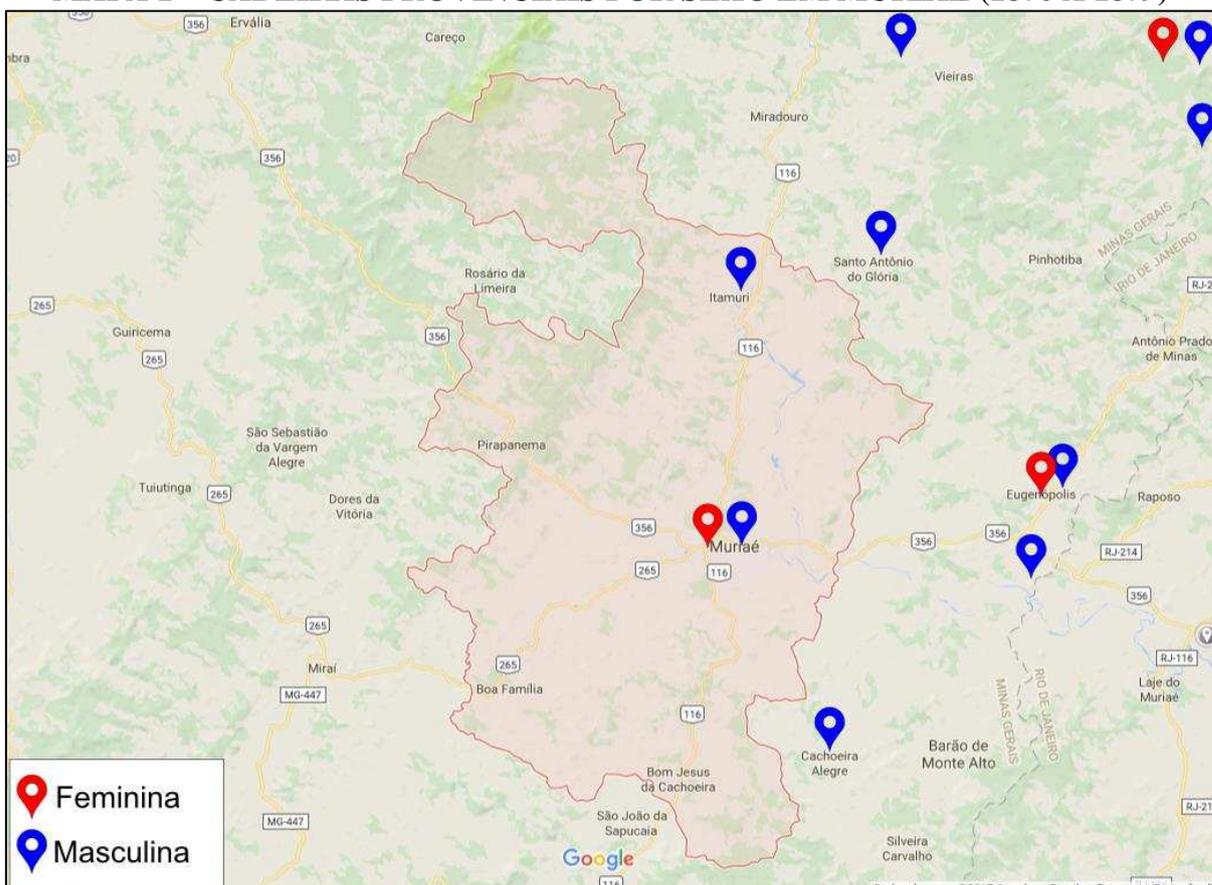
---

<sup>34</sup> A exemplo disso, vemos as colunas: A transformação do Trabalho na Mata. Essa coluna foi publicada na maioria das edições do Muriahé 1887-1888 APMM.

<sup>35</sup> Usaremos a partir daqui a sigla APM.

<sup>36</sup> Ver anexo de cadeiras estaduais.

### MAPA 1 – CADEIRAS PROVINCIAIS POR SEXO EM MURIAÉ (1870 A 1879)



**Fonte:** Mapa produzido pela autora por meio de informações retiradas do mapa das cadeiras dos professores provinciais (1870-1879) APM – ANEXO.

Podemos observar diante do mapa 1 os números de cadeiras provinciais dentro do município. Os dados sobre as cadeiras provinciais apresentam apenas a localidade, o nome do professor e a data da posse desses profissionais, não revelando se houve ou não a posse desses docentes e por quanto tempo atuaram no cargo.

De acordo com o censo de 1872, no município de Muriaé havia uma parcela pequena da população que frequentava a escola em relação a que não frequentava, sendo o município um retrato próximo da realidade que se estendia por Minas e pelo Brasil.

Conforme nos retrata o censo, o município de Muriaé em 1872 possuía 4675 crianças em idade escolar, dentre as quais 14,01 % frequentavam a escola, sendo que, de meninas apenas 4,60 % eram frequentes e dos meninos 9,41 %. Apresentado de outra forma, das 4.675 crianças de 6 a 15 que existiam dentro de todo território municipal, quase 4.020 não frequentavam a escola, uma média de 85,98 % total. Das meninas cerca de 90 % não frequentavam a escola e 82,51 % de meninos que não eram frequentes às aulas, uma diferença de 7,53 %.

Conforme o censo, o distrito sede tinha 441 meninos, sendo 62 meninos frequentes às aulas para 379 não frequentes, ou seja, 85,94% dos meninos em São Paulo do Muriaé não frequentavam a escola. Das 439 meninas, 7 frequentes e 431 não frequentes, sendo assim, 98,18% das meninas não frequentavam a escola.

Ao observar mais de perto, podemos notar que, de modo geral, por todo o município o número de meninas frequentes era menor do que o de meninos. Queremos destacar, que entre a população adulta, o índice de analfabetos também era significativo. A população masculina era maior do que a feminina, constituída por 14.431 homens e 13.251 mulheres, dos quais 81,80% dos homens eram analfabetos e 90,75% das mulheres eram analfabetas, uma diferença de 8,95% entre homens e mulheres.

São Paulo do Muriaé em específico apresenta no censo uma proporção de 85,55% de analfabetos entre a população adulta e 92,15% de meninos e meninas entre 6 a 15 anos que não frequentam a escola.

Conforme nos apontam os dados do IBGE, no que se refere a profissões, o censo apresenta uma categoria denominada profissões liberais, no quesito professores e homens de letras. Em São Paulo do Muriaé, constavam apenas dois, sendo estes estrangeiros. Essas proporções são muito semelhantes nos distritos do município. Vejamos o quadro sobre o analfabetismo, a seguir:

**TABELA 1 – TAXAS (%) DE ANALFABETISMO EM MURIAÉ (1872)**

<b>Localidades</b>	<b>Analfabetos adultos %</b>	<b>Crianças de 6 a 15 anos que não frequentam a escola</b>	<b>População infantil de 6 a 15 anos.</b>	<b>População total</b>
São Paulo de Muriaé	85,55%	92,15%	879	2887
Curato de Nossa Senhora das Dôres da Vitória (Miraí)	88%	94,55%	514	1784
Nossa Senhora da Glória (Itamuri)	84%	75,59%	463	3715
São Francisco do Glória (São Francisco da Glória)	87,14%	79,09%	397	3167
Santa Luzia do Carangola (Carangola)	87,66%	87,55%	667	4135

São Sebastião da Cachoeira Alegre (São Sebastião da Cachoeira Alegre)	80,97%	80,05%	366	2917
São Francisco de Assis da Capivara (Palma)	85,21%	79,16%	264	1853
São Francisco de Paula da Boa Família (Boa Família)	85,22%	94,54%	293	2450
São Sebastião da Mata (Eugenópolis)	88,95%	85,16%	600	2706
Nossa Senhora do Tombos do Carangola (Tombos)	89,36%	80,17%	232	2068

**Fonte:** Tabela produzida pela autora com informações retiradas do Recenseamento do Brasil (1872).

As relações de porcentagens foram calculadas tomando por referência a população total de cada distrito, ou seja, calculamos as porcentagens relativas ao número total de indivíduos livres em fase adulta e na faixa etária de 6 a 15 anos separadamente por distrito. Note que Nossa Senhora das Dôres da Vitória, Nossa Senhora dos Tombos do Carangola e Santa Luzia do Carangola possuíam o maior número de analfabetos em fase adulta em relação à população total. Na faixa etária de 6 a 15 anos, os distritos de São Francisco de Boa Família e Nossa Senhora das Dôres da Vitória possuíam as maiores porcentagens relativas à sua população total. Conforme o exposto das frações anteriores, os distritos do Município de Muriaé seguiam características semelhantes quanto às taxas de analfabetismo e infrequência escolar entre a população livre das taxas apresentadas por sua sede (São Paulo do Muriaé).

Ao analisar as Atas de Exame do Arquivo Público Mineiro de 1871 a 1889, notamos que os examinadores se deparavam com situações adversas ao arguir as crianças, sendo apontados 6 alunos “preparados” contra um total de 20 a 25 avaliados em Muriaé (MINAS GERAIS. Província de Minas Gerais, 1871 a 1888). Em outros momentos, a não execução da avaliação se dava mediante ao argumento do docente de não haver nenhum aluno (a) apto para realizar as avaliações.

Era o que ocorreu, por exemplo, na escola masculina de Santa Luzia do Carangola, do professor Gervaso José Silva Braga, do qual não houve exame em 1871, devido à alegação de

que nenhum aluno estava pronto para efetuá-lo (MINAS GERAIS. Província de Minas Gerais, 20 dez. 1871). O índice de alunos dessas escolas em Muriaé de 1871 a 1879 era em média de 20 a 53 alunos. Porém, a maioria das escolas possuía de 10 a 25 alunos frequentes (MINAS GERAIS. Província de Minas Gerais, 1871 a 1888).

No dia 26 de abril de 1880, vemos que o governo de Minas emitiu à Câmara a exigência de um relatório sobre diversos setores como agricultura, indústria e escolas agrícolas. Há também, posteriormente, a alusão de um delegado de instrução pública que requeria da Câmara providências de materiais para prover as aulas públicas, a que subvenciona neste momento, com cinco mil reis mensais, tais aulas (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 26 abr. 1880, p. 46).

No ano de 1881, a província de Minas pediu novamente um relatório à Câmara a respeito de vários setores do município, incluindo professores, alunos e o Ensino profissional. Não há caracterização da petição ou até mesmo uma relação apresentada nas atas, constatando nos termos da petição, apenas a urgência da resposta a ser remetida para o governo provincial. Nesse caso, podemos supor que a petição se refere às escolas existentes, mas que por sua vez, são subvencionadas por Minas Gerais e não por Muriahé (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 10 jan. 1881, p. 90).

Nesse momento, já no ano de 1884, “*ao paço da câmara municipal*”<sup>37</sup>, o vereador Dr. João de Souza Vianna indicava uma petição ao Presidente da Província a fim de preencher a cadeira de instrução primária da cidade de Muriaé, que em suas falas, “*achando-se muito tempo vaga*” (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 12 ago. 1884, p. 56). Posteriormente, a partir do ano de 1888, vemos a petição da criação do cargo de inspetor municipal de instrução pública que, na ocasião, foi escolhido o mesmo vereador João de Souza Vianna. Segundo os apontamentos das declarações deste vereador em 16 de junho de 1888, os problemas educacionais no município eram direcionados a província. Na indicação, o vereador Vianna, em requerimento à província, pedia a quantia de cinco mil reis para a construção de um prédio para escola pública<sup>38</sup>, apontada como “o único obstáculo de há muito tempo não haver aqui ensino público de ambos os sexos” (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 16 jun. 1888, p. 16).

Observamos nesses documentos, a sugestão de que as aulas públicas ou escolas eram em sua maioria subvencionadas pela província, recebendo ajuda da municipalidade apenas no

---

<sup>37</sup> Expressão fortemente usada nos termos de abertura das atas.

<sup>38</sup> Esse requerimento pode ter sido baseado na lei nº 2892 de 06 de novembro de 1882, que previa um auxílio para o município para a construções de prédios escolares.

que diz a respeito ao auxílio destinado aos alunos pobres e subvenções para compras de materiais como livros, penas para escrita e cadeiras. Isto feito, mediante as petições, como foi a súplica do delegado de Instrução Pública que requeria verba para os utensílios para as aulas. O que se segue também era a cobrança, por parte da câmara, da presença desse inspetor na vigilância dessas mesmas aulas.

Ao Doutor Inspetor de Instrução Pública, delegando assim a continua visita feita a Aula Pública masculina d'esta cidade, fazendo sentir o mesmo inspetor as necessidades e atender as reclamações do mesmo. A municipalidade dos alunos pobres, esta câmara consta-se a quantia de cinco mil reis por mês, e quanto a proposta as despesas do respectivo suplicada para as compras de papel, penas e tintas, fica, entretanto, autorizada (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 10 mai. 1881, p. 129).

Diante dessa evidência e das lacunas existentes, recorreremos ao jornal Muriahé, o mais antigo da cidade, na tentativa de perceber mais alguns sinais que possam nos esclarecer em relação a situação do município de Muriaé. Vale destacar que localizamos as edições de 4 de setembro de 1887 a 10 de novembro de 1888, mas em dados momentos existem lacunas<sup>39</sup>.

Esse será um dos lócus da nossa discussão, já que, além de em dados momentos fomentarem a situação educacional do município, também estão permeadas de informações que revelam parte da composição social e de prestação de serviços na cidade, bem como de instituições privadas de ensino presentes nesse momento.

Pertencente ao proprietário Emiliano Moreira da Silva, o jornal Muriahé possuía publicações semanais e alegava a “completa neutralidade política”. Era composto de assuntos variados, desde colunas de protesto para benfeitorias públicas, informativos acerca da política local e mineira, contos, poesias e notas de falecimento.

O redator oficial, Estevam de Oliveira, na primeira edição que encontramos de 1887, já posicionava a vertente e a objetividade das publicações desse jornal: “Sem outra aspiração que não seja prestar dedicados serviços a *esta belíssima região*” e ainda “*o Muriaé não defende credo político de espécie alguma. Tomando posição em um ponto da absoluta neutralidade entre as lutas partidárias*” (OLIVEIRA, 01 set. 1887, p. 2). Todavia, mediante alguns posicionamentos frente a discussões a respeito da escravidão, por exemplo, as colunas apontam para uma tendência republicana.

Segundo Peixoto (2015, p. 244), o referido redator Estevam de Oliveira era jornalista e pedagogo e ocupou o cargo de inspetor escolar em Minas Gerais, tornando-se responsável em

---

<sup>39</sup> Encontramos as edições de número I de 01 de setembro de 1887 até a de número LI de 10 de novembro de 1888.

1922, como inspetor Regional de ensino, pela organização de diversas escolas normais em Muriaé e região. Também foi autor de um estudo sobre as reformas de ensino no Rio de Janeiro e São Paulo para reformulação do ensino público mineiro que embasou a Reforma João Pinheiro em 1906 (KAPPEL, 2010, p. 32).

Notoriamente, havia por parte do redator um envolvimento com as questões relacionadas ao ensino na província e na região. O que observamos nessas edições foram alguns comentários sobre a instrução na província de Minas e em Muriaé, possuindo sempre um teor voltado à responsabilidade da Assembleia Provincial.

Nas edições do jornal Muriahé existia a defesa, nos anos finais do Império, pela reformulação e mudança da instrução em Minas Gerais. Na edição de 1887 foi dedicada às questões inerentes à instrução na região. Pelo que consta na fala do redator, não havia no momento em questão, nenhuma cadeira funcionando, ainda que, nas somas do escritor, havia mais de 80 crianças em idade escolar só dentro da cidade de Muriaé. Os motivos que se seguem eram: a falta de provimento de casas para a atividade escolar, materiais para execução das aulas e o péssimo ordenado dados aos professores da província (OLIVEIRA, 04 set. 1887, p. 1).

Conforme nos esclarece o autor, o professorado além de mal remunerado tinha a responsabilidade de prover meios para que as aulas acontecessem: “Ora impossível para a um professor poder manter-se com a decência e decôro que exige o cargo, com o magro ordenado de 80\$000 mil reis mensais. Explicado está o motivo de não haver quem queira dedicar-se ao magistério” (OLIVEIRA, 1887, p. 2)<sup>40</sup>.

De acordo com o mapa das cadeiras provinciais presentes no Arquivo Público Mineiro no decênio de 1880 a 1889, havia na municipalidade 46 cadeiras sendo que quinze delas estavam dentro da cidade de São Paulo do Muriahé. Podemos notar que na década de 1880 o número de cadeiras femininas aumentou em relação à década de 1870 dentro do território de Muriaé. Como observamos no mapa da década de 1870, eram apenas 4 cadeiras femininas em todo município e 32 masculinas, somando-se ao todo 36 cadeiras. A partir de 1880 a 1889 tinham 16 cadeiras femininas espalhadas dentro do município, um aumento de 12 cadeiras femininas da década anterior. Ao todo de 1880 a 1889 havia 46 cadeiras, um aumento total de 10 cadeiras em todo o território municipal, sendo que 30 destas eram masculinas, ou seja, menos duas cadeiras masculinas do que na década de 1870.

---

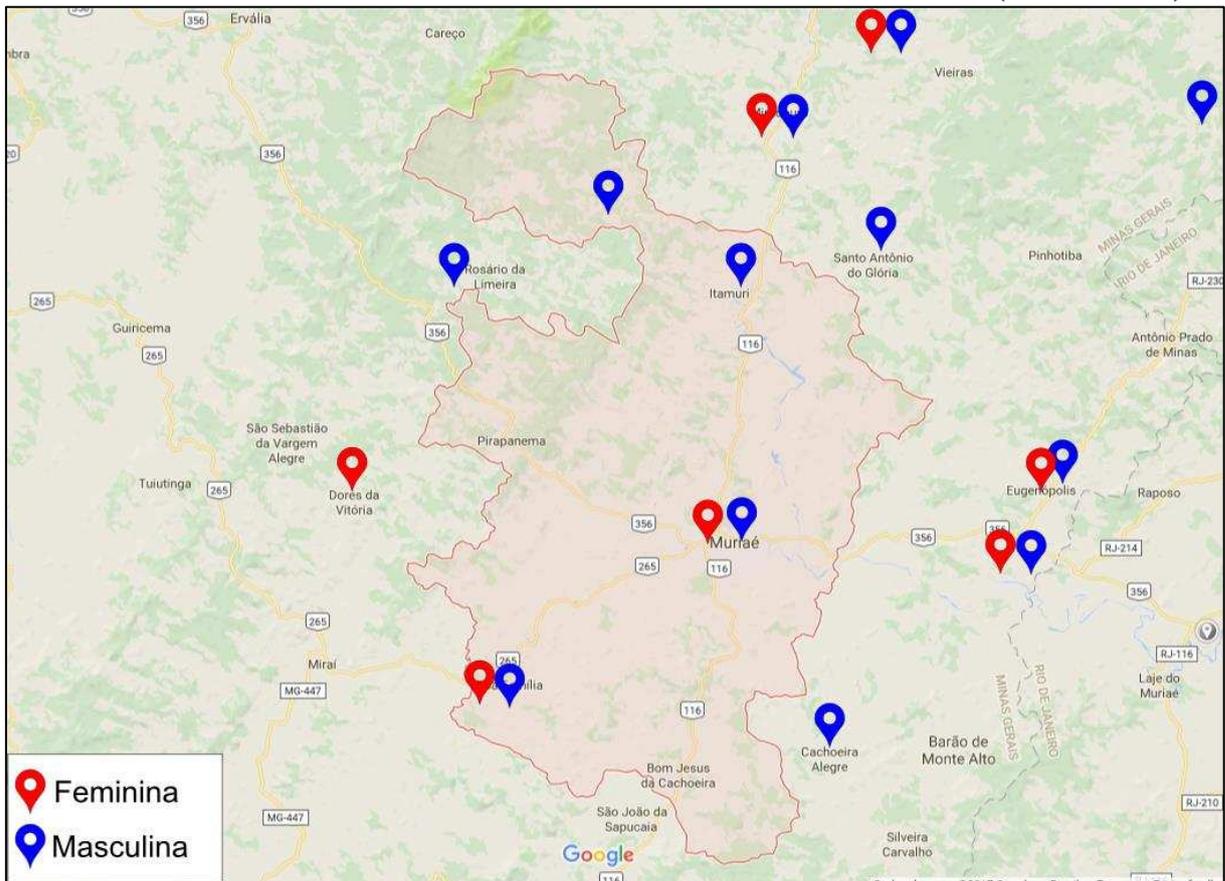
<sup>40</sup> Observação: A data do presente jornal se encontra ilegível, sendo possível apenas a leitura do ano da publicação.

Observe que as relações entre os dados da década de 1880 encontrado no Muriahé em relação aos encontrados no Arquivo Público Mineiro são incongruentes. Enquanto o primeiro alega a inexistência de escolas dentro de São Paulo do Muriahé, o mapa das cadeiras do Arquivo Público Mineiro apresenta realidades bem diferentes, computando cerca de 15 cadeiras. O confronto dos dados apresentados gera dúvidas acerca da existência e permanência dessas cadeiras no município. Para Faria Filho e Resende (2001, p. 96), os dados apresentados pelos relatórios oficiais em Minas Gerais no século XIX eram produzidos com aleatoriedade ou, em suas palavras, eram “claramente inventados”. As dificuldades da confiabilidade dos números oficiais, de acordo com os autores, envolvem a complexidade organizacional e a falta de um aparelho profissionalizado em Minas Gerais. O processo de levantamento dos dados trilhava um caminho complexo como podemos notar na avaliação dos autores a seguir:

O que observamos é que o processo de produção de dados não confiáveis passava também pelos encarregados, no escalão inferior, pela coleta e organização dos dados sobre a instrução pública, os inspetores. Estes, devido às mais diversas dificuldades (distância da escola, falta de meios de locomoção, estar cuidando de interesses pessoais, dentre outros), tantas vezes reconhecidas pelos gestores da instrução, não inspecionavam as aulas, mandando para a Diretoria de Instrução Pública os números que eram enviados pelos próprios professores (FARIA FILHO; RESENDE, 2001, p. 91).

Na tentativa de melhor visualização da distribuição das cadeiras estaduais, mapeamos a localidade onde estas se encontravam. Veja no mapa a seguir:

## MAPA 2 – CADEIRAS PROVINCIAIS POR SEXO EM MURIAÉ DE (1880 A 1889)<sup>41</sup>



**Fonte:** Mapa produzido pela autora a partir de informações retiradas do mapa das cadeiras de professores provinciais (1880-1889) – APM – Anexo

Poucos dias após o protesto do Muriaé da falta de uma cadeira ativa em São Paulo do Muriaé, em 18 de setembro de 1887 uma cadeira de instrução primária para o sexo masculino foi criada no bairro da Barra em São Paulo do Muriaé para atender a demanda local (Muriaé, 18 out. 1887, p. 2), e o mesmo jornal remeteu suas boas vindas ao professor que tomaria posse dessa cadeira em 13 de dezembro de 1887 (PEREIRA, 13 dez. 1887, p. 1).

Todavia, na edição do mesmo mês, o redator voltou a reclamar das condições da educação no município, já trazendo à Câmara a petição por intervenção da mesma em prol dessa demanda.

Sabe a ilustre, municipalidade que lhe incumbe mais como imediata representação dos interesses públicos cuidar dos meios de auxílio para o provimento efetivo das duas cadeiras de ensino. Com a atual organização da instrução pública da província, absolutamente ineficaz, se torna o sacrifício dos cofres públicos com a difusão da instrução primária, porque nenhum professor reconhecidamente habilitado quererá assumir o encargo

<sup>41</sup> Na década de 1880, o município possuía dez distritos: São Paulo do Muriaé (Sede), Nossa Senhora do Glória, Patrocínio do Muriaé, Dores da Vitória, São Francisco de Paula de Boa Família, Santa Rita do Glória, São Sebastião da Mata, São Sebastião da Cachoeira Alegre, Bom Jesus da Cachoeira Alegre e Rosário da Limeira. FARIA, 1995, p.42.

de tão nobre missão, sem que tenha garantidos os meios de honrada subsistência.

Ora, si a província garante ao professorado apenas insignificantes honorários, subordinados ainda ao custeio da escola, inclusive aluguel de casa, claro está que ninguém se arriscara ao nobre exercício do magistério, principalmente reputando-se na altura do cargo (PEREIRA, dez. 1887, p.1).

O destaque que damos às falas do redator são as condições de trabalho dos professores. Conforme salienta Kappal (2010, p. 68), Estevam de Oliveira tinha uma relação de preocupação com as condições do trabalho docente<sup>42</sup>. O que ocorria nesse momento era a inconsistência das políticas educacionais que se somavam à desvalorização profissional, às condições de trabalho insalubres com exigências que extrapolavam o espaço da sala de aula, levando o redator a conclamar uma participação mais efetiva do município em relação à instrução pública.

Nos últimos anos, alguns pesquisadores têm se preocupado em fazer o levantamento sobre as condições do trabalho docente no século XIX. As pesquisas defendem que os professores não eram alheios às normatizações de sua profissão e que, tanto a intervenção da província quanto suas próprias iniciativas para melhoria de suas condições, configuram a significação de ser professor no século XIX (OLIVEIRA, 2011, p. 32).

Na edição de 15 de abril de 1888, o colunista do Muriahé fomentava que a imprensa mineira defendia a necessidade de melhorias no ensino primário, mas que mesmo diante disso, mudanças significativas não estavam acontecendo na província.

Nem por isso moveram-se os poderes provinciais a volver um olhar da terna compaixão para as milhares de criancinhas, inocentes hoje, mas factores de horrorosos crimes amanhã, que jazem nas trevas da mais lamentável ignorância, ausentes de toda a noção do bem, tenha embora a Constituição do império garantido a todos os cidadãos instrução gratuita! (S.M.I, 15 abr. de 1888, p. 1).

Na edição de 22 de abril de 1888, as falas foram mais diretas, e fomentaram as condições a qual se encontrava a instrução na província.

Em nosso primeiro artigo sobre este assumpto deixamos bem evidenciado que, **somente a assembleia provincial devemos o estado de abandono**, o estado decadente em que se acha a instrução pública na província[...]. A população crescendo e estendendo-se por sobre cidades velhas e sem vida, por sobre uma lavoura agonizante, completa a ignorância, e os seus

---

<sup>42</sup> Kappel analisa o jornal juiz-forano o Correio de Minas entre os anos de 1897 a 1908 e a atuação de Estevam José d'Oliveira era proprietário e redator. A autora encontrou nos referidos jornais vários posicionamentos acerca da educação em Minas Gerais e Juiz de Fora, escritas por Oliveira.

necessários consecutórios: - o vício, o crime, e todo o fúnebre cortejo de funestas consequências! (Grifo do autor) (JACMOR, 22 abr. 1888, p. 1).

Nota-se que a província foi responsabilizada diretamente pela situação da educação em Minas Gerais. Nas falas dos deputados da Assembleia provincial mineira, por exemplo, existia a noção real dos problemas referentes à educação em Minas Gerais, como também eram sublinhados os investimentos despendidos e o aumento destes para instrução popular. Portanto, não seria o descaso a questão que envolve as cifras negativas da educação mineira, mas como nos esclarece Gouvea (2017) a fragilidade do governo de Minas em promover políticas que gerassem resultados mais efetivos.

A capacidade de captação de impostos, num Estado recente e pouco estruturado, com uma população empobrecida, determinava uma verba insuficiente para manutenção de um sistema eficiente de ensino. A precariedade do funcionamento das escolas elementares é, assim, fruto não de um desinteresse ou abandono pelo Estado, mas constitui-se consequência de sua fragilidade (GOUVEA, 2007, p. 129).

Nos relatórios de todos os presidentes da província de Minas Gerais de 1871 a 1888, consta a preocupação a respeito da instrução, sempre admitindo as mazelas existentes em detrimentos aos esforços empregados (MINAS GERAIS, 1871 a 1888).

Uma das medidas da província era o incentivo a instituições particulares de ensino. Analisando as propagandas existentes no mesmo jornal, notamos a criação do Colégio particular São Paulo. A chamada que se abria na oferta dessa prestação de serviços locais, anunciava-se mediante a um suposto abaixo assinado: “O abaixo assignado participa aos Srs. Pais de família que abriu um collégio de instrucção primária e secundária nesta cidade, recebendo alunos internos e externos (OLIVEIRA, 01 set. 1887, p. 5). O termo utilizado como “abaixo assignado” não esclarece a que exatamente se refere, apenas comunica a abertura dessa instituição de ensino.

Durante as edições seguintes, segue a propaganda do Colégio São Paulo, que atendia apenas a meninos, internos e externos, sendo este o primeiro indício, que temos notícias, de uma instituição de ensino particular em Muriaé.

Nas Atas da Câmara Municipal não encontramos nenhum vestígio desses colégios, contudo o jornal Muriahé aponta que a precariedade da instrução pública na região permitiu as sucessivas criações de instituições particulares de ensino que cresceram ao longo da República, muitas das quais, obtendo subvenção municipal.

Posteriormente, na edição de 9 outubro de 1887, surgiu a primeira oferta de educação particular para meninas por meio do Colégio Santa Leonor. Esta propaganda já apresentava mais especificamente as matérias a serem ensinadas na instituição, como línguas estrangeiras e atividades de costura e jardinagem. Ofereciam-se vagas para internas e externas, com exigências de pagamentos trimestrais adiantados.

No ano seguinte, em 08 de março de 1888, a propaganda escolar ganhou um novo nome o Colégio Vitor Hugo, oferecendo curso primário e secundário. Neste mesmo ano, foi noticiada a reabertura das aulas do Colégio São José (JACMOR, 22 abr. 1888, p. 1). Nas produções desse periódico, encontramos apenas a citação dessas instituições de ensino particular, no ano de 1888. Portanto, detectamos que essas escolas estão dentro da cidade de São Paulo do Muriaé o que não significa que não havia outras espalhadas pelos distritos. O silêncio das fontes nos leva a pensar que, a princípio, eram apenas estas, já que o jornal atendia o distrito sede e os demais distritos do município.

O jornal Muriahé defendia a perspectiva de que a criminalidade e as mazelas sociais são fruto da “ignorância” popular, que só poderiam ser vencidos através da educação formal. Eram inúmeros os paralelos entre o alto índice de criminalidade e os índices de analfabetismo infantil. Existia também a relação constante entre luz e trevas, e caracterizações da profissão docente atrelada ao vocativo missionário cristão, como “*nobre missão*” e “*ilustre vocação*”, como também a premissa de um futuro promissor através da educação.

Ao findar da Muriaé imperial, o município aparentemente possuía poucas escolas, se compararmos os números de cadeiras em relação à extensão territorial, das quais só encontramos as providas pela província. Não encontramos nenhum projeto efetivo desenvolvido pelo município para com a instrução pública e nenhuma medida de subvenção de para instituições particulares.

Notamos que, mesmo com cifras tão representativas de analfabetismo e infrequência escolar, o município não se manifestou ou interviu nas questões relativas à instrução pública, mesmo havendo um índice de 81,80% de analfabetos homens e 90,75% de mulheres analfabetas como revelam os dados do IBGE de 1872. Infelizmente não dispomos dos dados posteriores até a concretização da queda do Império. Conforme nos apresentam as atas, as condições estruturais e econômicas de saneamento, por exemplo, colaboraram para que o município não se desenvolvesse nesse sentido.

Percebemos, que a sucessiva troca de presidentes provinciais e o mal-uso dos investimentos aplicados em educação causaram instabilidade e prejuízos à instrução na província. Podemos conferir isso através dos altos índices de analfabetismo que se

mantiveram em todo período imperial. Uma das medidas adotadas pela província para reverter a situação da educação em seu território e compensar suas ausências foi o apoio a instituições privadas de ensino.

De semelhante forma, observamos que os problemas se estendiam quando se observa o índice de matriculados, frequentes e habitados. O número de alunos que eram matriculados caía quando se tratava da frequência escolar e despencavam quando o critério era o aproveitamento e habilitação para o seguimento dos estudos. Percebemos que, para além das questões escolares, existiam as necessidades sociais, ou seja, que muitas famílias não enviavam seus filhos para a escola porque necessitavam da mão de obra dessas crianças, tanto na lavoura quanto nos trabalhos domésticos.

Em suma, percebemos através do Muriaé que as condições da educação no município eram muito semelhantes à de toda a província de Minas Gerais no que diz respeito ao grande volume de indivíduos que ainda eram tidos como analfabetos. Notamos divergências nas documentações quanto a existência ou não das instituições pública de ensino criadas pela província e a construção de um ideário de culpabilização e constituição da profissão docente.

## 2. A MURIAÉ REPUBLICANA – PARTE I (1890 A 1904)

### 2.1 A República e a educação

A República emergiu de maneira inusitada no país, pelo menos essa é a impressão que o francês Max Leclerc expressou ao desembarcar nas terras brasileiras dias após o evento republicano. Andando pelas ruas do Rio de Janeiro, ele diz: “não percebia quaisquer sinais dos tempos” e complementa sua observação: “A revolução está terminada e ninguém parece discuti-la” (LECLERC, 1942, p.16 a 17) e ainda: “De dez pessoas a que se pergunte como a grande mudança se operou, dez ou quase dez são levadas a crer que isso se fez espontaneamente...” sobre a facilidade da tomada de poder pelos republicanos, se reforça que: “devem ter ficado eles próprios espantados de arrombar tão facilmente uma porta que acreditam fechada” (LECLERC, 1942, p. 22).

A República nasceu e as diferenças sociais foram perpetuadas em novo sistema governamental que “sinaliza a manutenção de um imobilismo social” (CARVALHO; SAVIANI, 2006, p.5213). O advento da República foi constituído por divergências políticas acerca da organização do novo regime. Conforme nos esclarece Fausto (1995), províncias como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul defendiam um sistema federativo que “assegurariam autonomia às unidades regionais” enquanto militares advogavam a presença de um estado forte e centralizado. Porém, como esclarece o autor, nenhuma dessas duas correntes era totalmente coesa, havendo dentro desses grupos, outros que destoavam entre si em alguns pontos do que deveria ser o novo governo brasileiro (FAUSTO, 1995, p. 245). Nas mãos dos militares, personificada em Marechal Deodoro da Fonseca e, posteriormente, em Floriano Peixoto, os primeiros anos da nova ordem foram marcados por desordem e conflitos, até o poder ser entregue nas mãos dos civis, ora paulistas, ora mineiros (VIOTTI, 1999, p. 402).

No que se refere estritamente à educação, a sociedade brasileira estava sendo forjada em dois basilares: o positivismo e o liberalismo. O positivismo é uma corrente de pensamento, que prega a neutralidade científica, a divisão e a objetividade do trabalho, tendo a educação como uma das instituições aptas para o direcionamento e a submissão das novas classes trabalhadoras. A educação, segundo essa proposta, não deve ser para todos, já que a divisão do trabalho também não o é (CARVALHO; CARVALHO, 2000, p. 88). Por sua vez, o liberalismo, foca nos princípios de igualdade, liberdade e cidadania, conferindo a todos as

mesmas oportunidades as quais são conquistadas através do mérito e do esforço individual, assim como nos esclarece Nascimento e Zalorenzi (2015):

A educação para a cidadania é explicada como sinônimo de direito à igualdade, a liberdade e a ampla participação do sujeito na sociedade como membro de uma comunidade política. Assegura-se, dessa forma, a igualdade de oportunidade via escola, na medida em que possibilita e oportuniza condições de acesso ao conhecimento igual para todos os indivíduos, porém, para obter sucesso, a competência é de cada um, uma vez que a utilização das oportunidades seria consequência dos usos das escolhas e de seu mérito (NASCIMENTO; ZALORENZI, 2015, p. 939).

Luciana Carvalho (2010) entende que, nesse momento, havia um “entusiasmo pela educação” e que existia a crença do seu poder para regenerar uma sociedade inculta, povoada por negros recém-alforriados, que necessitava de desenvolvimento. Nas palavras da autora:

E se pensava não só na formação moral e intelectual do povo, mas também em sua capacitação para o trabalho. Além disso, para que pudéssemos gerar algum tipo de tecnologia – fundamental ao desenvolvimento industrial, que não poderia ser feito sem escola. A educação surge como civilizadora, formadora do cidadão para República democrática que se anunciava, impulso para elevar o país ao estágio de nações desenvolvidas. (CARVALHO, 2010, p. 23).

Havia no discurso a expectativa do sucesso via educação, como o caminho para as luzes do progresso e para a modernidade, na contramão do obscurantismo dos inimigos da República.

As primeiras linhas que foram escritas sobre a educação no novo regime surgem na Carta Magna de 1891, através do governo provisório. Continha impressa nessa lei, o incentivo ao ensino primário, secundário e a laicização da educação (CARVALHO, 2010, p. 39). Para Veiga (2007 apud CARVALHO, 2010, p. 23) a instrução, era organizada da seguinte forma:

A legislação da escola pública primária, instituída, em novembro de 1890, estabelecia a gratuidade e a instrução laica, mas não a obrigatoriedade. O ensino nesse nível foi organização em dois graus. A escola primária de primeiro grau compreendia três cursos, distribuídos de acordo com a idade — elementar (de 6 a 9 anos), médio (9 a 11 anos) e superior (de 11 a 13 anos) — e cada curso se desenvolvia em duas classes graduadas. A de segundo grau tinha três classes graduadas e se destinava a alunos de 13 a 15 anos. Para ingressar no primário de segundo grau era necessário o certificado de estudos do primeiro grau. Havia classes separadas para meninos e meninas. A escola primária possuía características enciclopédicas.

Contudo, a Constituição Federal de 1891 não explicitava diretamente como seria o novo projeto de educação para o Brasil. A lei nacional se silenciou diante da carência de

instrução que sofria o país, provocando, assim, a descentralização. Diante disso, Montavão (2011) diz:

Os Estados Unidos do Brasil tratou pouco sobre a educação. O assunto foi tocado no capítulo das atribuições do Congresso Nacional, artigo 35, inciso 2º, que o incumbia, mas não privativamente de “animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos governos locais”. O vóeis federalista lançou as bases para descentralização das ações (MONTAVÃO, 2011, p. 223).

Os legisladores republicanos seguiram na perspectiva descentralizadora do Ato Adicional de 1834 e legaram aos, então, agora Estados, esse direito-dever de promover a educação em seus territórios. Para Romanelli (1986), a lógica descentralizadora demonstrava a ineficácia da educação e se deu devido às condições econômicas e sociais do Brasil, que não possuía capacidade administrativa de criar um projeto educacional que atendesse às necessidades do país nesse momento. Para a autora, fazia pouco sentido, para uma sociedade majoritariamente rural, o interesse pela instrução, sendo essa uma prerrogativa que cresce paulatinamente com o advento das camadas médias urbanas e a necessidade de maior qualificação para o trabalho.

Se a população se concentrava na zona Rural e técnicas de cultivo não exigiam nenhuma preparação, nem mesmo alfabetização, está claro que, para essa população camponesa, a escola não tinha qualquer interesse. Enquanto as classes médias e operárias urbanas procuravam a escola, porque dela precisassem para, de um lado, ascender na escala social e, de outro, obter um mínimo de condições para consecução de emprego nas poucas fábricas, para a grande massa composta de populações trabalhadoras na zona rural, a escola não oferecia qualquer motivação. Essa foi a razão pela qual o índice de analfabetismo no período foi bastante alto e as reivindicações escolares das classes emergentes puderam ser, de alguma forma, atendidas (ROMANELLI, 1986, p. 45).

A lógica de regeneração social através da instrução tinha também como princípio atrelar as lembranças do Império ao atraso. A República brasileira teve como diferencial o engendramento de uma nova estrutura escolar baseada no modelo paulista, como nos explica Schueler e Magaldi (2009) a seguir:

A escola primária experimental paulista afirmava-se, assim, como parâmetro para escolas públicas republicanas, referido, num sentido amplo, a organização escolar. O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava o método intuitivo; a divisão e

hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares entre outros (SHUELLER; MAGALDI, 2009, p. 42).

Na República estabeleceram-se também leis para o incentivo a instrução. A primeira das reformas educacionais republicanas foi a chamada Benjamim Constant<sup>43</sup>, em 1890, que tinha como um dos princípios básicos a laicidade do ensino e a oferta gratuita da escola primária e secundária. Essa reforma tentou criar um caráter de valor mais científico sobre o humanístico e valorizou o ensino seriado. Porém, a reforma não chegou se concretizar, devido a uma série de fatores explanados por Romanelli a seguir:

Faltava, porém, para a execução da reforma, além de uma infraestrutura institucional que pudesse assegurar-lhe a implantação, o apoio político das elites, que viam nas ideias do reformador uma ameaça perigosa a formação da juventude, cuja educação vinha, até então sendo pautada nos valores e padrões da velha mentalidade aristocrático-rural era toda uma estrutura social e econômica entrando no processo de formação do povo e colocando-se como entrave à renovação pedagógica (ROMANELLI, 1986, p. 42).

Para Carvalho (2012), as atitudes propaladas pelas políticas republicanas foram contraditórias, pois a propaganda e as ideias relacionadas com a educação não condiziam com os investimentos empregados. Contudo, para o autor, as questões relativas às condições negativas da instrução no país eram realidades históricas vividas desde a colonização portuguesa. Sendo assim, Carvalho provoca com um questionamento histórico importante:

Dito isto, até que ponto esse cenário educacional negativo não foi herança do passado do país, isto é, das condições de ex-colônia de Portugal e de morada da monarquia lusitana? Até que ponto essa elite preocupada em tornar o país mais civilizado pela educação não replicava a elite portuguesa que, também importou modelos de civilização e educação de outros países? (CARVALHO, 2012, p. 52).

Para Saviani (2004), apesar dos avanços mínimos referidos na literatura educacional acerca da educação na Primeira República, foi nesse momento histórico que a escola pública ganhou cada vez mais importância. Nas palavras do autor: “Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas, como objetivo a difusão do ensino a toda população” (SAVIANI, 2004, p. 18). Mesmo havendo avanços, as

---

<sup>43</sup> Benjamim Constant de Botelho Magalhães, militar, foi um dos principais propagadores das ideias positivistas dentro da escola militar.

desigualdades se perpetuaram, e a educação republicana não atingiu a meta de reverter as contradições sociais via instrução.

Para Luciana Carvalho (2010), as reformas e os empreendimentos dispostos pelo governo republicano demarcaram um “dualismo” no país.

Na tentativa de reestruturarem o modelo educacional, as reformas de ensino – embora sinalizassem mudanças na educação – reforçaram um dualismo ao legitimar os preceitos políticos firmados em nome do desenvolvimento e ao manterem as causas educacionais – demanda social – no campo político e econômico. Tais causas foram postas a serviço do poder e usadas para sustentar a ordem e o progresso que a elite dirigente almejava. Buscava-se homogeneizar a cultura por um consenso da unidade nacional, então alcançável via educação, instrução – mas uma instrução mínima necessária, ou seja, a educação primária (CARVALHO, 2010, p. 28).

Em outras palavras, o esforço empreendido a fim de resolver o problema do analfabetismo no Brasil estava diretamente ligado às necessidades proeminentes desse contexto, ou seja, de legitimar o direito à cidadania através de uma oferta de educação básica, isto é, por meio da leitura e da escrita.

A ideia de civilizar atrelada a modernizar se refere a um conceito de longa duração o qual a propaganda republicana se funda. São agenciados hábitos e costumes que traduzem o progresso e a singularidade do novo regime. Nesse processo, se cria novos sentido de ser aluno, de ser professor e de ser escola. A leitura e a escrita proporcionariam a possibilidade de se disciplinar condutas e criar um decoro social. O imperativo republicano valorizava a higiene, a limpeza, o comportamento social e, no que se refere à escola e sua estrutura, construções dignas de representar a imagem o novo governo, sendo assim para Costa (2008):

Nesse sentido, aliada à preocupação da limpeza e arrumação do espaço urbano, havia a tarefa da conversão da população mista e desorganizada em cidadãos, visto ser a República formada por cidadãos, habitantes da cidade e não mais súditos e escravos como nos tempos imperiais [...] Uma escola que articulasse em seu projeto pedagógico a instauração e a manutenção da ordem- condição precípua para o progresso, preceitos higiênicos, visando o cuidado físico e moral, que veiculasse valores tais como amor a pátria, o respeito e a veneração aos símbolos que a representam – a bandeira, os hinos etc.-, era parte de um projeto civilizatório nacional, que alçaria o país ao patamar das grandes nações do mundo como França, Inglaterra e Estados Unidos (COSTA, 2008, p. 97).

Com efeito, em Minas Gerais as preocupações giravam em torno do federalismo e da descentralização (SILVEIRA NETO, 1981, p. 226). Contudo, embora as elites mineiras se voltassem para modernização, os empreendimentos dispostos para a instrução atendiam a

vontade das oligarquias que ansiavam pela manutenção das estruturas sociais e seguiam, assim, na perspectiva da racionalização pedagógica. Em outras palavras, Minas seguiu o curso da formação de uma estrutura escolar que traduzia seus ideais republicanos e modernistas.

Os esforços do Estado mineiro em encontrar meios de se constituir como centro propalador de modernização e do desenvolvimento tinham, em contrapartida, as disputas por poder, que geravam a troca sucessiva dos presidentes estaduais. Tais implicações geravam uma descontinuidade nos processos e nos projetos da educação mineira. Somados a esses problemas, estava a crise financeira que ocasionou no estado, desde 1891, ajustes e economias que afetaram diretamente os investimentos para instrução. Segundo Mourão (1962), a crise financeira provocou até o fechamento de várias escolas estaduais (MOURÃO, 1962, p. 83).

Portanto, uma das marcas mais presentes nas sucessivas gestões do Estado mineiro são as reformas educacionais. Para Gonçalves Neto (2012), as sucessivas reformas em Minas Gerais até o ano de 1906 traduziam uma busca por um “modelo unificador”, que atendesse às expectativas dos legisladores mineiros.

Durante esse período, que vai da proclamação da República, ou mais precisamente da Constituição mineira de 1891 e da lei de instrução pública de 1892, até 1906, o estado de Minas Gerais buscava um “modelo” que lhe permitisse das conta, da melhor forma possível, do encargo da educação popular (GONÇALVES NETO, 2012, p. 24).

Foi nesse contexto que a atuação municipal discute os problemas educacionais dentro de seus espaços valendo-se de sua autonomia para investir e criar, dentro do município, um conjunto administrativo educacional próprio. Nas palavras de Durães (2012), “o município deixou de ser apenas um espaço político-administrativo e tornou-se, também, um espaço político-pedagógico que deveria refletir e sistematizar o processo educativo local e colocá-lo em prática” (DURÃES, 2012, p. 91). Essa categorização, ganha o nome de Município-Pedagógico, sendo um conceito que privilegia o recorte local como uma instância autônoma que, para além dos limites políticos-administrativos, conferem à educação um lugar de importância.

O município pedagógico é a entidade administrativa local na qual as autoridades constituídas, avançando para além das dimensões político-administrativa, promovem a educação a uma posição de centralidade para o alcance do desenvolvimento socioeconômico e para a legitimação do poder. Trata-se de uma categoria em formação, dado a seu uso recente, e tem sido identificada no Brasil na segunda metade do século XIX, possibilitada pela existência de uma legislação descentralizadora na gestão do ensino e a extensão da responsabilidade para com a instrução primária aos limites

municipais, levando a regulamentação e implementação locais dessa obrigação (GONÇALVES NETO, 2008, p. 1).

Entendemos que nesse momento, isto é, na República, valendo-se de sua autonomia, as lideranças de Muriaé procuravam constituir o município como agente educativo em seus domínios, tomando medidas de incentivo e propagação da instrução pública.

## 2.2 A Muriaé republicana

A proclamação da República foi ovacionada por alguns representantes da municipalidade, mas em contrapartida, foi rechaçada por alguns monarquistas. A intendência<sup>44</sup> foi o período mais turbulento politicamente em Muriaé, e perdurou de 1889 a 1902. Foi nesse momento que foi desfeita a antiga câmara e estabelecida uma câmara provisória até haver as eleições. A princípio o que ocorreu foi uma inteira mudança administrativa no agora em Muriaé Estado de Minas Gerais, que por sua vez, foi comunicada por sucessivas cartas à Câmara municipal. Dissolvia-se a Assembleia Provincial, substituíam-se os juízes de direito e dava-se posse a um governador interino (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 29 nov. 1889, p. 88). Devido às instabilidades políticas, a Câmara ficou sem sessões de 22 de julho a 18 de novembro de 1889, quando a República foi estabelecida formalmente. Durante quatro meses não houve reuniões, o que gerou uma série de atrasos na parte administrativa.

As notícias da instauração do novo regime se deram no município de Muriahé por meio de correspondência remetidas pelo governo de Minas Gerais. Tudo até então corria regimentalmente na Câmara, com suas reuniões e ocupações administrativas, agora já com a República conclamada. Contudo, na sessão extraordinária de 18 de novembro de 1889, o então presidente da Câmara Municipal discursa sobre o informe a respeito da política nacional, reiterando o seu apoio à nova forma de governo. Com o apoio majoritário da câmara, a foto de D. Pedro II foi retirada e substituída por um crucifixo (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 18 nov. 1889, p. 1).

O que a administração pública local não contava, até então, era com a sua dissolução enquanto câmara municipal, mesmo após o apoio declarado ao novo regime. A partir de 28 de

---

<sup>44</sup> Período de transição política da monarquia para a República, quando os representantes políticos atuantes no velho regime são retirados colocando-se outros em seu lugar.

janeiro de 1890, os intendentess passaram a administrar as querelas locais. O período da Intendência, como ficou nomeando, perdurou de 1890 a 1892.

De acordo com Gonçalves Neto, as câmaras municipais foram reabertas em Minas Gerais a partir de março de 1892. Na opinião do autor, nesse recesso no qual as câmaras foram geridas por um governo intendente escolhido pelo estado, foi o momento em que os municípios se preparavam para se organizar segundo a nova ordem política e administrativa republicana (GONÇALVES NETO, 2010, p. 190).

Infelizmente não encontramos nenhum jornal que aborde o momento em Muriaé, sendo a primeira edição republicana a qual encontramos datada de 1892, no período de reestruturação da câmara.

Durante a Intendência, as poucas questões acerca da educação local foram adiadas como a petição do então Inspetor Municipal de instrução pública, Horácio Catta Preta. A resolução de número 9 previa, portanto: “Que seja adiado o deferimento da petição em o Inspetor municipal Horácio Catta Preta pede de 144\$000 para compra de mobília para escolas públicas, até que preste os necessários cálculos de despesas para todas as escolas do *município*” (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 28 jan. 1889, p. 96). Essa é a primeira vez que vimos diretamente a menção de um inspetor municipal de instrução pública nas atas do poder público. Uma peculiaridade do período do governo provisório no município, a Intendência, presentes nas Atas do legislativo, foram as inúmeras auditorias, reclamações e pedidos de prestação de contas realizados em relação à administração anterior.

Dadas as novas transformações no cenário nacional, a começar pela libertação oficial dos cativos, o governo mineiro autorizou e incentivou a municipalidade a tomar medidas contra a instabilidade dos libertos na lavoura e a reprimir a vagabundagem (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 04 fev. 1890, p. 142). O que nos sugere que, por todo o estado, as instabilidades devido à transição da mão-de-obra aconteceram e se intensificaram com a mudança política.

Segundo Milagre Júnior (2014), uma das causas mais defendidas pelos republicanos era a correção e repressão à vadiagem. O ócio atrapalhava a ordem social e um dos imperativos defendidos pelo novo governo era o trabalho, que proporciona a regeneração do país (MILAGRE JÚNIOR 2014, p. 1). Era, portanto, imprescindível garantir a organização e integralidade do território nacional e quaisquer distúrbios representavam uma ameaça aos padrões erigidos pela bandeira republicana.

No mais, durante os anos de 1890 a 1898, não encontramos nenhum indício da atuação da Câmara. Não sabemos ao certo se a figura do corpo administrativo local fora apagada ou

diminuída pela fragmentação do poder com os distritos, ou se as memórias foram silenciadas pelo tempo com a degradação de documentos.

Conforme adentramos o ano de 1898 e seguimos na leitura das atas até 1930, notamos que o saneamento e as questões relativas à saúde pública também foram os problemas que ainda na República exigiam dos representantes da Câmara medidas imediatas. Tornando-se necessário apelar para o Estado por não possuir condições para o custeio nessas questões emergenciais. Surtos, febres epidêmicas e infecções intestinais eram comuns nos relatos dos jornais, dadas vezes, as notícias apontam muitas mortes no município. (BRUM, 19 abr. 1914, p. 3). A melhoria na rede de esgoto proporcionou ao município uma baixa considerável no caso das infecções (AQUINO, junho de 1914, p. 5)<sup>45</sup>.

Um ponto que nos chama atenção é o papel que os periódicos<sup>46</sup> exerciam tanto sobre as questões comportamentais (por exemplo, o papel da mulher) quanto em relação à higiene e à saúde. Muitas eram as orientações sobre a higiene particular e social nos jornais no período republicano, sendo cada vez mais lembradas e reforçadas ao haver comparações com países considerados mais avançados, como França e Estados Unidos.

Quando nos dirigimos para o censo de 1920, vemos algumas transformações e outras permanências. A população de Muriaé, por exemplo, representava nessa época 69.943 habitantes entre brasileiros e estrangeiros (IBGE, 1920, p. 447), um aumento significativo em relação à população de 1872, que representava um total 27.682 pessoas, um aumento, portanto, de 42.261 pessoas, ou seja, um aumento de 252,66%. Acreditamos que as melhorias estruturais como saneamento básico, hospital e luz elétrica, podem ser um dos fatores que contribuíram para este crescimento, como, reforça o jornal Alto do Muriahé de 1914, que atribuiu as melhorias no saneamento à queda do número de mortes no município. O que percebemos foi que, apesar de ainda ser uma sociedade majoritariamente rural, houve um crescimento urbano e também industrial. Quanto à indústria, notamos que o incentivo da Câmara através da isenção de impostos para certos setores como o têxtil, podem ter sido cruciais para esse desenvolvimento. Em concordância com Magalhães, entendemos que evolução urbana foi um dos atrativos para população rural em relação à sede, ou seja, São Paulo do Muriahé. Quanto a isso, este autor entende que:

---

<sup>45</sup> Observação: no presente documento o dia da publicação não se encontra legível.

<sup>46</sup> Nesse momento, da República, nos basearemos nas matérias publicadas nos jornais Alto do Muriahé - número I de 22 de fevereiro de 1914 ao número 273 de 21 de janeiro de 1921. O Muriahé, do número 19, de 19 de setembro de 1920 ao número 230 de 06 de outubro de 1930. O Operário, do número 457 de 27 de janeiro de 1929 ao número 514 de setembro de 1930.

[...] a afirmação e evolução do núcleo urbano, em resultado de uma economia de mercado fixa e de uma circulação de produtos, estão associadas a habitats e formas de vida urbana, gerando oportunidades e capilaridade social e atraindo as populações das zonas rurais. A rede viária, os espaços culturais e de lazer são, deste modo, indicadores de urbanidade e progresso, que favorecem a integração municipal (MAGALHÃES, 2014, p. 31).

Um fator que está evidenciado nessas frações foi o aumento substancial da população, dentro do distrito sede, seguido pelo distrito de Santa Rita do Glória (IBGE, 1920, p. 447). Se comparado com os dados de 1872, notamos um deslocamento populacional dos distritos para a sede do município<sup>47</sup>.

Beneficiamentos como gás, calçamentos e paralelepípedos nas ruas foram conquistados a partir de 1924 em São Paulo do Muriaé. As melhorias também eram feitas através de empréstimos com o estado, como foi, por exemplo, para as reformas da rede de esgoto e saneamento básico<sup>48</sup>. Conforme se adentravam os anos na República, muitos eram os requerimentos de empréstimos por parte da Câmara. Na gestão de Antônio da Silveira Brum (1905-1920), sua postura ante o estado como deputado Estadual e presidente da Câmara permitiram muitos acordos, incluindo os financeiros<sup>49</sup>.

Os tempos áureos do café sofreram vários revezes, conforme o que vimos nos jornais, sendo o declínio iminente no ano 1929. Uma das crises municipais relativas à exportação do café, a exemplo do que acabamos de afirmar, ocorreu com a primeira grande guerra (1914), colocando as exportações muriaeenses em condições muito difíceis, o que ocasionou um momento de crise crescente para o município. A saída proposta a esta dificuldade foi o incentivo à policultura, já praticada, para abastecer o mercado interno. A monocultura passa a ser caracterizada como pobreza, já que os revezes do mercado externo eram constantes e imprevisíveis (AOS LAVRADORES, 04 mar. 1917, p. 2).

Os anos que se aproximam ao final de nossa análise foram demarcados por fortes problemas econômicos que, devido à queda da bolsa de Nova York, geraram muitos transtornos para a administração pública, sendo assim, Peixoto (2013) reforça que:

Muriaé em 1929 contava com um número de 85 a 90 mil habitantes. Cerca de 9 a 10 mil viviam na sede do município e os demais, espalhados pelos distritos interligados à cidade por estradas precárias que eram

---

<sup>47</sup> Em 1872 o Município de Santa Luzia do Carangola possuía um maior contingente populacional que São Paulo do Muriaé, sendo o distrito mais populoso então, com 4.954 habitantes contra 3.744 de São Paulo do Muriaé.

<sup>48</sup> Ata de 01/09/1924; Ata de 28/02/1925. Atas de 01/11/1923 a 09/11/1926 - APMM.Cx.n.6. Veremos posteriormente a parceria município e estado mais presente no que se refere a construção de escolas.

<sup>49</sup> Acerca da gestão de Silveira Brum explicitaremos melhor no capítulo 3.

rudimentarmente adaptadas para caminhões e automóveis. Perfaziam um total de 150 km de estradas todas elas construídas e conservadas somente com os recursos provenientes dos tributos municipais. A prefeitura não tinha outra renda, senão aquela proveniente dos impostos (PEIXOTO, 2013, p. 162).

Quando acessamos as atas municipais de 1930, verificamos que estas estão comprometidas e não permitiram uma análise mais detalhada desse ano em nosso estudo, no que diz respeito às questões políticas e educacionais. Os jornais se concentram em 1929 e 1930, principalmente na questão política nacional e mineira.

No próximo tópico, trataremos da educação e notaremos um novo agente na história regional e local republicana, sendo os lócus de outra instância administrativa dentro do município: os distritos.

### **2.3 A educação nos distritos de Muriaé<sup>50</sup>: 1890-1898**

No presente subtópico recortaremos os anos de 1890 a 1898 para compreender a administração distrital, principalmente no que concerne à instrução pública e, posteriormente, de 1898 a 1904, quando o poder retornou para a Câmara Municipal. Fato este, transparente na leitura das atas, quando desaparecem as decisões distritais e as deliberações acerca do município e dos distritos, que passaram a ser discutidas pelos vereadores da Câmara. Iremos repetir o recorte no ano de 1898, devido ao fato de que as administrações distritais e municipais se confundem, ou seja, ainda notamos as decisões distritais acontecendo simultaneamente às da Câmara Municipal, o que, conseqüentemente, torna necessário observar este ano sobre a ótica distrital e municipal.

Na lei n.2 de 1891, a descentralização foi prescrita, que por sua vez, entendia que: “O município é a base da organização administrativa do Estado de Minas Gerais” (Art. 1º), sendo o município a “reunião de distritos, formando outra circunscrição administrativa, com direitos, interesses e obrigações distintas; pode, porém, constar de um só distrito” (Art. 2º) (GONÇAVEL NETO, 2010, p. 194). O distrito, como base da nova organização do Estado, formava os chamados conselhos distritais que deliberavam sobre questões mais localizadas e

---

<sup>50</sup> Os distritos que compõe o município de Muriaé nesse momento são: São Paulo do Muriaé (Sede), Nossa Senhora do Glória, Patrocínio do Muriaé, Dôres da Vitória, São Francisco de Paula de Boa Família, Santa Rita do Glória, São Sebastião da Cachoeira Alegre, Rosário da Limeira e Bom Jesus da Cachoeira Alegre. Essa composição permanece até 1923.

prestavam contas de sua administração à Câmara, dentre as questões mais relevantes, formava-se um novo grupo gestor da educação local.

Dentre outros fatores, o estado, em 1895, concedeu aos municípios autonomia quanto à administração, ao orçamento, à instrução e divisão dos distritos.

II. A administração municipal, inteiramente livre e independente, tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, será exercida em cada município por um conselho eleito pelo povo, com a denominação de Câmara municipal.

IV. O orçamento municipal, que será annuo e votado em época prefixada, a polícia local, a divisão distrital, a criação de empregos municipaes, a instrução primaria e profissional [...]

VI. O governo do Estado não poderá intervir em negócios peculiares do município, senão no caso de perturbação da ordem pública (MINAS GERAIS, 1895, p. 132).

De acordo com Gonçalves Neto (2009, p.173), “a constituição de Minas Gerais foi bastante liberal em termos de delimitação dos direitos municipais”.

Segundo Espíndola (2005), muitos distritos eram instalados antes mesmo da criação das freguesias ou paróquias, tendo apenas uma natureza administrativa, pois, possuíam serviços de policiamento e fiscalização. (ESPÍNDOLA, 2005, p. 51 apud ANDRADE, 2014, p. 3).

No entanto, na opinião de Silveira Neto (1979), com a República, Minas Gerais sofreu o reflexo de seu “federalismo exacerbado”. O autor defende que entre os anos 1891 a 1893, Minas foi mais “distritalista” do que Municipalista (SILVEIRA NETO, 1979, p. 99), ou seja, o papel importante dos distritos em Minas Gerais foi resultante da absorção dos ideais federalistas. O autor se baseou tanto na Constituição mineira de 1891, quanto nas discussões presentes nos Anais do Senado Mineiro, e notou que essa valorização distrital forçou o governo do estado a intervir e anular muitas decisões tomadas pelas Câmaras Municipais que, em muitos casos, foram consideradas abusivas.

Para Wenceslau Neto (2012), os legisladores mineiros levaram a descentralização ao sentido mais objetivo, conferindo aos municípios uma organização semelhante à dos estados, sendo Minas Gerais o Estado que mais proporcionou autonomia aos distritos. (GONÇALVES NETO, 2012, p. 35).

A Câmara municipal estava, nesse momento, composta por 7 a 15 membros e os distritos teriam um representante nessa assembleia, conforme a lei nº 2 de 14 de setembro de 1891 (Estatuto do Conselho distrital de Cachoeira Alegre, 1892, p. 2). Encontramos oito Atas

dos conselhos distritais locais<sup>51</sup> e o Estatuto administrativo dos Conselhos de Nossa Senhora do Glória e Bom Jesus da Cachoeira Alegre. O conselho era composto por cinco membros eleitos, sendo que um deles seria o chamado agente executivo, e seu período de atuação administrativa era de três anos<sup>52</sup>.

Segundo o que consta nesses estatutos, os conselhos distritais passaram a desfrutar de autonomia a partir de 1891<sup>53</sup> e imediatamente sobrevêm, assim, as primeiras atribuições que incluíam a promoção e fundação de escolas. No que regiam suas atribuições constam a criação, inspeção e subvenção das instituições de ensino. O estatuto de Nossa Senhora do Glória pontua que ao distrito competia:

*§2º Promoção e fundação de escolas d'instrucção, sujeito a inspeção de seu agente executivo.*

*§8º Fazer acontecer o regulamento das escolas e inspeccioná-las.*

*§15º Fará aquisição de utensílios, móveis, imóveis por compra ou alugueis para a instalação e funcionamento de escolas, matadouros, curral do conselho e mercados nas funções dos orçamentos (MURIAHÉ. Conselho de Nossa Senhora do Glória, 02 set. 1898, p. 2).*

Dentre outras prerrogativas, o conselho também legislava acerca do ordenado e da admissão dos professores, que, se possível, seria feita através de concurso. Esse exame abrangia, para além dos dispositivos de capacitação profissional, características de conduta no exercício de sua profissão.

Além de prova oral e escrita, com conteúdo sobre gramática, aritmética, história e geografia, os professores eram avaliados sobre conduta moral. Conforme observamos no estrato de 1898, a seguir:

*Incumbe aos professores dar aos alunos pela sua conducta, constantes exemplos de moralidade e de aplicação, ser solícito em dar-lhes bons conselhos e inspirar-lhes o sentimento de honra e de amor a pátria e as leis. Manter a ordem e a regularidade de sua escola, fazendo-se amado dos seus discípulos, esforçando-se pelo adiantamento deles e trata-los sem outra distinção que não seja o mérito. Explicar uma vez por semana a forma de governo republicano, direitos políticos e deveres dos cidadãos, fazendo-os centrar na Constituição da República Brasileira e explicando-a, comparecer aos trabalhos quinze minutos antes da hora marcada e não retirar-se da*

<sup>51</sup> As atas são do distrito de Nossa Senhora do Glória, Rosário da Limeira, São Francisco de Paula de Boa Família, Bom Jesus da Cachoeira Alegre e Dôres da Vitória.

<sup>52</sup> Estatuto do Conselho distrital de Bom Jesus da Cachoeira Alegre. Livro de Atas de 1892 a 1902-APM. Cx.n.2, p. 2.

<sup>53</sup> No que diz respeito a essa autonomia: Lei nº2 de 14 de setembro de 1891. Estatuto do Conselho de Bom Jesus da Cachoeira Alegre. Livro de Atas de 1892 a 1902-APMM. Cx.n.2, p. 1.

escola senão depois dos trabalhos terminados. (MURIAHÉ. Conselho de Rosário da Limeira, 11 abr. 1898, p. 3).

Vemos no discurso do presidente do conselho distrital de Rosário da Limeira, nítidas palavras que referendam ao ideário de pátria e de comportamento republicano, tais como: “*ordem*”, “*amor à pátria e as leis*” e “*mérito*” são expositivas claras do pensamento da nova cidadania positivista e liberal cunhados pela República no país.

As questões punitivas aos alunos também foram reguladas pelo conselho de Rosário da Limeira como também as obrigações dos pais nos provimentos dos livros didáticos escolhidos pelos professores (MURIAHÉ, Conselho de Rosário da Limeira, 11 abr. 1898, p. 3). O conselho de Rosário da Limeira também disponibilizava gratificações a professores estaduais pela lei de 02 de outubro de 1898, criada pela mesma junta administrativa<sup>54</sup>.

Um dos assuntos corriqueiros nas atas dos conselhos distritais questões relativas à falta de escolas e de professores ou até mesmo a insuficiência deles, criando novas estratégias financeiras para subvencionar as escolas.

Pelo conselheiro Anastacio Theodoro de Souza, foi proposto que sendo de necessidade de haver neste districto escolas de instrução primária e não havendo professor público e mesmo que ouvesse não era o suficiente para o número de meninos que tem o districto para receber educação e mesmo que tendo este conselho creado taxa especial para escolas pondo o imposto sobre os meeiros de café não é este imposto permanente visto como os meeiros não prezistem constantemente naquele emprego por isso que julga prudente e em beneficio da educação de tantos meninos que existindo no districto ponha este conselho o imposto em beneficio de escolas de com mil reis pagando esta quantia todos os proprietários de terrenos de cultura ou mesmo que se ache o terreno ocupado em pasto (MURIAHÉ. Conselho de Nossa Senhora do Glória, p. 15 e 16).

Sendo assim, um dos maiores problemas para a execução dos projetos de instrução pública estava diretamente ligado a questões financeiras, criando o distrito de Nossa Senhora do Glória impostos sobre os meeiros e proprietários de terras, para a criação de uma verba de instrução pública mais significativa.

Ao olhar mais acuradamente para os gastos do distrito de Rosário da Limeira, notamos que a verba destinada a obras e melhoramentos, era substancialmente maior do que a delegada à Instrução Pública. Vemos assim, quando em 02 de dezembro de 1898 a verba anual destinada para instrução pública na quantia de 800\$000, enquanto que para obras públicas os

<sup>54</sup> Um exemplo disso é a gratificação requerida e concedida ao professor público estadual Manoel Raymundo Dias. 02 mar. 1899. Livro de Atas do Conselho de Rosário da Limeira 1892 a 1902 –APMM. Cx.n.2.p. 14. E ainda lei de 02 set. 1898. Livro de Atas do Conselho de Nossa Senhora do Glória 1898 –APM. Cx.n.2.p.17.

valores eram de 2600\$000. Como também, o ordenado do secretário representava a metade disposto para o ensino. Um secretário, por exemplo, ganhava em 02 de fevereiro de 1898, próximo de 480\$000, enquanto que a verba disponível para instrução pública era de 800\$000, sendo ainda que os gastos com agente executivo são nesse momento de 1600\$000. Tomamos o distrito de Rosário da Limeira, por exemplo, porquanto é um dos poucos que descrevem, com mais detalhamento, sobre suas demandas e investimentos financeiros.

Já o distrito de Nossa Senhora do Glória segue na mesma perspectiva, sendo o investimento em obras e melhoramentos na ordem de 2200\$000 enquanto que a instrução pública foi de 800\$000 (MURIAHÉ. Conselho de Nossa Senhora do Glória, 02 set. 1898, p. 17).

O que ocorreu foi que a administração distrital dispndia pouco dinheiro para gastos com a educação, se consideramos os valores aplicados em obras públicas, por exemplo. Sem fazer menções de juízos, notamos que o conselho, assim como a sede municipal, ao longo de 1890 a 1898, ainda possuía uma grande demanda estrutural por resolver; Tal demanda compreendia as melhorias nas questões de saneamento básico e construção de estradas, o que onerava o orçamento, consumindo a maior parcela dos gastos. Porém, em contrapartida, se compararmos a verba para instrução pública com os valores atribuídos aos cargos públicos, as primeiras aparentemente não eram tão representativas. Segue o quadro de despesas com a instrução pública.

**TABELA 2 – VERBAS DISTRITAIS DESTINADAS À INSTRUÇÃO PÚBLICA**

<b>Ano</b>	<b>Localidade</b>	<b>Valor</b>	<b>Despesas totais (anuais)</b>
<b>1899</b>	Nossa Senhora do Glória	800\$000	4455\$000
	Rosário da Limeira	800\$000	5345\$000
<b>1900</b>	Nossa Senhora do Glória	800\$000	4455\$000

**Fonte:** Tabela produzida pela autora por meio de informações retiradas da ata do Conselho de Nossa Senhora do Glória e Rosário da Limeira (1892 a 1899).

Note que possuímos apenas os índices de 1899 dos distritos de Nossa Senhora da Glória e Rosário da Limeira, e de 1900 apenas os valores de Nossa Senhora do Glória, lembrando que os valores de 1900 são semelhantes ao de 1899 nesse distrito, conforme nos apontam as atas de 02 de setembro de 1898 e 16 de setembro de 1899. Acreditamos que dada as especificações dispostas pelas Atas do Conselho, estes não chegaram a dispor de uma escrituração muito detalhada, pelo menos, no que se refere às atas. Diante do exposto, o distrito de Nossa Senhora do Glória investiu por volta de 17% de seus gastos com instrução

pública, isso nos anos de 1899 e 1900. O distrito de Rosário da Limeira, por sua vez, no ano de 1899 investiu aproximadamente de 14,97% em instrução pública em relação ao total da verba disponibilizada para os gastos no distrito.

Conforme transparece nas atas dos conselhos distritais, algumas escolas foram criadas nos distritos, tanto por decisão dos conselhos quanto pela câmara municipal, e em alguns momentos, consensualmente. Em algumas situações, as despesas foram direcionadas para a junta distrital, o que, por vezes, catalisava conflitos entre as instâncias. Um exemplo disso são as falas do conselheiro Sr. Araújo de Bom Jesus e do conselheiro Avelino d'Oliveira de Rosário da Limeira, que expuseram os problemas e conflitos com a criação de escolas municipais por parte da câmara no distrito que atribuía a despesa para o Conselho Distrital, o que, de acordo com Sr. Araújo e Avelino d'Oliveira era inadmissível, devendo o distrito ficar comprometido apenas com as escolas que eles criavam. A reclamação do conselheiro Araújo considerava a atitude da Câmara como inconveniente, vejamos a seguir:

O Sr. Araújo pediu a palavra e considerando, além de outras razões, que este conselho não era obrigado a concorrer directa e onerosamente para tais despesas, porquanto nem sequer fora consultado, assim como o vereador districtal, para nomeação dos actuais professores e que as dictas escolas eram municipaes, propunha que se protestasse contra esse acto de incoviniente e indevido do Presidente e Agente Executivo (MURIAHÉ. Conselho de Bom Jesus da Cachoeira Alegre, 1892, p. 37).

As querelas giravam em torno da insuficiência financeira do distrito ante as necessidades das escolas criadas pela Câmara, sendo que, nesses dois casos, os conselheiros colocaram-se em recusa diante das demandas.

As atas indicam que a arrecadação distrital era encaminhada para a sede do município, e, em poder da Câmara, sendo repassada novamente para o distrito, posteriormente. Essa relação Câmara e Conselho distrital era, por vezes, truncada.

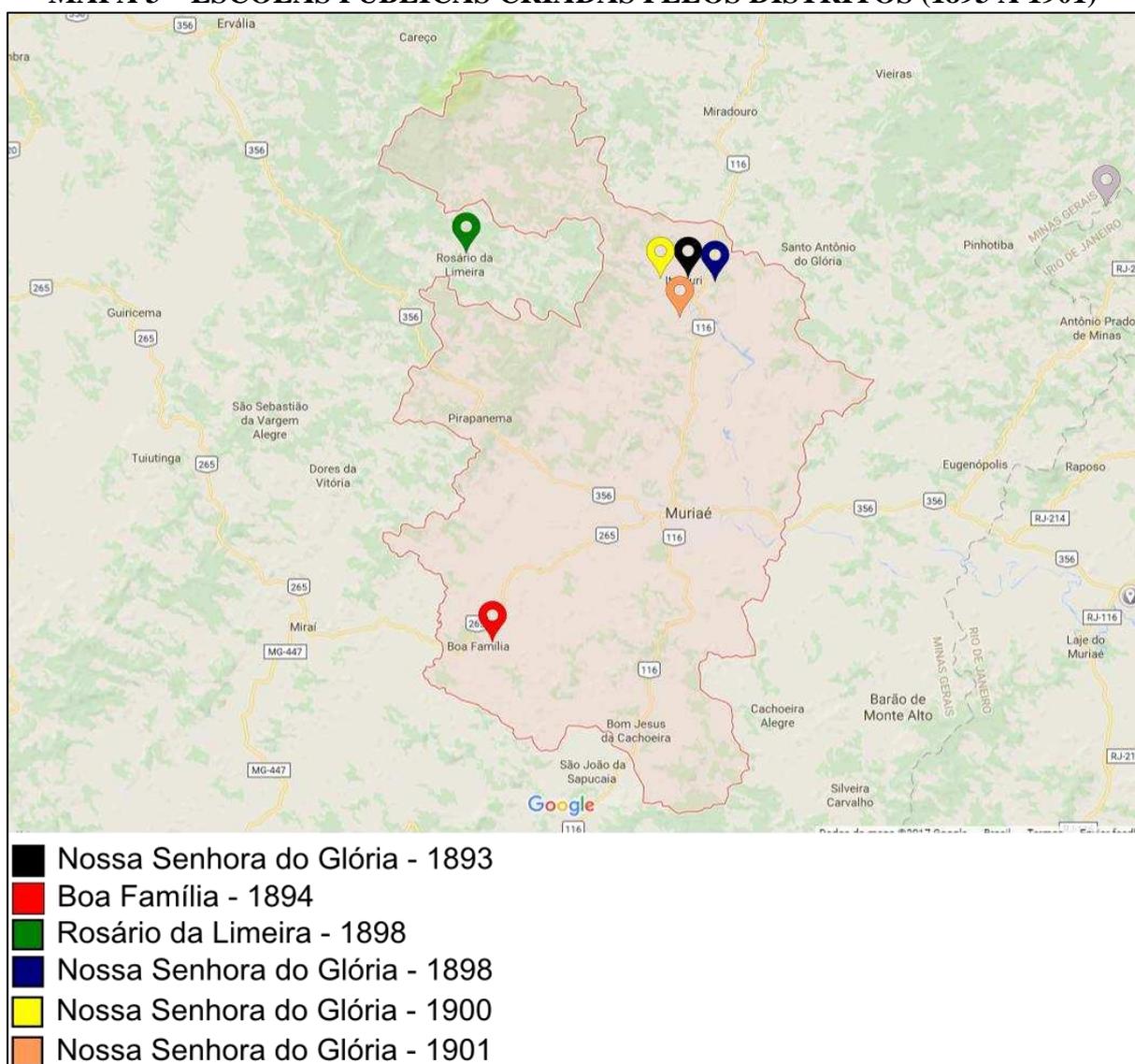
O Presidente e Agente Executivo Municipal não tem querido entregar-lhe a quota deste distrito, apesar de muito requisitada e constantemente reclamada, engendrando motivos de delongas, machimando (sic), evasivos fúteis e pretextos inaceitáveis, entre os quaes a imprescindível necessidade de atender ás grandes despesas, ocasionadas pelo custeamento das duas escolas públicas d'instrucção primária nesta circunscripção (MURIAHÉ. Conselho de Bom Jesus da Cahoeira Alegre, 29 jun. 1901, p. 37)

Vemos, nesse trecho que a verba distrital estava em poder da Câmara, e que nesse caso, não liberou a verba para o distrito.

Em contrapartida, os indícios também apontam, por exemplo, a parceria entre os Conselhos Distritais e a Câmara Municipal de São Paulo do Muriaé, como foi o caso de Nossa Senhora do Glória, onde as verbas arrecadadas eram redirecionadas para o distrito administrar. É o que observamos na ata de 24 de maio de 1898, quando a Câmara criou uma verba de 600 mil reis para cada cadeira de instrução primária, ganhando a soma de mais 200 mil réis para composição da verba (MURIAÉ. Conselho de Nossa Senhora do Glória, 24 mai.1898, p. 41).

Conforme o mapa a seguir, podemos perceber a criação de escolas realizadas pelos conselhos distritais.

### MAPA 3 – ESCOLAS PÚBLICAS CRIADAS PELOS DISTRITOS (1893 A 1901)



**Fonte:** Mapa produzido pela autora por meio de informações retiradas das atas dos distritos de Muriaé de 1893 a 1901.

Podemos observar no mapa 3 que os distritos que mais despontaram na criação de escolas foram Rosário da Limeira e Nossa Senhora do Glória. Isso se deve ao fato de serem essas atas as que mais detalham acerca da criação das escolas, ou seja, o que queremos salientar é que as atas dos demais distritos são também menos detalhadas, algumas com poucas folhas, fomentando pouquíssimas reuniões. Acreditamos que alguns distritos foram mais atuantes que outros. O próprio conselho de Nossa Senhora do Glória, entre os anos de 1902 a 1903, esclarece em sua ata não ter havido sessões por falta de comparecimento dos conselheiros (MURIAHÉ. Conselho do Glória, 1902 a 1903).

A relação entre município e distrito é apresentada de maneira muito confusa. A partir do ano de 1898, o município criava e subsidiava escolas dentro dos distritos. A própria Câmara aparentava não ter muito claro quais eram suas reais competências.

No ano de 1898, por meio de uma indicação do vereador Theodolino, ficou resolvida que as nomeações dos professores ficariam a cargo dos presidentes distritais (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 06 jun. 1898, p.29). No mês seguinte, o Doutor José Felipe fez uma petição contrária, alegando que a nomeação dos professores pelos conselhos feria o artigo 37 da Lei de 02 de setembro de 1891 (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 04 jul. 1898, p.31). Não há indicativos que a proposta do R. José Felipe foi acatada. No entanto, esse é um resquício que aponta as dificuldades da própria Câmara em entender os limites do Conselho.

Resende (1982) atesta que a descentralização do poder dentro dos municípios gerou uma situação de anarquia para Minas Gerais, que havia fortes conflitos entre os mandatários locais que desembocavam em debates e acusações no Poder Legislativo Mineiro (RESENDE, 1982, p. 115 apud GONÇALVES NETO, 2012, p. 37).

O que ocorre, como pudemos notar anteriormente, é que, até o ano de 1901, escolas ainda eram criadas pelo Conselho distrital do Glória e professores nomeados, mesmo havendo criação de instituições de ensino e nomeações de professores nos distritos pela Câmara. Um caso semelhante, foi o de Santa Rita do Glória em 1898, quando o vice-presidente do Conselho pediu a criação de uma escola e comunicou a remoção de outra (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 05 dez. 1898, p. 43). Em outras ocasiões a Câmara criava a escola e dividia as despesas com o distrito (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 04 jun. 1900, p. 43). Observamos que no ano de 1898 a Câmara começou a retomar as rédeas da instrução paulatinamente.

Por fim, os conselhos distritais foram extintos pela Lei estadual n. 373 de 17 de setembro de 1903 (SILVEIRA NETO, 1978, p. 294). Existia, também nesse momento, a

criação de certas restrições para as Câmaras Municipais, como a criação, supressão ou desmembramento de distritos. Tudo isso, depois de muitos impasses na Assembleia legislativa (SILVEIRA NETO, 1979). Neto conclui que em Minas, “a supressão da autonomia distrital foi o fim melancólico de uma experiência de idealistas, empolgados com o federalismo norte-americano” (SILVEIRA NETO, 1979, p. 295). Infelizmente não dispomos de informação nas atas dos conselhos e nas atas da câmara sobre como se deu a dissolução dos conselhos distritais em Muriaé. No entanto, podemos supor que, se desde 1898 a câmara municipal já tomava as rédeas a respeito das questões referentes aos distritos, isso poderia significar que as juntas distritais, isto é, os conselhos, não possuíam mais tanta representatividade.

Existem ainda muitas lacunas a serem preenchidas sobre a história local e os distritos muriaeenses, o que podemos afirmar, conforme os documentos que dispomos, é que os conselhos usufruíram de sua autonomia para criar e subsidiar escolas.

#### **2.4 A educação no município de 1898-1904**

A partir do ano de 1898 encontramos nos registros das atas do poder legislativo, a criação de escolas e provimento para instrução pública, tanto na sede São Paulo do Muriaé quanto nos distritos. Também segue nas narrativas a menção de um regulamento escolar municipal o qual se tornou projeto de lei em 08 de agosto 1898. As fontes se silenciam quanto às especificações dessa regulação municipal, mas se levarmos em conta que Minas Gerais detinha um regulamento escolar desde 1892 e que o município, mesmo assim, reagiu criando seu próprio regulamento, isto pode sinalizar para uma inquietação do poder público local de estabelecer seus instrumentos legais próprios para o desenvolvimento da educação.

A começar desse momento, fatores diferenciados passaram a existir nos documentos, como incremento da atuação das comunidades locais requerendo a instrução para seus filhos. Das 20 petições comuns relativas à instrução pública, 10 foram requeridas por moradores das mais diversas regiões do município. Percebemos nessa demanda crescente, a legitimação da educação por parte da sociedade do município de Muriaé.

Uma das primeiras disposições do município em 1898 revela pontos acerca da perspectiva de educação:

Falou o vereador Catta Preta impugnando como insuficiente e quase irrisória a verba de 20.000\$000 para instrução pública, pediu que a iluminassem com outras verbas da despesa, mesmo que fosse de obras públicas, mas que elevasse a instrução pública como a cousa mais

necessária à elevação do nível moral do povo e o progresso material do município, que era pela instrução primária bem difundida por todas as classes que um povo chegava a ser grande pelo merecimento de seus deveres e direitos. (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 23 fev. 1898, p. 21)

As petições a respeito do aumento das verbas para a instrução pública eram constantes. Porém, o que fica destacado no trecho anterior são as perspectivas de que a promoção da educação promoveria a ascensão moral dos cidadãos do município.

Outro fator destacado pelas fontes são as diferenças salariais entre os professores da cidade, ou seja, da sede municipal para os distritais. Fato este, até então, não presente nas documentações. A ata de 05 de junho de 1899 destaca que:

O ordenado da professora do sexo feminino e do professor da segunda cadeira do sexo masculino, na Barra, ambos desta cidade, é de dois contos e quatrocentos mil reis, a cada um, e o de cada professor das cadeiras no districto é de um conto e duzentos mil reis[...]. Encerrada a discussão e submetidas a votação, a indicação aprovada contra o voto apenas do Dr.Gonzaga (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 05 jun. 1899, p. 41).

Não ficam esclarecidos os motivos dessa diferenciação de ordenados, ou quais eram os critérios de tal discrepância. Acreditamos que o município seguia a mesma prerrogativa do Estado. Conforme nos aponta Musial (2007), Minas Gerais estabeleceu essa diferenciação entre os salários dos professores de escolas rurais, distritais e urbanas. Dentre as prerrogativas, a ideia era frisar a diferença existente entre os tipos de civilizações. Musial (2007) faz sua análise a partir das falas dos deputados da Assembleia Legislativa Mineira e reforça que: “É possível perceber que um dos princípios que sustenta a distinção entre as escolas de instrução primária, presente na Lei de 41 de 1892 é o da diferenciação, do ponto de vista do grau de civilização, entre os habitantes dos povoados, dos distritos e das cidades” (MUSIAL, 2007, p. 3).

Em outro caso curioso, na representação de 01 de fevereiro de 1900, de “vários moradores do município” foi requerida à Assembleia estadual a supressão das escolas municipais na cidade e nas sedes dos distritos, já que o Estado havia criado dezessete escolas, sendo, assim, um ato de economia para a municipalidade.

O ocorrido suscita curiosidade, afinal, o requerimento aparentemente foi forjado e não apresentava uma autoria, sendo um abaixo assinado feito com impropriedade, conforme

explicita os relatos abaixo. As acusações que se seguem ressoam como uma suposta interferência do Estado nas questões da autonomia local.

Segundo fica exposto, a representação em questão continha assinaturas de cidadãos que foram “iludidos” pensando que o requerimento se tratava de querelas referentes a impostos e arrecadações e por isso assinaram o requerimento de fechamento das escolas. Vemos de imediato a reação da Câmara ao sentir-se ameaçada. Sendo assim, o vereador Dr. Alves Pequeno se manifesta alegando que o município era “*a autoridade competente para prover a instrução pública, em dependência de outro ou qualquer poder, conforme a lei que citou e leu [...]*” (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 01 fev. 1900, p. 92).

Os dados que seguem as falas dos vereadores são interessantes, trazendo a nós uma ideia de como esses representantes enxergavam a situação da instrução pública. Segue, portanto, as falas do vereador e inspetor de instrução Coronel Catta Preta.

O Cel Catta Preta disse que a representação não deveria ser tomada a sério, não só pela razões apontadas pelos seus predecessores na palavra, como porque, ella trasia em seu bojo a intervenção do Estados nos negócios municipais e tanto que, assinada por todos os empregados do governo Estadual, estes esquecidos de que, ainda no tempo da monarquia, teria este município vinte e seis escolas providas de professores, prosternados estasiavam-se diante do acto do governo estadual em plena República e quando o município duplicou a densidade, crêa apenas dezessete escolas! Dezessete escolas no papel, porque em todo o município não existem mais do que treze escolas estaduais, escolas no papel e que só serve para embair áquelles que não sabem que o provimento das mesmas é cousa impossível [...] (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 01 fev. 1900, p. 92).

Identificamos nas exposições acima dados importantes sobre as questões da educação local. A princípio, fica evidente que os problemas referentes à instrução providas pelo Estado permanecem. São vinte seis escolas no período monárquico providas pela província e dezessete criadas pelo estado até o ano de 1900. Na continuação da manifestação do Cel. Catta Preta se soma ainda dificuldades como: “*miserável ordenado dos professores*”, as “*dificuldades creadas a estes (professores) nos exames*” e a “*fiscalização*”, que torna o cargo de docente como “não ambicionável”. Em suma, o Estado de Minas Gerais ainda tinha problemas administrativos sérios, como também, tentava, segundo Catta Preta, interferir nas atribuições municipais. O município aqui se reafirma como agente administrador da instrução pública local.

Segundo Gonçalves Neto, a relação Estado -Município era delicada nos primeiros anos da República, já que a atuação do Estado era limitada dentro do espaço municipal, o que

gerou desorganização política. A própria legislação mineira fora deletéria, impedindo o poder estadual de punir as incongruências do poder local (GONÇALVES NETO, 2012, p. 36).

Mais adiante, vemos a posição da municipalidade ante as demandas existentes, demarcando suas atribuições frente aos problemas emergentes das escolas estaduais locais, como a gratificação aos professores estaduais que tinham baixos honorários, pagamento de alugueis para aulas estaduais e provimento de material escolar para os alunos pobres do estado.

Desde 1898 o município teve alterações sobre os auxílios prestados às cadeiras estaduais, ora favoráveis, ora não, as petições e discussões acerca de subsídios para escolas estatais eram constantes. Os professores estaduais, em especial, requeriam, seja através de petições individuais ou coletivas, ajuda da Câmara Municipal, diante da pauperizada subvenção a qual recebiam, ou diante até mesmo, da diminuição desses valores pela gerência estadual<sup>55</sup>.

Sendo assim, mais adiante ficou resolvido que nas sedes dos distritos, a criação e a manutenção de escolas eram pertinências do governo estadual, ficando ao município os povoados (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 30 abr. 1905, p. 250).

As propostas de verbas para professores estaduais geravam desentendimentos e discussões, sendo estes projetos embargados pela Câmara, como se verifica a seguir:

Pelo Senhor Francisco Freitas, foi ainda apresentado um parecer sobre o projeto concedendo subvenção aos professores estaduais do município. Depois de longo debate tomaram parte o srs. Teixeira e Silva, Antônio Lourenço, João Baptista e o autor do parecer. Submetido a votação esses requerimentos houve empate, ficando adiada a votação<sup>56</sup>.

O Sr. João Batista apresentou uma emenda concedendo 30\$000 aos professores estuduaes da cidade e 20\$000 aos dos districtos. Depois de calorosa discussão em tomaram parte os Srs. Teixeira e Silva, Antônio Lourenço, João Batista e Teixeira de Freitas tiraram esse projeto que havia, ficando prejudicada a emenda do Sr. João Baptista[...] (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 02 jan. 1902, p. 51).

Um dos novos cargos dispostos para a educação foi a criação de um Inspetor Literário. O mesmo cargo foi proposto pelo vereador Catta Preta e, posteriormente, assumido por este mesmo vereador (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 02 set. 1899, p. 58; 61). Cabia a este Inspetor estar a par de toda a situação escolar da municipalidade, sendo um dos agentes de vigilância das escolas municipais nesse momento.

<sup>55</sup> Exemplo de manifestações individuais: Ata de 01/03/1901 e 02/09/1901. Livro de Atas da Câmara Municipal de 1901 a 1905 – APMM.Cx.n.4. p. 2 e p. 26.

<sup>56</sup> Ata de 17/09/1901. Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé de 1901 a 1905 – APMM.Cx.n.4. p.30.

A Câmara também estabeleceu instrumentos de vigilância para com os docentes que não tivessem um número legal de alunos em suas classes. Em 09 de janeiro de 1899, foi estabelecido um concurso para professores que estariam atuando nas escolas providas, como também, naquelas que estariam por prover, tendo assim, uma comissão avaliadora escolhida pela Câmara para examinar os candidatos.

O Dr. Santos deu a seguinte indicação: Que a Câmara ponha em concurso as escolas providas e por prover, nomeando-se uma comissão examinadora para os exames dos candidatos, sendo o prazo de trinta dias a contar do edital[...]. Em tempo: sobre a proposta do Dr. Santos opinou o vereador Catta Preta que a medida não atingisse os professores já nomeados, cujas escolas estejam funcionando com frequência legal, e sem falta por parte dos professores; do que para constar lavre a presente acta (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 09 jan. 1889, p. 48).

Observe que, no presente documento, consta a avaliação de professores, isto na tentativa de buscar os mais habilitados no exercício da profissão. No período republicano, a capacitação profissional dos professores era uma pauta muito discutida. O que notamos nas reivindicações do vereador Dr. Santos foi a necessidade do município em obter profissionais mais competentes para o exercício da profissão docente, isso porque, o referido vereador propôs que se colocassem em concurso as escolas providas pelo município, o que foi aprovado (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 09 jan. 1899, p. 48). O vereador Catta Preta, ressalva nessa lei a isenção de docentes que possuíssem escolas com uma frequência mínima, o que também foi aprovado.

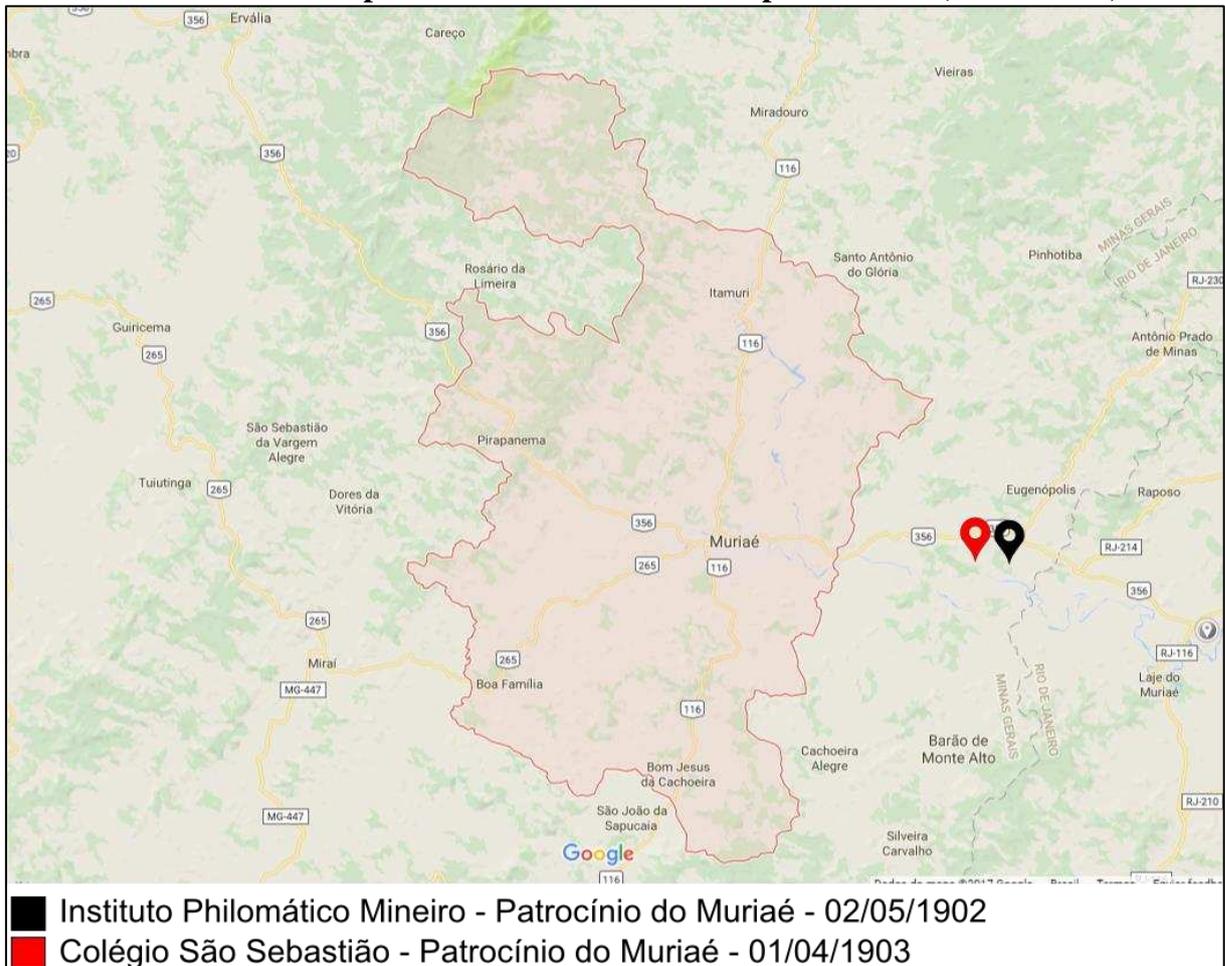
A partir do ano de 1899 emerge cada vez mais nas atas as iniciativas particulares dentro do município, como também a subvenção destas instituições com dinheiro público.

Apresentamos o quadro de instituições particulares presentes nas atas de 1898 a 1905. Esse direito de estabelecimento de instituições privadas de ensino no Estado foi garantido pela Lei de N°41 de 1892, no artigo 334 que sublinhava que o ensino particular primário, secundário, superior ou técnico era de estabelecimento livre (GONÇALVES NETO, 2012, p. 39).

As instituições de ensino as quais identificamos surgem nos jornais a partir do ano de 1902. Chamamos a atenção especial para o Instituto Philomático Mineiro, o qual ministrava aulas para todas as series incluindo o ensino profissional de farmácia e odontologia (PEIXOTO, 2015, p. 5). Esse é o primeiro instituto profissional do qual temos notícias no município (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 02 mai. 1902, p. 82).

O mapa que se segue apresenta as datas das subvenções autorizadas pela Câmara. Podemos notar que o distrito de Patrocínio de Muriaé possuía um número maior de escolas privadas subsidiadas pela Câmara Municipal de Muriaé.

**MAPA 4 – Escolas particulares subvencionadas pela câmara (1898 a 1904)**



**Fonte:** Mapa produzido pela autora a partir de informações retiradas das atas da Câmara Municipal de Muriaé de 1901 a 1904

Observamos que a concessão de verbas pela Câmara às instituições privadas presente nas atas seria feita por meio de atestado de pobreza feito pela Câmara. Esse era um critério existente em todos os acordos entre escolas privadas e o município, isto é, a pobreza dos candidatos às vagas das escolas particulares. A pobreza, especificamente, ganhou vazão a partir de 1898 nas falas dos vereadores de Muriaé. O que ocorreu foi a adesão ao discurso republicano vigente no Brasil, que encarava a pobreza como degradação social. A pobreza passou a ganhar significado de “sujeira”, “doença” e “degradação moral”. (PATTO, 1999, p. 184). A criança pobre estava presa ao ideário de marginalidade, a pobreza era vista, na primeira República como uma “disfunção pessoal dos indivíduos, os quais deveriam ser encaminhados para o asilamento ou internação” (PIEMONTE, 2000, p. 44). A educação redimiria os pobres das condições as quais se encontravam e oportunizaria aos mais

esforçados uma educação diferenciada. A lógica que se seguiu nas resoluções da Câmara, era de concessões de bolsas a crianças pobres para o nível secundário de ensino, sempre tendo por critério o mérito e a boa conduta.

Outro fator em destaque é a presença cada vez mais marcante das instituições religiosas de ensino, que ao longo da Muriaé republicana, ganham mais representatividade local. Das três instituições que estão apresentadas no mapa, duas são confessionais, a saber: o Colégio São Sebastião e o Colégio Menino de Jesus.

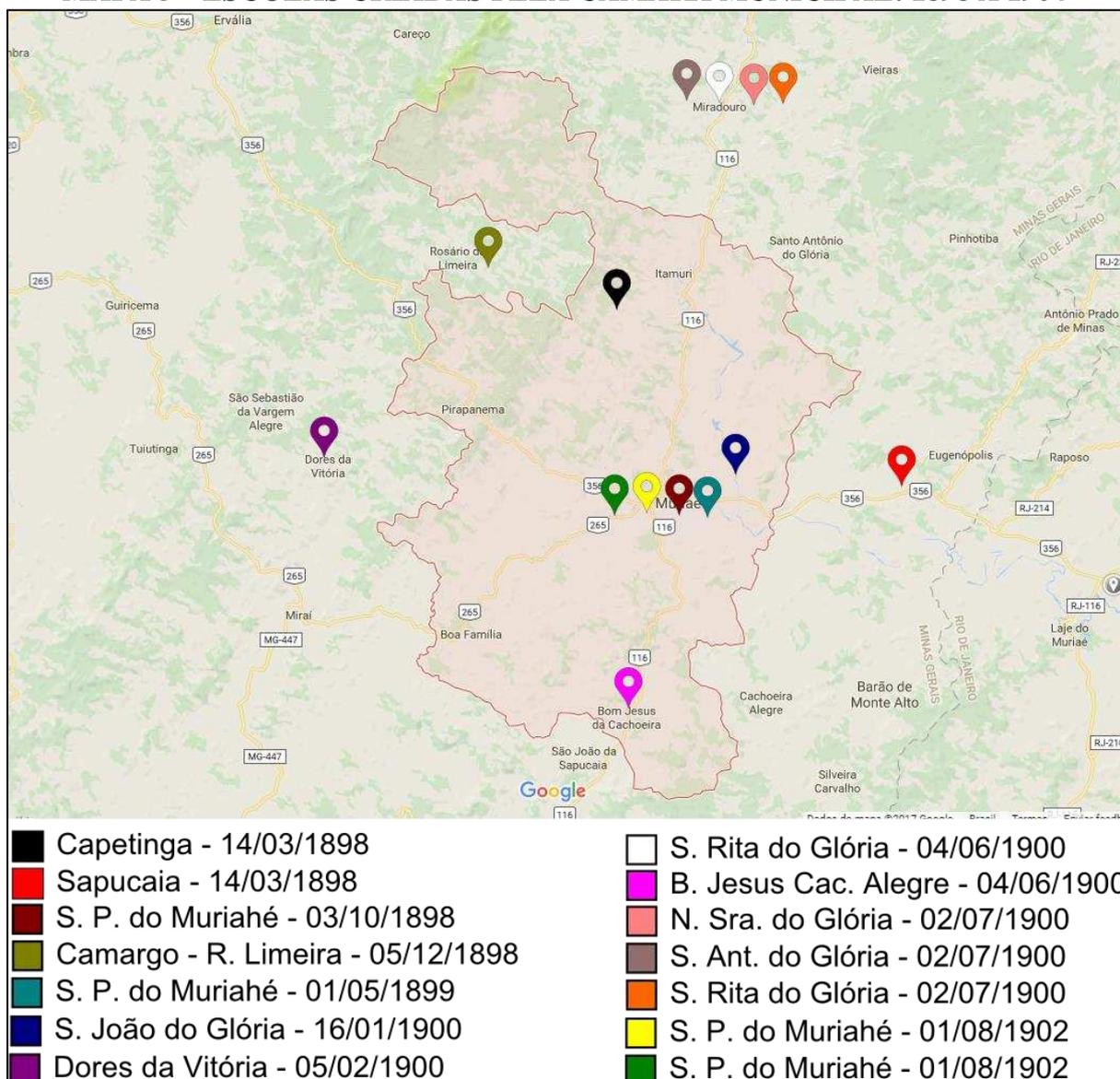
O fenômeno das instituições religiosas ocorre por todo o território nacional. Por mais que a República estabelecesse a separação entre igreja e Estado, o catolicismo em particular, estava amalgamado ao imaginário e costume popular. Para além da profissão de fé, o catolicismo no Brasil se entrelaçava à cultura e às relações sociais. Frente ao novo desafio, quando o Estado, pelo menos em ofício, desvinculou-se do catolicismo, a igreja se reinventou, tornando as instituições de ensino um meio de autoafirmação e definição<sup>57</sup>.

Durante os anos de 1898 a 1904, a Câmara criou cerca de quatorze escolas públicas municipais, todas através em projetos de lei, aprovadas e subvencionadas pela Câmara. Observamos que os maiores números de escolas criadas estão na região de São Paulo do Muriahé (sede) e nos distritos de Santa Rita do Glória e Santo Antônio do Glória (ambos compõem atualmente município de Miradouro). Note que as datas se concentram entre os anos de 1900 e 1902.

---

<sup>57</sup> O autor trabalha em específico o período de contrarreforma, no entanto, percebe-se que estratégia semelhante foi usada no Brasil republicano (CERTEAU, 2000, p.133).

### MAPA 5 – ESCOLAS CRIADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL: 1898 A 1904



**Fonte:** Mapa produzido pela autora por meio de informações retiradas das atas da Câmara Municipal de Muriaé de 1898 a 1904.

Observe que, se comparado ao mapa de número 4, nenhuma escola foi criada no distrito de Patrocínio do Muriaé, ou seja, o município subsidiou escolas particulares nesse distrito ao invés de criar uma instituição pública.

Segundo o que conta em ata de 02 de maio de 1902, a subvenção do Instituto Philomático Mineiro foi para substituição à suspensão do ensino em uma escola municipal do Santo Vermelho, povoado do distrito, que segundo o cronista, estava vaga. Ou seja, houve a supressão de uma escola e a garantia de 30 vagas para meninos reconhecidamente pobres na instituição privada (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriaé, 03 mai. 1905, p. 82).

Chamamos a atenção para a sede do município São Paulo do Muriaé, onde foi criado o maior número de escolas nesse período. Outro fato curioso é a subvenção da Câmara para o

Colégio Caraça, um dos mais afamados colégios confessionais do Brasil, a fim de obter bolsas para o nível secundário para alunos escolhidos pela Câmara.

Fica o Dr. Agente executivo autorizado a entender com Revmo. Superior do collégio Caraça sobre a educação de dez meninos pobres, nas mesmas condições em que o superior daquele estabelecimento fez com a municipalidade de Santa Bárbara.

Art 2º Para concorrer as despesas da manutenção de dez alunos, fica decretada a verba de treze contos e seicentos mil réis annuaes, sendo trinta mil réis, por cada alunno.

Art 3º Para que gozem deste benefício, os professores municipaes indicarão os alunos que, pelo seu aproveitamento, aptidão e bôa conduta, o merecem.

Art 4º É necessário que esteja prompto no curso primário (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 05 jun. 1899, p. 42).

Vemos exposto, a disposição da Câmara em prover ensino secundário para os munícipes, mesmo fora de seus territórios. Acreditamos que, para os gestores locais, medidas tais como as citadas acima enalteciam aqueles que, devido a seus próprios esforços, mereciam uma educação diferenciada dos demais, o que era uma prerrogativa republicana. No entanto, nas atas não aparecem explícitos os critérios usados no atestado de pobreza, ou seja, quais eram os pontos cruciais para que uma criança fosse considerada pobre ao ponto de receber a bolsa de estudo.

Um caso em específico que ocorreu no ano de 1900 foi a iniciativa de particulares, aos quais não se tem menção quem são, na construção de uma escola em São João do Glória. Tais particulares requeriam da Câmara a quantia de cem mil reis para construção, sendo a referida escola doada posteriormente à municipalidade (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 16 jan. 1900, p. 76).

Durante todo o transcurso de 1898 a 1904 as maiores indisposições da municipalidade em criar e subsidiar escolas e aumentar o ordenado de professores giravam em torno da falta de verbas ou a insuficiência destas ante a demanda existente.

O que queremos frisar é que, antes de 1904, não fica claro se as verbas eram aprovadas para ano posterior ou se as verbas existiam e eram gastas conforme a demanda surgia. A organização da instrução pública municipal não é clara.

Portanto, o que notamos nesse momento histórico, a saber, de 1898 a 1904, é uma evolução administrativa por parte do município, tanto no que se refere a projeções de gastos e medidas para com a situação da instrução pública quanto no que se refere à escrituração das Atas, quando se passa a dar mais detalhes acerca das sessões e das disposições da Câmara.

Portanto, nota-se a legitimação da municipalidade através de suas atribuições legais quanto à instrução. Na disputa por poder entre município e Estado, observamos a afirmação de suas imputações como agente promotor da educação dentro de sua circunscrição. Também fica mais evidente, o movimento que a própria sociedade local passou a fazer em relação à educação. A importância dada pela comunidade advoga que, no município de Muriaé, a representação de civilidade via escola levou os próprios munícipes a requerer escolas para seus filhos.

As relações município-estado atestam uma disputa por poder dentro do território de Muriaé e demonstram, de semelhante forma, que as dificuldades do governo mineiro em consolidar a instrução pública foram perpetuadas nos primeiros anos da República. As inúmeras reformas, a criação de escolas e não subvenção destas, demonstram que Minas Gerais ainda não tinha um projeto educativo estruturado a curto, médio e a longo prazo, não apresentando assim, projetos que condiziam com a realidade administrativa mineira. Na opinião de Gonçalves Neto (2012), a gestão brasileira foi “academista” e “aristocrática”, sem foco nas percepções de uma sociedade desestabilizada e heterogênea.

No que se refere ao ensino secundário ou de escolas normais, não encontramos nenhum indício até 1904. Todavia, a subvenção para o Colégio Caraça poderia significar que a Câmara percebeu a necessidade de implementação do nível secundário no município. Contudo, não obtendo meios de promovê-lo, subvencionava bolsas de estudo para os alunos aplicados do município, como também, reconhecia a formação normal como necessária para os avanços educacionais.

No que se tange aos distritos, dentro das limitações de análise existentes dadas as fontes estudadas, existe a ação do distrito enquanto agência administrativa, a ponto de prover, criar e policiar as escolas as quais lhes pertencia. Contudo, notamos que a relação distrito-município se faz confusa no que diz respeito às competências legais de cada junta administrativa. Podemos supor que essa dificuldade de se ter um olhar mais acurado da relação município e distrito se deu em função das lacunas existentes nas Atas do legislativo. Essa relação distrital versus municipal que, em dados momentos foi discordante, era também fruto do federalismo ambicionado por Minas Gerais, o qual, nesse momento, não dispunha de condições de viver um projeto tão auspicioso.

Desse contexto, merecem destaque as discussões acerca de um projeto regulador de ensino já proposto em 1898, tendo em vista a organização e a vigilância das escolas subvencionadas pela Câmara municipal.

Reitera-se também que, para além das subvenções dispostas nas escolas municipais, houve incentivos através de verbas e isenções de impostos a instituições particulares.

Nessa perspectiva, vemos que o poder público do município de Muriaé adotou as medidas acima citadas como estratégia para consolidação e promoção da educação no período que concorre aos anos de 1898 a 1904. A análise realizada nesse momento histórico nos permite ver o avanço paulatino da administração pública com a educação e a modernização urbanística, fazendo inferência das características civilizatórias propostas pelo projeto republicano brasileiro, mineiro e muriaeense.

### 3. REPUBLICA: PARTE II (1905 A 1930)

#### 3.1 A Muriaé Republicana de 1905 a 1930

O presente capítulo migra suas atenções para os anos de 1905 a 1930. Subdividiremos esses anos em 1905 a 1920 por privilegiar o que se denomina por “Brunismo”, ou seja, os anos da gestão de Antônio da Silveira Brum de 1920 a 1930 que seguem a última década de abordagem desse estudo. Entre os anos de 1905 a 1920, as atas da Câmara Municipal passaram a especificar com mais clareza acerca das arrecadações e despesas com a municipalidade, pois até então estes dados não apareciam de maneira tão explícita.

Os anos que se seguem na história do município muriaeense a partir de 1905, de acordo com as documentações, apresentam uma postura municipal voltada para a aceleração da modernização do espaço urbano, como a saúde, a educação e a criação de praças e passeios.

Nesse momento histórico de Muriaé observamos a “era Brum”, isto é, a atuação de Antônio da Silveira Brum como agente executivo municipal entre os anos de 1905 a 1920. Ao longo desse período, esse político atuou como advogado, membro do Partido Republicano Mineiro, deputado estadual (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 09 mai. 1915, p. 1), vice-presidente do congresso mineiro, Deputado Federal<sup>58</sup> e diretor do jornal Alto do Muriahé. Durante os anos de sua administração acumulou o cargo municipal e estadual e estabeleceu novas medidas para promover a arrecadação local. Em sua gestão, vemos o beneficiamento urbano como a provisão da modernização de vias e estradas, organização e higiene do espaço público<sup>59</sup>, telefonia ligando a sede e os distritos<sup>60</sup>, luz elétrica, o abastecimento de água e saneamento<sup>61</sup>, a criação de um hospital, promoção da instrução particular e pública, a instalação do teatro municipal e a criação dos primeiros grupos escolares no município (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 03 out. 1911, p. 88).

Voltada para o desenvolvimentismo urbano, a administração local ocupou-se em aumentar as arrecadações e contrair empréstimos com o estado para promover o progresso.

---

<sup>58</sup> Revista de Historiografia muriaeense, n.2, Ano II, maio de 1979, p. 60.

<sup>59</sup> Resolução nº8 de 20 de setembro de 1905. Revista de Historiografia muriaeense, maio de 1979, nº 2, p. 91.

<sup>60</sup> Resolução nº 51 de 10 de outubro de 1911. Revista de Historiografia muriaeense, maio de 1979, nº 2, p. 99.

<sup>61</sup> Resolução de nº 29 de 13 de fevereiro de 1908. Revista de Historiografia muriaeense, maio de 1979, nº 2, p. 95.

As estratégias orçamentárias do governo Brum foram desde a autuação judicial para cobranças dos impostos atrasados até acordos de empréstimos com o Estado<sup>62</sup> para o provimento das melhorias no município, principalmente no que se refere à sede do município. A contração dos empréstimos provocou na receita a partir do ano de 1913, um endividamento com o Estado chegou até o ano de 1914 à cifra de 800.000\$000 (oitocentos contos de réis) (PEIXOTO, 2013, p.126). Esse acordo contratual feito entre município e Estado ocasionou muitas críticas à administração brunista, por parte dos seus adversários políticos.

O que notamos nas Atas do poder público durante o brunismo foi a ausência do Agente Executivo, ficando a Câmara, em suas sessões, a cargo dos respectivos vice-presidentes que geriam ao lado de Antônio da Silveira Brum<sup>63</sup>.

Os indícios sobre a gestão do Dr. Brum são muito controversos. No entanto, o apoio político conferido a este durante sua gestão revelam um longo período de hegemonia política na administração municipal e apoio declarado aos sucessivos governadores de Minas Gerais. Alegamos ser uma administração controversa, por representar um intenso momento de desenvolvimento e investimento urbano em detrimento da pouca movimentação política administrativa, devido aos encargos estaduais do agente executivo, obtendo a Câmara em dados momentos, apenas quatro reuniões anuais (PEIXOTO, 2013, p. 111).

Os anos que se aproximam ao início da década de 1920 passaram a ser desafiadores à “era Brum”, visto que, posteriormente a liderança brunista foi vencida por seus opositores. As atas, no entanto, não revelam indícios de que havia um movimento anti-brunista no município. Os trechos que seguem nas falas dos representantes da Câmara sempre remontam à figura de Antônio da Silveira Brum com louvor e condecoração. O que nos leva à afirmação anterior acerca as complicações para Silveira Brum são os fatos que ocorrem no ano seguinte de 1921. Quando iniciamos o ano de 1921, muitas foram as transformações vivenciadas pelo município. A começar pela perda do mandato de Antônio da Silveira Brum como presidente da Câmara e vereador, por falta de comparecimento às sessões (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 28 out. 1922, p. 34 v.).

O que ocorreu foi que nos últimos anos de sua gestão, as ausências do presidente da Câmara, somadas aos dispendiosos valores concernentes ao pagamento de empréstimos contraídos em sua gestão, geraram uma propaganda contra o Dr. Brum por parte dos

---

<sup>62</sup> Como por exemplo o valor de 150.000\$000 (cento e cinquenta contos de réis) com o Banco Crédito Real de Minas Gerais. Ata de 01/05/1909 artigo 1º. Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriahé de 1908 a 1911. Cx. n.4. p. 11 verso.

<sup>63</sup> Atas da Câmara Municipal de Muriaé de 1901 a 1905, 1908 a 1911, 09/10/1911 a 01/02/1913, 01/03/1914 a 02/10/1914, 02/09/1920 a 01/03/1921.

opositores e uma conseqüente insatisfação popular. Contudo, como mencionamos anteriormente, nas atas aparecem como um movimento repentino sem muitas explicações. O desenrolar dos fatos são omitidos até mesmo pelos jornais da época.

A política municipal nos anos posteriores à “era Brum” continuam na perspectiva de beneficiamento do espaço público e incentivo às iniciativas de aceleração da urbanização, estendendo as melhorias como calçamentos e a transformações das estradas para vias mais amplas para o tráfego de automóveis e construção de pontes (PEIXOTO, 2015, p. 155).

A administração que sucedeu a Antônio da Silveira Brum foi a de Coronel Izalino Romulado da Silva, presidente interino com a deposição de Silveira Brum, eleito para gestão de 1923 a 1926, e Edmundo Rodrigues Germano, de 1927 a 1930, seguem na mesma tônica progressista.

Conforme o que nos expõe o memorialista Joel Peixoto (2013), os anos que seguem rumo à década de 30 foram extremamente turbulentos para o município. O que temos nesse momento foram reveses econômicos, com muitas oscilações até o ano de 1926, quando houve um ápice produtivo e um déficit gradativo até o ano de 1930, quando ocorreu a quebra da bolsa de Nova Iorque em 1929. Esse movimento produtivo que culminou na crise foi uma característica de todo o território nacional, que obteve superávits a partir de 1924 e queda em 1929 (CANO, 2012). Esse autor fomenta que esses reveses na administração pública local ocasionaram uma queda considerável nas arrecadações e conseqüentemente influenciou nos investimentos (PEIXOTO, 2013, p. 139-167).

As atas dos últimos anos de nossa pesquisa, isto é, 1921 a 1930, não atribuem com clareza os problemas enfrentados pelo município, porquanto os documentos estão comprometidos quanto à sua completude. Os últimos anos da década de 1920 migram para um processo de mudança política que foi acompanhado pela junta da Câmara Municipal. Temas como apoio a Aliança Liberal aos problemas concernentes da queda dos preços do café são mais recorrentes nos poucos indícios que temos das atas de 1929 a 1930, ficando assim a instrução pública sem muitas menções. O jornal municipal *O operário*, em suas edições de 1929 e 1930, segue na mesma perspectiva de foco nas questões referentes às sucessões presidenciais e do governo de Minas, como também nos assuntos referentes à crise de exportação do café, sem mencionar temas relativos à administração local.

O que podemos apenas supor de acordo com as documentações foi que os anos 1905 a 1930 foram caracterizados por altos investimentos em termos de melhoria do espaço urbano e que o município, de modo geral, passou por um ápice produtivo e de transformação desses

espaços públicos. A educação nesse momento foi um dos quesitos beneficiados, tanto no setor público quanto no privado, como veremos a seguir.

### **3.2 A educação em Muriaé de 1905 a 1920: O desenvolvimentismo muriaeense**

No que tange à Minas Gerais, o ano de 1906 representou um marco histórico e educacional, porquanto se criou a lei nº 439 de 1906, denominada Reforma João Pinheiro. A prerrogativa dessa reforma previa a criação de um novo modelo educacional baseado nos grupos escolares, em substituição às escolas isoladas. A lei também prescrevia a supressão das escolas isoladas nos municípios quando houvesse a criação desses grupos escolares, mas permitia a coexistência entre os dois modelos, conforme o artigo 3º. O governo mineiro também instituiu a regulação da escola primária e do ensino normal no estado, atribuindo à educação aspectos morais e cívicos como a lei nº 439 de 28 set. 1906 (MINAS GERAIS. Coleção de Leis e Decretos de minas gerais, p. 20). Criou-se, nesse momento um espaço próprio para o funcionamento dessas escolas, conforme o artigo de número 48 do decreto de n.1960 de 16 de dezembro de 1906 (MINAS GERAIS. Coleção de Leis e Decretos, p. 21).

A lei de 1906 ainda estabelecia um acordo com os municípios que disponibilizassem recursos materiais e financeiros para promoção das escolas em suas localidades, conforme o artigo de número 45 do mesmo decreto de nº 1960.

A reforma estabeleceu importantes mudanças em Minas Gerais, como o ensino graduado, a formação de turmas homogêneas, ou seja, separadas por nível de aprendizagem e definição de horários específicos. Essas mudanças criaram novos hábitos nas crianças para formá-las para o trabalho e para a vivência do civismo republicano (ROCHA, 2008, p. 30).

Segundo o que nos aponta Luciana Carvalho (2012), as bases da Reforma João Pinheiro merecem atenção devido a seu cunho elitista e de profundo incentivo ao setor privado de ensino (CARVALHO, 2012, p. 223). A autora entende que os poucos recursos estatais não dariam conta das auspiciosas ambições de regeneração da ignorância popular proposta pela reforma. Portanto, o ensino privado passou a ser cada vez mais incentivado desde que se submetesse aos critérios e às fiscalizações do governo. A produtividade baseada na frequência mínima de 20 alunos por turma sob a punição de fechamento do estabelecimento caso não mantivesse essa meta também era uma prerrogativa da reforma.

A Reforma João Pinheiro, conforme atesta Wenceslau Gonçalves Neto (2012), buscou implementar uma organização pedagógica, com parâmetros de espaços físicos, o fornecimento de materiais didáticos e mobílias próprias, com intuito de conduzir as transformações ambicionadas pelas elites nos âmbitos políticos, sociais e econômicos.

Em Muriaé, tanto as Atas quanto os jornais, demonstram um crescente desenvolvimento na instrução a partir de 1905, destacando-se a presença das instituições de ensino particulares, que ganharam grande representatividade local e apoio da Câmara Municipal<sup>64</sup>.

No que se refere à responsabilidade estadual, a Câmara em 1905, cobrou um posicionamento por parte do governo mineiro pedindo que este subvencionasse e mantivesse as cadeiras estatais existentes dentro do município, mais especificamente dentro do distrito de Boa Família.

O vereador Silvério Ramos, solicitando a palavra apresentou uma indicação para que a Câmara Municipal por intermédio de seu Presidente, peça ao governo do Estado o provimento das cadeiras das escolas do distrito de Boa Família e bem assim o conserto do prédio. Indicação esta que sem discussão foi aprovada. (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriaé, 06 jun. 1905, p. 11).

A partir de 1905, observamos que a relação entre estado e município ganhou novos delineamentos, diferentes dos anos anteriores, sendo cada vez mais incomum cobranças tais como as mencionadas anteriormente por parte da administração local ao estado. O que ocorreu nesse momento foi uma relação de parceria no que se refere à instrução pública, aparecendo, assim, novos elementos que acordaram iniciativas municipais e estaduais, como o disposto abaixo.

O Dr. Felipe dizendo que tendo o governo estadual com vista de uniformizar o ensino nas escolas públicas, dotando os distritos com professores normalistas, entendia que a Câmara Municipal deveria auxiliar as visitas do governo, fornecendo aos professores casas apropriadas para o ensino, ou pagando por estes os respectivos alugueis (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriaé, 12 jan. 1905, p. 181).

A proposta do Dr. Felipe virou projeto de lei conforme o artigo 43 de 13 de janeiro de 1905 (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriaé, 13 jan. 1905, p. 221), recebendo os professores normalistas a ajuda de 10\$000 a 20\$000 mensais para auxílio no aluguel de casas próprias para o ensino deduzidas da taxa escolar do município.

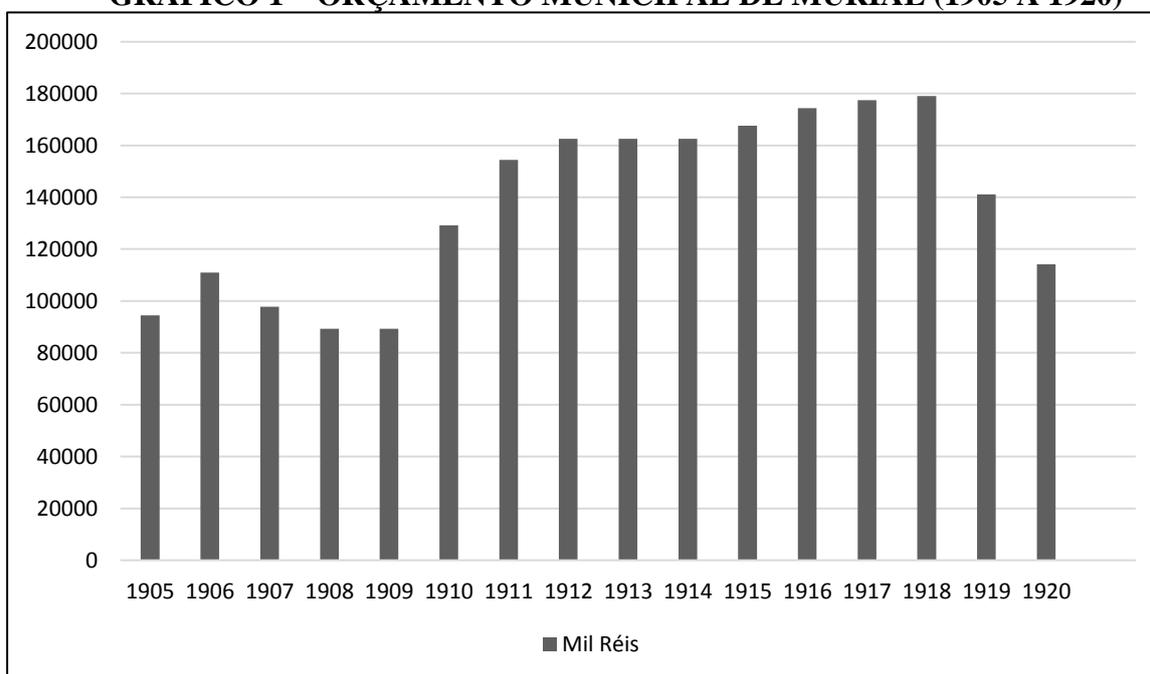
Ressaltamos que, a partir de 1905, aparecem prescritos com detalhes nas atas, os valores concernentes às taxas escolares cobradas de 5% dos impostos. Estas cobranças eram realizadas sobre os impostos cobrados nos setor industrial e profissão, predial, edificação e reconstrução, eventuais, taxa de remoção de lixo, fogos e candeeiros (MURIAHÉ. Câmara

---

<sup>64</sup> Trataremos melhor desse assunto mais adiante.

Municipal de Muriaé, 29 set. 1905, p. 57). Os maiores valores estão em São Paulo do Muriaé no ano de 1905, recolheu 792\$037 em taxas escolares dos 45000\$000 arrecadados de impostos totais, em outras palavras, aproximadamente de 16% da arrecadação total (MURIAÉ. Câmara Municipal de Muriaé, 31 dez. 1904, p. 217). Nos anos que seguem até 1920, as arrecadações da taxa escolar são maiores em São Paulo do Muriaé do que nos distritos em questão. Acreditamos que esse fator se deu devido ao tipo de serviço taxado que caracterizam aspectos mais urbanos, como indústrias, que estavam alocadas em sua maioria na sede e não nos distritos. A seguir temos o orçamento para os anos de 1905 a 1920.

**GRÁFICO 1 – ORÇAMENTO MUNICIPAL DE MURIAÉ (1905 A 1920)**

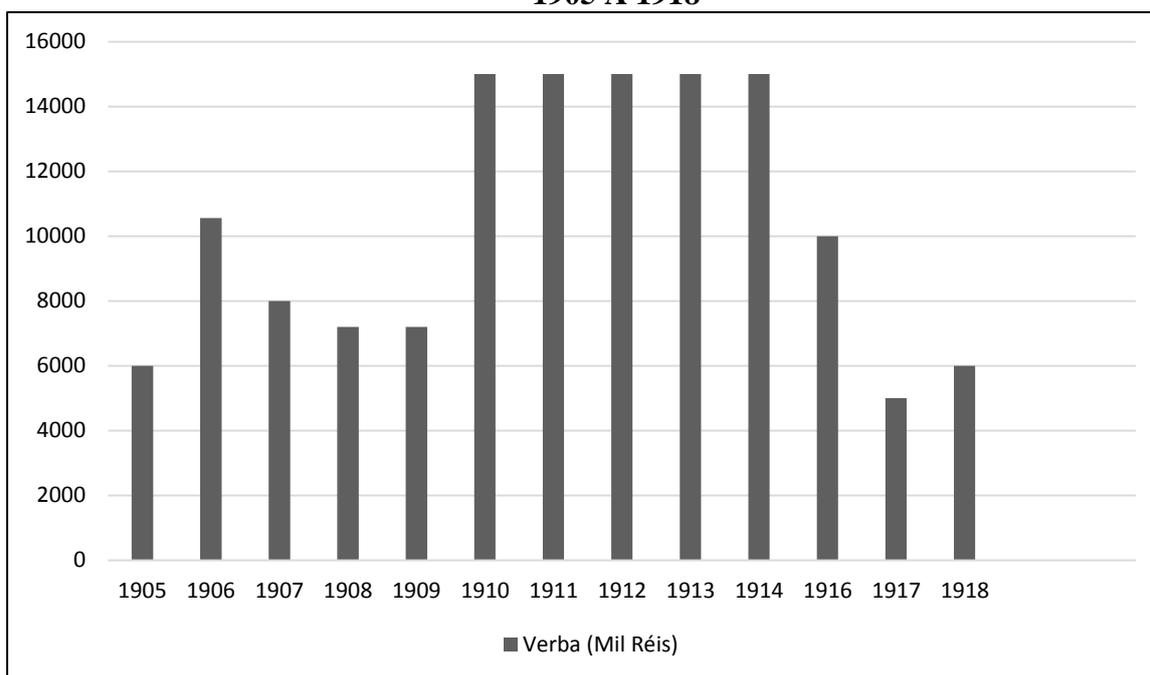


**Fonte:** Gráfico produzido pela autora baseado em informação retiradas das atas da Câmara Municipal de Muriaé de 1905 a 1920.

De acordo com os indicadores do gráfico 1, notamos que o orçamento para investimento no município passou por um significativo crescimento nos anos de 1910 a 1918. Acreditamos que o aumento das cifras no orçamento local fora representativo, pois a arrecadação do município, somado aos empréstimos contraídos com o governo estadual pela gestão de Dr. Brum, permitiria tais investimentos.

Sendo assim, podemos notar que as verbas concernentes às Instruções Públicas também sofreram acréscimos gradativos nesse período, como notaremos no gráfico a seguir.

## GRÁFICO 2 – ORÇAMENTO DISPONÍVEL PARA A INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1905 A 1918



**Fonte:** Gráfico produzido pela autora a partir de informações retiradas das atas da Câmara Municipal de Muriaé de 1905 a 1920.

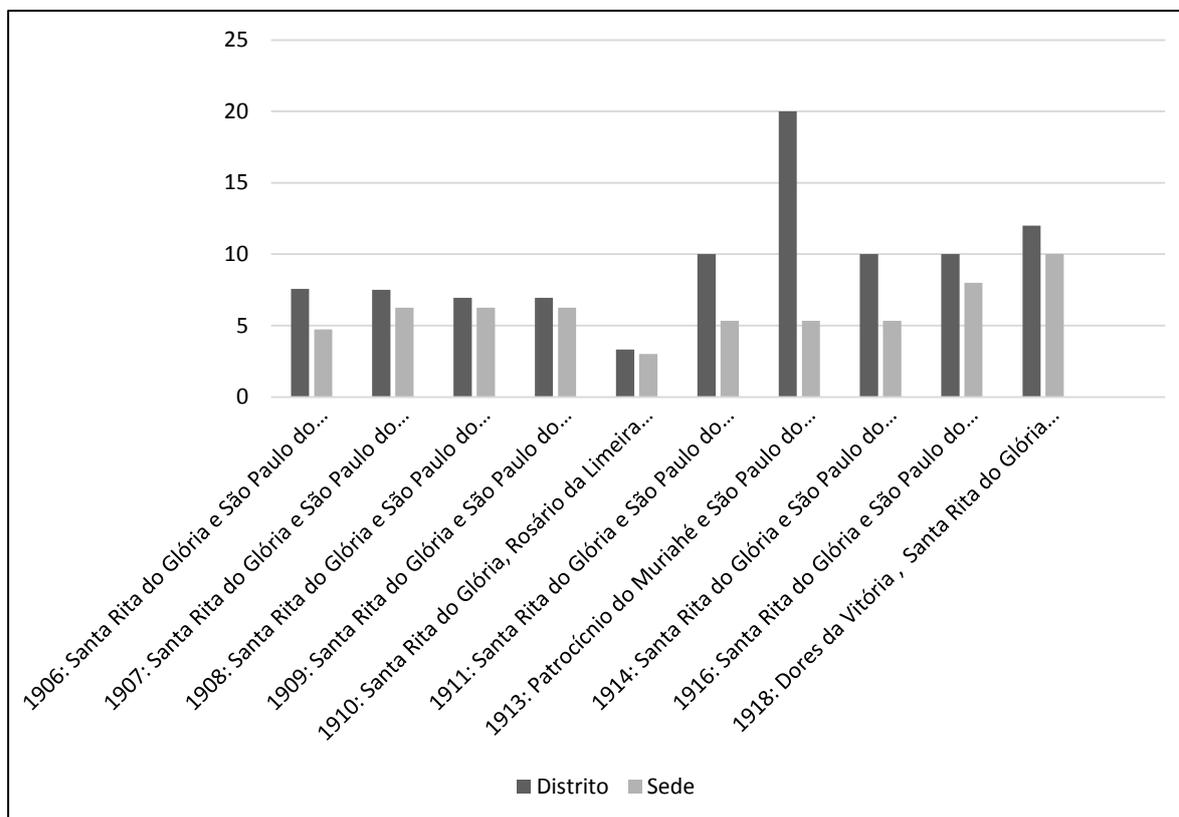
Observe que nos anos de 1915, 1919 e 2020 não aparecem as somas disponíveis para os gastos com a instrução pública em Muriaé. Esse fato se deve a incompletude do livro de atas de 05 de outubro de 1916 a 01 de setembro de 1920. Além disso, conforme notamos nas atas de 14 de março de 1918 a 16 de setembro de 1918 não houve reuniões na Câmara Municipal devido à falta de quórum para as sessões, sendo assim, durante seis meses aproximadamente, as questões da administração local não tiveram deliberações.

Em relação aos orçamentos gerais do município (gráfico 1) e os orçamentos referentes a instrução pública (gráfico 2), notamos que nos anos de 1910, 1911 e 1914, a porcentagem das verbas de instrução pública em relação ao orçamento de despesas gerais foram maiores. Os gastos com a educação foram de 11,62% em 1910; 9,72% em 1911 e 9,23% em 1912, 1913 e 1914, essas frações foram feitas em relação às despesas totais. Nos anos posteriores essas porcentagens diminuem, em 1916 para 5,74%; 1917 para 2,82% e 1918 para 3,35%. Esse fator se faz interessante se observamos no gráfico 1 que o orçamento para o ano 1917 e 1918 sofreram um aumento em relação aos anos anteriores. Os motivos da baixa de investimento na instrução pública a partir de 1916 não aparecem justificados nas atas do legislativo.

Percebemos, também, que a maior parcela dos gastos com instrução entre os anos de 1905 a 1918 estão direcionados ao distrito de Santa Rita do Glória, Rosário da Limeira e

Dôres da Vitória, ficando São Paulo do Muriahé (sede) em segundo plano em termos de volume de verbas. Essas comparações foram realizadas em relação à verba total dispendida pelo município para a instrução pública em cada um dos distritos. Segue gráfico a seguir:

### GRÁFICO 3 – VERBA DE INSTRUÇÃO PÚBLICA: RELAÇÃO DISTRITO E SEDE



**Fonte:** Gráfico produzido pela autora a partir de informações retiradas das atas da Câmara Municipal de Muriaé 1906 a 1918.

No gráfico, expomos apenas a sede em relação aos distritos com maiores verbas entre 1906 a 1918. A maior parte de volume de investimentos em instrução pública foram, como está exposto no gráfico 3, para os distritos, um fato curioso, devido a situação de São Paulo do Muriahé que possuía nesse período (1906 a 1920) uma política de melhoria da sua estrutura, (o primeiro grupo Escolar, a rede de esgoto, saneamento de água e o primeiro hospital). Queremos destacar, também, que em relação ao distrito de Santa Rita do Glória, que de 1906 a 1918, possuiu a primazia no ranking de verbas disponibilizadas para instrução pública. Nos anos de 1911 e 1914 a diferença de investimentos dispendidos pela Câmara entre São Paulo do Muriahé e Santa Rita do Glória chegaram a 5,33%. Nos anos antecedentes, ou seja, de 1906 a 1910, a média era de 1,16% de diferença de investimentos entre a sede e o distrito de Santa Rita do Glória. Vale lembrar que, por mais que a realidade em questão apresentada pelo

Alto do Muriahé seja de fato como o explicitado, o presente jornal pertencia à cúpula governista de Silveira Brum.

A partir do ano de 1906, nas atas, aparecem resoluções que preveem a regulação, fiscalização e incentivo do ensino municipal, como por exemplo, a subvenção de 250\$000 para professores que alcançassem um número mínimo de alunos preparado em instrução primária e 50\$000 aqueles que no final do ano letivo alcançassem a meta de frequência mínima de 15 alunos (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 02 jun. 1906, p. 111).

Vemos também, presente no jornal Alto do Muriahé, alguns extratos do termo de visitas do inspetor municipal a escolas de certos distritos, como foi o caso de Bom Jesus da Cachoeira Alegre. O inspetor e promotor público Doutor Olavo Tostes visitou a escola estadual do Professor Aristίδes Soter Braga. A referida escola, segundo consta nessa coluna detinha uma frequência de 46 alunos e era a única escola funcionando (A INSTRUÇÃO... 01 ago. 1915, p. 3). O relator reforça que faltavam materiais adequados à execução das aulas, mas que, apesar disso, as aulas eram consideradas adequadas.

Outro ponto marcante foi o que concerne às medidas punitivas aos responsáveis que não enviassem seus filhos entre 7 a 12 anos para escola, que só aparecem nas atas do legislativo no ano de 1908.

Art. 1º todo pae, tutor, curador ou patrão de menores de ambos os sexos, de 7 a 12 annos de idade, que residir em local onde existe escola pública ou subvencionada pela câmara e não matricular-os nas ditas escolas, ficara sujeito a multa de 5\$000, duplicadas nas reincidências [...]. Na mesma penalidade do artigo ficarão inclusos os responsáveis por menores que faltarem ás aulas por mais de cinco vezes mensalmente, salvo o caso de moléstia comprovada perante o professor da cadeira [...] (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 01 set. 1908, p. 249-251).

As imputações da lei seguem prevendo que o município se responsabilizaria pelo vestuário adequado dos alunos comprovadamente pobres e de que a multa seria transformada em verba para instrução pública destinada à localidade de origem da infração, isto é, a pena seria enviada ao distrito, cidade ou povoado onde o infrator residia (ATA DE MURIAHÉ, 01 set. 1908, p. 249-251). Estariam isentos do efeito da lei aqueles que residissem a mais de três quilômetros de uma escola, que possuíssem impedimentos intelectuais ou físicos, os que completaram o curso preliminar e aqueles que obtivessem instrução particular em suas casas.

No que se refere a este último termo – instrução provida dentro da instância particular – o município, desde 1907, estabelecera uma subvenção a professores particulares que

lecionassem a alunos pobres com a verba de 30\$00 mensais (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 01 abr. 1907, p. 168).

Além disso, a gestão municipal previa, durante todo o transcurso de 1905 a 1920, a subvenção para instituições particulares de ensino. O contrato seguia na prerrogativa de troca de benefícios, ou seja, o subsídio seria disposto a essas instituições, desde que se comprometessem em prover bolsas a alunos comprovadamente pobres que se destacaram segundo seus esforços.

As maiores recorrências de subvenções a essas instituições estão entre os anos de 1906 a 1913. Nesse ínterim, a instituição que mais recebe subvenção era o Gynásio São Vicente de Paula.

Pedindo a palavra o vereador Vicente Vasconcelos apresentou e leu o seguinte projeto de lei, depois de fazer diversas considerações sobre o mesmo: Artigo 1º Fica o presidente da Câmara Municipal autorizado a auxiliar o colégio São Vicente de Paula, redigido pelo professor Vicente Mansur, estabelecido nessa cidade com a quantia de um conto e duzentos mil réis, anual.

Artigo 2º este auxilio será feito mensalmente com a quantia de cem mil réis.

Artigo 3º Fica o professor Vicente Mansur obrigado a receber em seu colégio des alunos anualmente, que cursarão matérias do segundo grau, ou farão curso secundário, cujos alumnos sejam reconhecidamente pobres, tenham se distinguido no curso primário das escolas públicas, sendo sua admissão feita mediante provas (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 01 abr. 1908, p. 234).

Dentre os benefícios dispostos para o Gynásio, a Câmara subvencionaria até três professores para lecionarem no curso normal e no de farmácia com dedicação exclusiva (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 03 mar. 1913, p. 7).

Segundo a propaganda dessa instituição no jornal Alto do Muriahé, o Gynásio São Vicente de Paula disponibilizava aulas do ensino primário e secundário e cursos profissionais de odontologia, farmácia e o curso Normal de preparação de professores. As instalações permitiam alunos e alunas do externato e apenas meninas para o internato. Segundo consta no Alto do Muriahé, o Gynário São Vicente de Paula fora equiparado à Escola Normal Modelo do Estado ainda no ano de 1915 (ATHENEU São Paulo, 22 fev. 1915, p. 4).

Outra instituição de ensino muito presente tanto nos jornais quanto nas Atas mediante a petição de subvenções foi o Atheneu São Paulo, que também disponibilizava cursos primário, secundário e profissional como o de farmácia, odontologia e curso normal (IBIDEM, 22 fev. 1915, p. 4).

## MAPA 6 – ESCOLAS PARTICULARES SUBVENCIONADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL: 1905 A 1920



**Fonte:** Mapa produzido pela autora por meio de informações retiradas das atas da Câmara Municipal de Muriaé: 1905 a 1920.

Na distribuição ilustrada pelo mapa, fica evidente que o maior número de instituições particulares que recebiam verbas públicas estava concentrado dentro da sede (São Paulo do Muriaé). Acrescida a essa lista, porém sem receber verbas da Câmara, estava o Externato Muriaheense, também situado em São Paulo do Muriaé. Segundo a edição de 28 de janeiro de 1917 do Alto do Muriaé, o Externato Muriaheense foi fundado por duas normalistas oriundas do Colégio São Vicente de Paula, Aida Lobo e Maria Nacif. A referida instituição

atendia a ambos os sexos no nível primário e secundário e admissão para o curso normal (EXTERNATO... 28 jan. 1917, p. 1).

Os indícios não revelam o tempo de atuação das instituições particulares no município. No entanto, se levarmos em conta as propagandas do jornal Alto do Muriahé de 1915 a 1920, podemos ter uma ideia de algumas que permaneceram nesse período. Desde 1915 a 1920, podemos afirmar a presença do Colégio São José, Gynásio São Vicente, Atheneu São Paulo e a partir de 1917, Colégio Santos Anjos e o Colégio das Irmãs Salesianas. Quanto às irmãs salesianas, nas atas constam que:

Pedindo a palavra o Dr. Santos e fazendo ver as conveniências de um estabelecimento de ensino dirigido pelas irmãs Salesianas apresentou a seguinte indicação, acompanhada de projeto de lei[...] A comissão de Obras Públicas, attendendo as vantagens e benefícios que o município possa auferir com a fundação de um colégio para meninas sob as vistas das Irmãs Salesianas, é de parecer que seja auxiliado para a iniciação de suas obras a quantia de 5000\$000 pagos em quantias eguaes[...] (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 06 jun. 1905, p. 280).

Vemos frisados no trecho a ideia de que a direção do Colégio dirigido pelas irmãs salesianas traria “vantagens” e “benefícios” ao município. Por mais que no exposto não fica claro quais seriam as ditas vantagens, para além de uma educação para meninas, o tipo de educação disponibilizado pelas Salesianas conferia conveniências para o município. No entanto, não encontramos nenhum indício, nem nas atas, nem nos jornais que comprovam a instalação dessa instituição em Muriahé, apesar de haver o projeto de lei.

Como nas palavras de Silva e Filho: “Deste modo, nas primeiras décadas do século XX, a educação feminina nessas escolas ou internatos religiosos visava preservar a moral e a instrução da mulher para o lar”. (SILVA; FILHO, 2008, p. 6).

Os financiamentos da Câmara eram dados mediante a um acordo com as instituições privadas de ensino. Tal contrato também era feito mediante a concessão de vagas para alunos pobres escolhidos pelo presidente municipal. Além dessa aliança contratual, a partir de 1905 o município também passou a isentar os estabelecimentos de ensino dos impostos<sup>65</sup>. Note que a prerrogativa da subvenção também permitia à Câmara certo controle sobre a instituição de ensino, decidindo de que forma se estabeleceria os pagamentos e os termos da retribuição do acordo e quais seriam as pessoas beneficiadas, como aparecem nas subvenções ao Colégio Menino Jesus e à Escola Normal São Paulo.

---

<sup>65</sup> Essa é a primeira menção em forma de lei da isenção de impostos para quaisquer estabelecimentos de ensino. Ata de 13 jan. 1905. Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé de 1901 a 1905 – APMM. Cx. n.4. p. 217.

Artigo 1º. Para ministrar instrução primária a 25 meninos pobres fica concedida a subvenção de 50\$000 mensaes ao diretor do Colégio Menino Jesus.

Parágrafo único: A matrícula dos alunos pobres só será feita em vista de atestado de indigência dado pela autoridade policial. Artigo 2º: Fica o Presidente e Agente Executivo autorizado a effectuar o pagamento da *subvenção que trata 1º, pela verba “Instrução Pública” mediante ao mapa de frequências visitados pelo Inspector escolar[...]*. (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 01 jul. 1905, p. 299).

Do projeto nº2 artigo 1º: A Câmara municipal subvencionará pela verba instrução pública o ensino normal, officializado pela equiparação do instituto modelo do Estado de Minas Gerais na Escola Normal São Paulo com a quantia de três contos de réis (3000\$000) anualmente. § Único: A subvenção será paga em três prestações eguaes, a primeira em Março a 2ª em julho e a 3ª em novembro de cada anno. Artigo 2§: a escola Normal São Paulo, aceitando o auxílio fica obrigada a admitir até dez alunas externas, reconhecidamente pobres, a matricula gratuita no dito curso Normal officializado mediante indicação pela Câmara Municipal. (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 01 dez. 1920, p. 41)

Em raras exceções, a Câmara também subvencionava o ensino de alunos em instituições de ensino fora do Município. Apenas um fato ocorreu nesse momento, que foi a petição de Antônio Fernandes Vianna em 01 de junho de 1905, requerendo a subvenção para que seu filho estudasse na academia de Comércio em Juiz de Fora. A Câmara concedeu ao peticionário as condições para que este prosseguisse em seus estudos, mesmo sob os protestos de alguns de seus membros que não concordavam com essa concessão (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 01 jun. 1905, p. 7 v.).

A câmara municipal, a partir de 1908, se lançou no desafio de criação dos grupos escolares dentro do município. O primeiro deles foi o grupo escolar Dr. Silveira Brum, que teve suas obras terminadas no ano de 1912. Porém, enquanto projeto de lei, foi aprovado em 1908. Muitas sessões da Câmara foram realizadas para aprovação de sua construção, bem como, quais verbas seriam dispendidas para que suas conclusões acontecessem em breve. Segundo Talitha Cabral (2013), os grupos escolares foram definidos como modelo de instrução em Minas Gerais a partir da lei nº 439 de 1906. Contudo, segundo a autora, essa lei não viabilizou a formação dessas instituições de ensino de maneira uniforme dentro dos municípios. O destaque que a referida autora dá ao Grupo Silveira Brum, foi a prerrogativa rigorosa aos ideais republicanos de ordem e progresso (CABRAL, 2013, p. 139). O Grupo

Silveira Brum foi piloto de outras iniciativas municipais que criava escolas e as doava para o Estado de Minas Gerais<sup>66</sup>.

Fica autorizado ao Presidente da Câmara Municipal fazer a aquisição de um prédio com as acomodações necessárias par a fundação de um grupo escolar nesta cidade, na forma da legislação estadual. § 1º. Fará doação do mesmo prédio ao Estado para esse fim.

§ 2º Fica também autorizado a despende até a quantia de dez contos de réis, pela verba Instrução Pública para a compra do imóvel e despesas mensais (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 12 fev. 1908, p. 225).

O Colégio Silveira Brum foi tomado nesse momento como o um padrão de ensino a ser seguido pelo município. Observamos isso, ao notar toda a propaganda criada em torno dessa instituição de ensino no jornal Alto do Muriahé.

Após a concretização do grupo Silveira Brum, criou-se os demais grupos dentro das sedes distritais. Vemos aí, a contemplação de Santa Rita do Glória, Patrocínio do Muriahé, Glória, Bom Jesus da Cachoeira Alegre, Dôres da Vitória, Boa família e Rosário da Limeira, ou seja, a lei abrangia os principais distritos do município para criar os grupos escolares.

Apresentou o mesmo vereador o projeto de lei que auctorizasse o presidente da Câmara a promover a construção de prédio para a instalação de grupo escolar nas sedes dos districtos de Patrocínio do Muriahé e Santa Rita do Glória, assim como adquiririr prédios para instruções nas sedes dos districtos do Glória; Bom Jesus da Cachoeira Alegre e Dôres da Vitória e nos povoados de São Fernando e Macuco do distrito de Bôa Família, podendo despende até a importância de 30000\$000. Acrescentou-se a palavra Bôa Família, nos povoados de Camargo e Santo Antônio do Belisário districto de Limeira (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 01 set. 1914, p. 46).

O município criou os grupos e os doou para o estado, ou subvencionou os referidos grupos até o estado assumi-los de fato<sup>67</sup>, essa foi a principal política utilizada nesse momento. Sendo assim, temos os exemplos do que ocorre também com outros prédios municipais que foram doados ao estado a fim de funcionarem escolas estaduais nos anos de 1913 e 1920<sup>68</sup>. Nesse momento, observamos o município se valendo da prerrogativa da Reforma de 1906, dispondo de meios financeiros para que a efetivação dos grupos ocorresse em seus territórios.

<sup>66</sup> A lei nº 41 de 03 de agosto de 1892, propõe em seu artigo 331, o apoio a município que dispusessem meios para instalação de escolas.

<sup>68</sup> Livro de Atas de 01 mar. 1913 a 02 out. 1924; Livro de Atas 02 set. 1920 a 01 mar. 1921 - APMM. Cx.n.5. p. 45 e p. 12.



Note que no mapa 7 a maioria das escolas criadas estão reunidas no ano de 1914, um dos anos com os maiores investimentos em instrução pública, conforme o gráfico 2. O que nos chamou a atenção foi que os maiores volumes de escolas criadas também estavam concentrados em São Paulo do Muriaé, mas o maior volume de verbas, como notamos no gráfico 3, não eram alocados na sede.

Concernentes à educação local o jornal Alto do Muriaé não apresenta muitos detalhes, obtendo esse periódico apenas os extratos das resoluções da Câmara e dos balancetes financeiros trimestrais do município. Utilizamos desses periódicos, principalmente, as sessões referentes à propaganda as quais possuíam várias ofertas de escolas particulares, nos dando a entender que, durante o transcurso de 1915 a 1918, instituições como Gynásio São Vicente, Atheneu São Paulo, Instituto Profissional, Instituto Philomático Mineiro, eram ativas dentro do município.

A prerrogativa existente na coluna denominada Pela instrução de 01 de abril de 1917 reforçava a situação crítica do analfabetismo no país. A coluna atribuía ao analfabetismo os estigmas de crime e doenças e revelava as cifras de 17 milhões e 500 mil analfabetos no país em uma população total de 25 milhões. Como observaremos no extrato abaixo:

Compulsa é as estatísticas dos manicômios, e dos infelizes que se acham recolhidos, 90 são alccolicos, em cada cento. Desses 90 alcoólicos, 80 são analfabetos.

Desfolhae agora as páginas da estatística das prisões, dos desgraçados que nella expiam seus erros, suas faltas e seus crimes 95% são analfabetos.

Enquanto o analfabeto nos dá esse justo orgulho da nossa humanidade, essa força lucida para lutar e vencer, o analfabetismo tira ao homem o sentimento de sua própria dignidade, a ponto de ir ele servilizando-se de forma tal, até se transformar num verdadeiro escravo: escravo do erro, do vício e da injustiça – os três factores da degenerescência humana (NELSON, 01 abr. 1917, p. 1).

Observe que nas falas do redator existe uma culpabilização direta aos sujeitos classificados como analfabetos e atribuições diretas aos males sociais como oriundos da falta de instrução.

No mês de outubro, na edição do dia 14 do ano de 1917, o Alto do Muriaé, novamente suscita questões acerca da instrução no país. A defesa que se segue na prédica do colunista E. Nelson era que o Estado de Minas, a exemplo de São Paulo, deveria se esforçar para além das questões políticas, investindo mais na instrução pública. O texto alega que, no estado mineiro, não havia nenhuma escola isolada com frequência máxima de 150 alunos, e

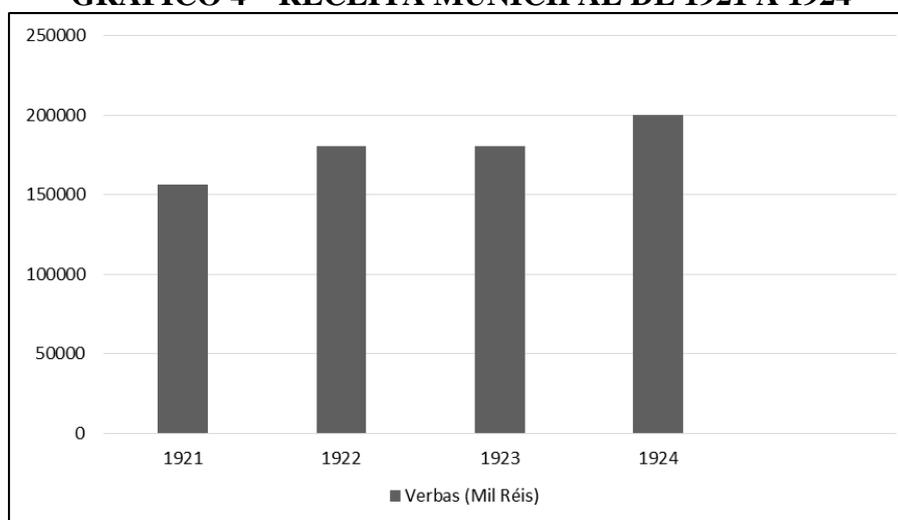
que a exigência mínima de 600 habitantes por escola era uma prerrogativa inviável (NELSON, 14 out. 1917, p. 1).

De acordo com censo de 1920, havia um alto índice de analfabetos dentro do município, concentrados em maior número dentro da sede de São Paulo do Muriaé que possuía também o maior índice populacional, 6540 habitantes (IBGE, 1920, p.160). O maior número de analfabetos estava na faixa etária de maiores de 15 anos de idade. O maior número após a sede estava concentrado no distrito de Santa Rita do Glória, aquele que, como vimos, dispunha de maiores parcelas das verbas de instrução pública no período de 1906 a 1918 e que também era o distrito mais populoso com 3.765 habitantes. Assim, observamos que o município estava direcionando seus esforços dentro de suas limitações orçamentárias para reverter o analfabetismo, criando e provendo escolas públicas e particulares. No entanto, as medidas locais ainda não alcançavam cifras satisfatórias. Em suma, as iniciativas de lei, orçamentárias e a constante propaganda em prol da instrução existente no Alto do Muriaé, revelam a ciência municipal em relação à necessidade de promoção da instrução pública.

### 3.3 A educação em Muriaé de 1921 a 1930

Ao adentrarmos a última década de nossa pesquisa, as questões referentes ao orçamento municipal e aos investimentos em instrução pública são incompletas. As atas do poder público dispõem apenas dos dados relativos aos anos de 1921 a 1924. A partir de 1921 as informações são mais escassas. Não sabemos se isso ocorreu devido a uma disposição municipal ou se foi o resultado da deterioração dos documentos. A seguir, temos os valores orçamentários referentes aos anos de 1921 a 1924.

**GRÁFICO 4 – RECEITA MUNICIPAL DE 1921 A 1924**

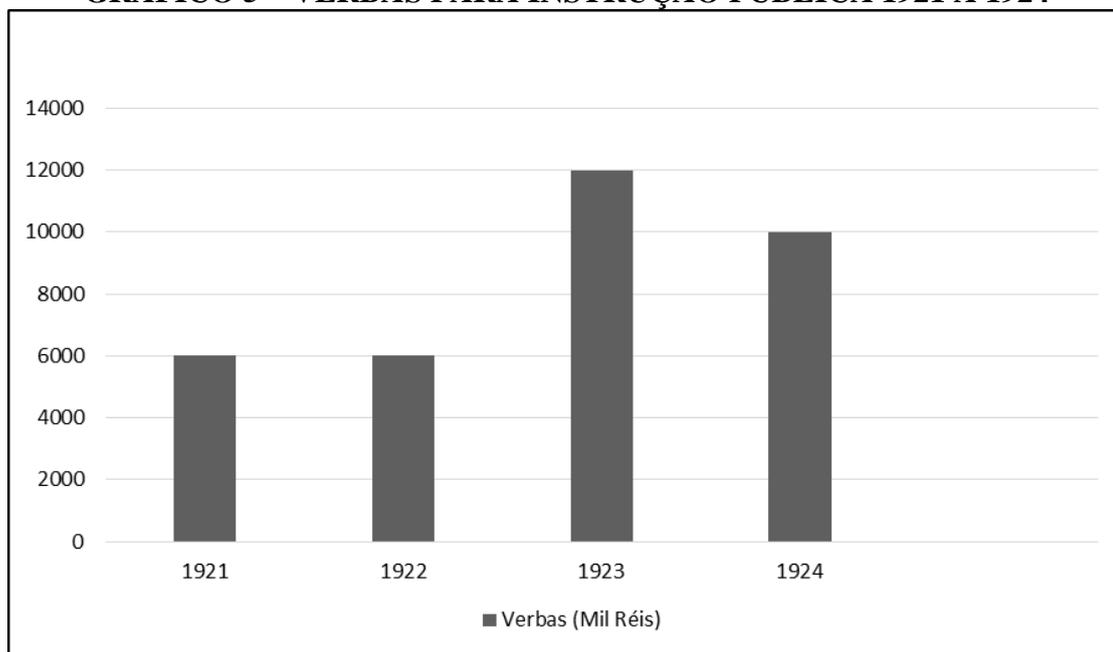


**Fonte:** Gráfico produzido pela autora a partir de informações retiradas das atas da Câmara de Muriaé, 1921 a 1924

Dentro das cifras as quais dispomos, notamos que, mesmo em detrimento à crise política sofrida pelo município, devido à deposição de Antônio da Silveira Brum, o município no que tange aos anos de 1921 a 1924, teve um crescimento em seu orçamento. Como mencionamos anteriormente, isso se deve também ao crescimento das exportações de café que culminaram conseqüentemente no aumento das arrecadações. No gráfico 4, observamos um aumento no orçamento municipal.

Agora é possível observar os investimentos para Instrução pública no gráfico 5.

**GRÁFICO 5 – VERBAS PARA INSTRUÇÃO PÚBLICA 1921 A 1924**



**Fonte:** Gráfico produzido pela autora a partir de informações retiradas das atas da Câmara Municipal de Muriaé 1921 a 1924.

Nota-se que as parcelas das verbas dispendidas para instrução pública sofreram um aumento vertiginoso no ano de 1923. Comparado com gráfico 4, entendemos que, apesar do orçamento em 1924 ter sido maior do que o ano de 1923, a verba disponível para o ano de 1924 sofreu uma queda de 1,65%, no quesito instrução pública.

Quando migramos nossa atenção para as verbas dispendidas para a instrução pública por localidade, ressaltamos que os distritos em 1921 e 1922 superaram a sede, São Paulo do Muriaé. Em 1921 foram dispendidos 600\$000 de verba para instrução em São Paulo do Muriaé e seus distritos (distritos da cidade)<sup>69</sup> e 915\$000 réis em Santo Antônio do Glória. Em 1922, o município dispendeu 960\$000 para São Paulo do Muriaé e 1500\$000 para o distrito de Rosário da Limeira. A respeito dos anos seguintes, não dispomos desses

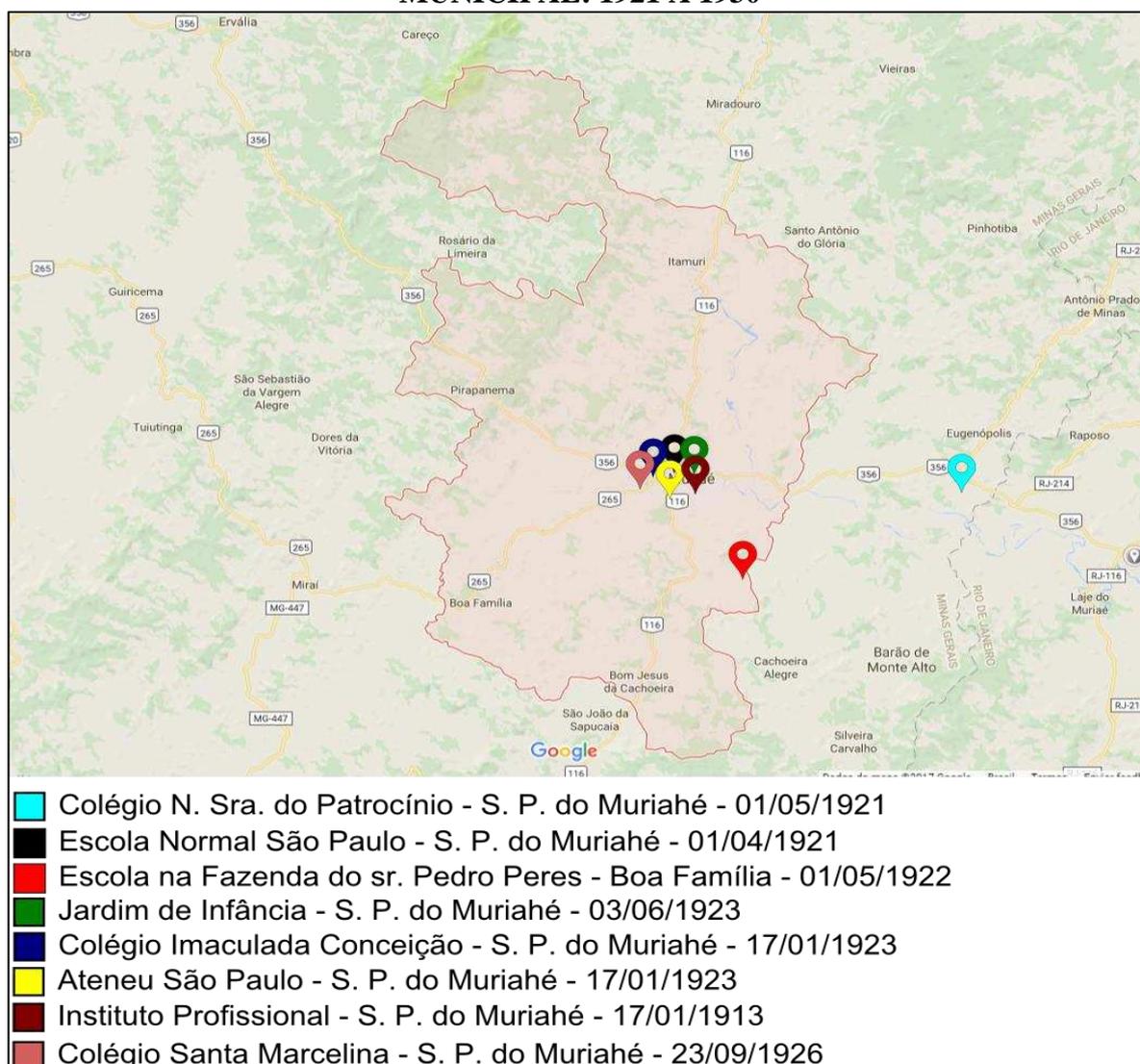
<sup>69</sup> São Paulo do Muriaé, segundo as Atas, possuía seus distritos, tais como, Divisório e Jacaré por exemplo.

comparativos, porquanto as atas relativas aos anos de 1923 e 1924 se acham incompletas no que tange a São Paulo do Muriaé. O que notamos é que de 1921 a 1924, muda-se a concentração de verbas em instrução pública que era presente em Santa Rita do Glória e, nesse momento, passa a se voltar para Santo Antônio do Glória e Rosário da Limeira.

Em relação aos orçamentos, o maior investimento em educação foi feito no ano de 1923, uma média de 6,65%. Nos anos de 1921 3,84%; 1922 de 3,32%; e 1924 de 5% em relação ao orçamento total.

Nos anos de 1921 a 1930, o município tomou como medida resoluções dos anos anteriores, como o investimento de verbas em instituições particulares. Observaremos que, em sua maioria, continuava concentrada em São Paulo do Muriaé. No mapa a seguir, temos as disposições dessas instituições subvencionadas pela Câmara:

### MAPA 8 – ESCOLAS PARTICULARES SUBVENCIONADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL: 1921 A 1930



**Fonte:** Mapa produzido pela autora por meio de informações retiradas das atas da Câmara Municipal de Muriaé de 1921 a 1930.

Conforme podemos notar no mapa acima, temos nesse momento a presença das Irmãs Marcelinas, que chegaram ao município para substituir o Colégio Santos Anjos. Vemos, também, a subvenção de um Instituto Profissional, fundado desde 1921, que até o ano de 1929, segundo consta na sessão de propagandas do O operário, era uma escola de comércio e contabilidade (INSTITUTO Profissional, 15 dez. 1929, p. 3). A escola Remington oficial era uma escola primária, secundária, comercial e de datilografia fundada em 1922 acoplada ao Instituto Profissional, com a mesma direção de Antônio Paulo Carvalho. As principais instituições de profissionalização estavam em São Paulo do Muriahé, como a Escola Normal São Paulo e o Instituto Profissional.

Das instituições destacadas no mapa, observamos ser presente por mais de uma década o colégio Atheneu São Paulo, também conforme os jornais Alto do Muriahé, O operário e O Muriahé. Conforme a sessão de propagandas, o Atheneu São Paulo permaneceu em Muriahé até os anos de 1930, sendo municipalizado em 1928. Até o ano de 1930, a municipalização de uma instituição particular era um fato inédito no município. Conforme as atribuições da lei, o colégio teria um estatuto diferenciado dos demais, devendo se equiparar ao Colégio Pedro II.

Artigo 1º: Fica o Atheneu São Paulo considerado estabelecimento municipal de ensino.

Artigo 2º: O Atheneu São Paulo reger-se-á por estatutos próprios, sob condição de adaptar os programas de ensino do Colégio Pedro II.

Artigo 3º: As relações entre o Atheneu São Paulo e a municipalidade decorrente da nova situação creada pela presente lei, serão regulados por um contracto entre as duas partes (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 26 jan. 1929, p. 31).

Já o colégio Normal São Paulo, fundado em 1904, foi uma das instituições mais beneficiadas pela Câmara, por exemplo. Conforme aponta no Alto do Muriahé, o colégio Normal São Paulo possuía como disciplina: história geral do Brasil, Português, Cosmografia, Química, História Natural, Higiene, pedagogia, Moral e Cívica, Francês, Aritimética e Econômia Doméstica (ESCOLA NORMAL, 14 nov. 1915, p. 1). A própria Câmara selecionava as alunas para estudar no referido estabelecimento: “O presidente da Câmara dará o conhecimento a Escola Normal São Paulo da relação de aprovadas, comunicando que vigorará essa indicação desde o início do ano actual letivo” (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 11 abr. 1921, p. 12).

A subvenção dispendida pela Câmara era requisitada por inúmeras destas instituições. Em alguns momentos, como no caso do Colégio Imaculada Conceição a subvenção era pleiteada mediante ao argumento de regalias dadas a outras instituições. Em outras palavras,

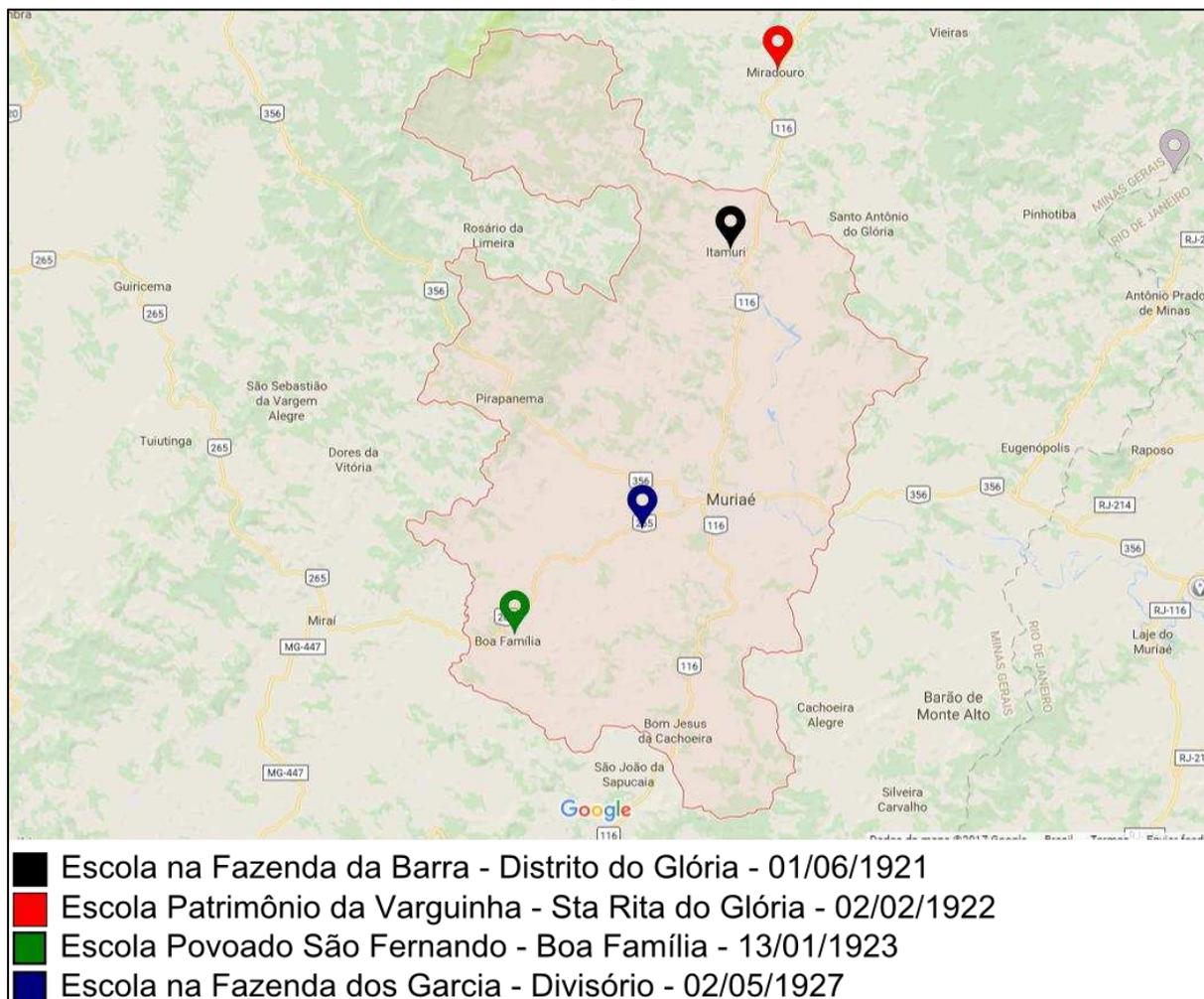
como veremos no caso a seguir, a subvenção ou isenção de impostos era pedido por conta de o benefício ser dispostos a outras instituições.

D. Maria Brandão Lobato da Silva, diretora proprietária do colégio Imaculada Conceição pedindo isenção de imposto municipais de acordo com as regalias legais concedidas as outras casas de ensino desta cidade, o Atheneu São Paulo, Instituto Profissional São Paulo e Escola Norma São Paulo. Sobre esse assunto a Câmara deliberará na próxima sessão visto ter sido a presente convocação para tomada de conta de seu presidente [...] (MURIAHÉ. Câmara Municipal de Muriahé, 26 jan. 1928, p. 26).

No Anuário estatístico de Minas de 1922 a 1925, temos essas informações que apontam para a presença de oito instituições particulares dentro do município, sendo três masculinas e cinco mistas, com uma matrícula aproximada de 348 meninos e meninas. (MINAS GERAIS, Anuário..., 1925, p. 1006). A duração dessas instituições era incerta, o que podemos apenas supor baseado nos jornais era que as instituições subvencionadas até o ano 1930 puderam continuar com seus trabalhos.

Além das subvenções, o município continuou criando escolas nos anos de 1921 a 1930. Embora nesse momento não tenha existido nenhuma menção acerca da criação de mais grupos escolares como ocorreu nos anos antecedentes. Nota-se, também, que as escolas criadas estavam nos distritos e não em São Paulo do Muriahé. No mapa a seguir, as datas afixadas a figura são de quando esses projetos foram propostos e aprovados pela Câmara.

## MAPA 9 – ESCOLAS PÚBLICAS CRIADAS PELA CÂMARA MUNICIPAL: 1921 A 1930



**Fonte:** Mapa produzido pela autora a partir de informações retiradas das atas da Câmara Municipal de Muriaé de 1921 a 1930.

Não temos dados que comprovam se a promulgação da lei foi de fato cumprida. Contudo, de acordo com o Anuário Estatístico de Minas Gerais de 1922 a 1925, Muriaé obtinha apenas um grupo escolar estadual misto com frequência de 621 alunos. A média total de frequência no município era de 1108 alunos e 21 escolas, sendo seis destas masculinas, cinco femininas e nove mistas. A matrícula total dessas escolas estaduais era de 1827 alunos, ou seja, havia uma frequência média de 60,65% dos alunos matriculados. Esses dados são referentes tanto ao grupo e como às escolas isoladas (MINAS GERAIS. Anuário..., 1925, p. 1006)

Dentre as escolas isoladas, havia duas urbanas, treze distritais e cinco rurais. Percebemos, assim, a proeminência de escolas nos distritos e zona rural, sendo essa característica mais ruralizada ainda muito presente na sociedade muriaeense.

O dado levantado entra em confronto com prerrogativas como a medida que criava grupos escolares nas sedes do município nos anos anteriores, como no ano de 1914. Assim, levanta uma questão que, por sua vez, gera suposições. A primeira delas seria no que diz respeito ao momento do levantamento desses dados, em que os grupos criados e doados ao estado ainda não estariam funcionando. A segunda seria na falha da própria municipalidade no envio dos relatórios ao governo do estado. De uma maneira ou de outra, o número de escolas sublinhado era, sem dúvida, muito pequeno diante de uma população de cifras tão representativas. Como frisamos no tópico acerca da Muriaé republicana, a municipalidade atravessou muitos problemas financeiros, ocasionados pela crise do café e também pela catastrófica enchente de 1926, que gerou altos prejuízos aos cofres públicos (PEIXOTO, 2013, p. 139 - 167).

Como notamos até aqui, o município de Muriaé, ao longo dos anos de 1906 a 1930, se empenhou para que a educação fosse provida e promovida em seus territórios. Observamos que, de modo geral, nas atas do poder público existia uma preocupação em se resolver o problema do analfabetismo em Muriaé e que os acordos entre município e o estado na criação e doação de escolas foram fundamentais para a disseminação de instituições de ensino dentro dessa localidade.

Uma das características mais latentes nos documentos era, sem dúvida, a longa administração do governo de Antônio da Silveira Brum e os esforços empreendidos por essa gestão no aumento da arrecadação e, conseqüentemente, no orçamento municipal. É digno de menção, que os acordos entre município e estado extrapolaram as questões financeiras e se tornaram concretas por meio das constantes doações de prédios e mobílias para fundação de escolas estaduais e grupos escolares.

O diferencial existente na da gestão “brunista” foi exatamente o contato que Antônio da Silveira Brum tinha com o estado de Minas Gerais pelo meio do cargo de deputado estadual que fora exercido concomitantemente com o de presidente da Câmara. Acreditamos que o contato político e a representatividade estadual do Dr. Brum permitiram ao município a facilitação em contrair empréstimos com o governo estadual. No entanto, foi justamente essas medidas, que passaram posteriormente a comprometer grande parte do orçamento municipal. Sendo este um dos principais motivos para derrocada política de Antônio da Silveira Brum no início da década de 1920, a ponto de o Dr. Brum ter seu cargo caçado pela Câmara Municipal, que vivia no dado momento uma cisão no Partido Republicano Mineiro, entre “brunistas” e os coligados à chapa do Coronel Pacheco de Medeiros (PEIXOTO, 2013, p.142).

Compreendemos, também, a marcante corrida por tornar São Paulo do Murihaé, um centro urbano de referência dentro do município, e que essas medidas já tomadas por administrações anteriores e intensificada pela gestão de Dr. Brum com as melhorias estruturais, foram, talvez, um dos motivos catalizadores para o aumento populacional urbano na sede como observamos nos dados do IBGE de 1920.

Acreditamos de semelhante forma, que o incentivo à iniciativa privada foi uma das medidas mais recorrentes estabelecidas pela gestão local. No entanto, a valorização de instituições como o Ginásio São Vicente de Paulo, Colégio Normal São Paulo e, posteriormente, o Instituto Profissional, nos chama atenção por serem medidas de incentivo à profissionalização da população nas áreas de ensino, farmácia, odontologia e contabilidade.

Fica evidente que a propagação de projetos de modernização foram elementos que a elite agrária local imputava a sociedade para o alcance do progresso e delimitação de uma identidade local, que defendia a educação como fundamental para o alcance de seu desenvolvimento social e econômico.

Uma peculiaridade digna de menção é que, a partir de 1905, as petições por escola pública não foram tão mais pleiteadas pela comunidade assim como eram de 1899 a 1904. São raros os requerimentos de peticionários pertencentes a alguma comunidade, transparecendo a fonte ser cada vez mais uma medida política já consolidada na prática da Câmara Municipal.

Infelizmente, a incompletude dos dados relativos às décadas de 20 e 30 republicanas compromete uma análise mais comparativa entre as duas décadas finais de nossa pesquisa. No entanto, o que podemos intuir é que os áureos anos da produção cafeeira até 1926 permitiram o desenvolvimento do município. Contudo, a crise iminente do ano 1929 e as dissidências da Câmara por conta das disputas dentro do PRM, certamente provocaram impasses com a administração local (PEIXOTO, 2013, p. 172). As dificuldades da pesquisa histórica, por vezes esbarram na escassez ou na deterioração de fontes que seriam indispensáveis para composição das lacunas existentes.

A Murihaé republicana, mesmo possuindo um aparato administrativo em construção e sofrendo os reveses de uma economia muito focada na monocultura do café, entendeu a instrução pública como um elemento crucial para sua constituição enquanto município. Dotada do ideário republicano, o município procurou investir no progresso e na educação de sua comunidade.

Em suma, o município se qualifica como “município pedagógico”, pois prevê ações ante sua autonomia para resolver o problema da educação. Os esforços dispendidos pela

municipalidade abrangem medidas legais, investimentos financeiros e acordos com instituições privadas e com o governo do estado. Localizamos que essas práticas se tornaram gradativas e crescentes, constituindo, assim, um espaço “político pedagógico” que sistematiza e efetua práticas de promoção da instrução de seus munícipes (DURÃES, 2012, p. 91).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou compreender a história da educação no Município de Muriaé – MG nas últimas décadas do Império até os anos 30 da primeira República. Esse estudo procurou perceber o município em questão como “um município pedagógico”, ou seja, uma instância política, administrativa e pedagógica, que empreendeu meios financeiros, legais e materiais para desenvolver a educação local.

Assim, notamos que, nos anos que findaram o Império, no município de Muriaé as taxas de analfabetismo e o baixo rendimento escolar eram um dos principais problemas vividos pelo mesmo, por Minas Gerais e pelo Brasil.

Destacamos que além desses fatores, Muriaé possuía características rurais, concentrando a maior população nos distritos, como Nossa Senhora das Dôres da Vitória, Nossa Senhora dos Tombos do Carangola e São Sebastião da Mata.

O jornal *Muriahé* também apontou que os problemas vivenciados pela educação no município eram resultantes da má administração da província mineira, frisando a má remuneração e falta de preparo profissional dos docentes como um dos problemas mais pujantes da educação mineira.

Pelo exposto nas fontes, notamos um crescimento nas cadeiras estaduais distribuídas pela província no município nas décadas de 1870 a 1880. Contudo, mesmo o mapa de cadeiras estaduais revelando esse aumento, o jornal circulante nesse momento, *Muriahé*, apontou a defasagem dessas cadeiras, em certos momentos, a inexistência delas.

Com o advento da República, notamos que as promessas de mudanças revelavam a incompatibilidade entre a cidadania propalada pelo novo governo e as altas taxas de analfabetismo que ainda resistiam no Brasil.

Nesse momento, Minas Gerais se lançou na busca por um modelo educacional e por medidas eficientes que dessem conta da alta demanda que existia em seu território, sendo esta, também, a perspectiva da Muriaé republicana.

Podemos entender por meio das medidas da Câmara Municipal de *Muriahé*, um interesse crescente pelo desenvolvimento urbano, sendo a contratação de empréstimos com o Estado um dos meios mais empreendidos pelo município para os investimentos em saneamento, luz e educação.

Nos primeiros anos da era republicana, vimos o distrito como agente atuante no que diz respeito à instrução em seus domínios, constituindo-se como setores políticos,

administrativos e pedagógicos em escalas menores, o que perdurou de 1890 a 1898. Infelizmente, não foi possível contemplar uma análise mais precisa de cada distrito por falta de fontes suficientes. Contudo, foi latente a atuação distrital na administração da educação em suas sedes, vilas e povoados.

Percebemos, também, que a relação município e distrito se tornam confusas, havendo, assim, ora uma clara disputa pelo poder local para com a educação, ora alianças, com acordos financeiros e materiais. A força distrital caiu paulatinamente, tornando crescente a centralização do poder por parte da Câmara municipal, como notamos a partir de 1898.

A partir de 1905 a 1920 foi iminente nas fontes a gestão de Antônio da Silveira Brum, que inaugurou uma era desenvolvimentista em Muriaé. Valendo-se de estratégias políticas, com o acúmulo de cargo municipal e estadual, o agente executivo, Dr. Brum, como era chamado, buscou estreitar os laços entre o município e o estado, contraindo, assim, um volume de verbas para o investimento nos espaços públicos. A maior concentração desses investimentos, entre os anos 1905 a 1918, no que concerne à educação, estavam dentro dos distritos, apesar de a sede, São Paulo do Muriaé, possuir o maior contingente populacional. Vale destacar que, na administração “brunista”, eram marcantes as verbas, isenção de impostos e concessão de terras a instituições particulares de ensino.

Dentre os empreendimentos dispostos pelo governo Brum, estava também a criação do primeiro grupo escolar local, situado na sede do município em São Paulo do Muriaé. A partir disso, as criações de outros grupos escolares nas sedes distritais se tornaram projetos de lei, sendo constante a criação destes e a consequente doação ao estado.

Apesar de tantos empreendimentos, ao findar os anos de 1920, conforme os dados do IBGE, o município ainda possuía índices de analfabetismo altos, nos levando a inquirir se as medidas dispendidas pela municipalidade eram eficientes e suficientes. Acreditamos, diante das fontes, que mediante a tamanha carência estrutural, o município não detinha ainda de condições para vencer as cifras alarmantes de analfabetismo local.

A crise política local se instaurou com a queda do governo Brum que foi impugnado por falta de comparecimento nas sessões Câmara. Contudo, notamos nas Ata um crescimento financeiro devido à alta da produção de café. Mas, as verbas dispendidas a partir de 1921 não eram tão representativas quanto as dispendidas nos anos da gestão “brunista”, que chegaram a cifras de 11,62%, as maiores em relação a investimentos em educação no município, no período republicano.

Um das contradições muito marcantes nos documentos se fez quando cruzamos os dados apresentados pelo Anuário Estatístico de Minas Gerais que apontam a existência de

apenas um grupo escolar em todo o município, mesmo em detrimento a lei de 01/09/1914 de criação de outros grupos escolares nas sedes dos distritos.

A Muriaé republicana representava uma agência política e pedagógica também quando previa a obrigatoriedade do ensino, pautada em punições para pais e tutores que não cumprissem as prerrogativas da lei.

Durante todo o período republicano, as iniciativas particulares eram subvencionadas e incentivadas. Os destaques para estas subvenções se davam mediante a atuação da Escola Normal São Paulo, que ofertava capacitação para os docentes locais. Outra instituição muito presente, no pleito pelas subvenções da Câmara era o Instituto Philomático Mineiro e o Instituto Profissional, que ofertavam capacitação profissional.

Nos últimos anos, isto é, os anos 30, a crise do café chegou ao município gerando queda na economia local. Infelizmente, apenas podemos supor que a crise chegou também no ensino, já que não possuímos dados que revelam quais os efeitos na educação muriaeense.

Assim, é importante salientar que, apesar das lacunas conscientes iminentes desse estudo, devido à falta de dados mais concretos, esse empreendimento buscou entender como aconteceu o processo de expansão do ensino promovido pela administração local.

Concluimos que Muriaé se lançou no desafio de melhorar as questões educacionais locais, se constituindo como “município pedagógico” o qual não se limitou apenas em investir nas questões políticas administrativas, mas buscou empreender recursos para aprimorar as questões relativas à educação.

#### 4. REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea; MAGALHÃES, Justino (Org.). **Os municípios e a Modernização educativa**. 1ed. Lisboa: Instituto de Educação, 2014.

ACCACIO, Liéte Oliveira. Os anos de 1920 e os novos cominhos da educação. **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.19, p. 111-116, set.2005.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. In: XIII Encontro de História Anpuh-Rio, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008, p. 1-12. Disponível em: <http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/durval.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017.

ANDRADE, Vitória Fernanda Schettini de. **Batismos e apadrinhamentos de filhos de mães escravas** – São Paulo do Muriaé 1852-1888.169f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2006.

\_\_\_\_\_. **Os sertões de São Paulo do Muriaé: terra, riqueza e família na Zona da Mata mineira de 1846-1888**. 227f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2011.

\_\_\_\_\_. **Espaço e território: a divisão administrativa da Mata Mineira**. In: XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH – Juiz de Fora. Profissão Historiador: Formação e mercado de trabalho. Juiz de Fora, 28 a 31 de julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Tropa e tropeiros numa economia nascente: São Paulo do Muriaé, 1848 a 1888**. (orgs.) ANDRADE, Vitória Schettini de; LAMAS, Fernando Gaudereto; SILVA, Rodrigo Fialho. *As várias faces de Minas: traços locais e regionais*. Editora EdERMG: BH, 2017.

ANDRADE, Renata Maia de; CARVALHO, Carlos Henrique de. A educação no Brasil Império: análise da organização da instrução na província de Minas Gerais (1850-1889). **História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel**, Pelotas, v.13, n.28, p.105-133, maio/ago 2009. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>> Acesso em: 20/01/2018.

\_\_\_\_\_. Civilidade, legislação e escolarização em Minas Gerais: a organização da instrução pública (1835-1889). **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.46, p.278-292, jun. 2012.

ARAÚJO, Marta Maria de. O debate sobre a escolarização primária organizada pela lei imperial de 1827 e reorganizada pelo Ato adicional de 1834. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DA AFIRSE, 10., 2001, Natal. **Anais...Natal: AFIRSE**, 2001, p.1-6.

AURNHEIMER FILHO, Sérgio P. O crepúsculo da política educacional imperial. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., **Anais...** Vitória: SBHE, 2008, p.1-16.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**: Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=255807&view=detalhes>>. Acesso em: 20 out. 2017.

BASTOS, A.C. Tavares. **A província**: estudo sobre a descentralização no Brasil. 3.ed. São Paulo: Nacional, 1975. Disponível em: < <http://www.brasiliana.com.br/brasiliana/colecao/obras/58/a-provincia-estudo-sobre-a-descentralizacao-no-brasil>>. Acesso em: 05 mai. 2017.

BARBOSA, RUI. Estatística e situação do ensino popular. In: **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Rio de Janeiro, 1883, p.1-25.

BARROSO, José de Assunção. Espaço, Território e Região: Pressupostos Metodológicos. In: TEMPOS, ESPAÇOS E REPRESENTAÇÕES: ABORDAGENS GEOGRÁFICAS E HISTÓRICAS, 1, 2013, Vitória da Conquista. **Anais...** Vitória da Conquista: UESB, 2013, p. 1-22.

BARROSO, José Liberato. **A Instrução Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Garnier, 1867. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227376>>. Acesso em: 28 set. 2017.

BITTENCOURT, Raul. A educação brasileira no Império e na República. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, 19, n.49, p. 41-76, mar. 1953

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19, n.38, p.253-281, mar. 1999.

CABRAL, Thalitha. **A criação do grupo escolar Silveira Brum e as relações entre matrícula, frequência e fluxo de promoção do ensino primário do educandário (1912-1930)**. Revista HISTDBR-online, n.52, set. 2013, p. 138-154.

CÂMARA, Jamila Aparecida Silva. Nas sombras dos cafezais: produção de subsistência em uma região cafeeira na segunda metade do século XIX (1850-1888).2014.105f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia- Universidade Federal de Niterói, 2014, 105f.

CANÊDO, Clovis J. Primórdios de Muriaé. **Revista de Historiografia Muriaeense**, Muriaé, n.1, p. 7-109, dez. 1977.

\_\_\_\_\_. Município de Muriaé: Evolução histórica, política e administrativa. **Revista de Historiografia Muriaeense**, Muriaé, n. 2, p.51-59, mai. 1979.

CANO, Wilson. Da década de 1920 a 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista Políticas Públicas**, São Luiz, v.16, n.1, p. 79-90, jan./jun. 2012.

CAPRI, Roberto. **Minas Gerais e seus Municípios**: Zona da Mata. São Paulo: Pocaia Wess & Com.,1916.

CARR, E.H. **Que é a História**. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CARVALHO, Carlos Henrique; CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de. O positivismo e o pensamento educacional de Durkeim. **Educação e Filosofia**, v.14, n.27, jan/junh. – julh/dez. 2000, p.81-88.

CARVALHO, Luciana Beatriz de Oliveira Bar de; SAVIANI, Demerval. A organização da instrução pública nas cidades de Uberabinha e Patos de Minas –MG: a educação e civilização (1888-1930). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6. , 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 2006, p.5211-5223.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à História do Município Pedagógico no Brasil e em Portugal: estudo comparado dos casos de Uberabinha e Mafra.** 280f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. Reformas Educacionais em Minas Gerais: instrução primária, modernidade e progresso (1906-1928). **Revista HISTDBR on-line**, Campinas, n.46, p. 219-237, junh.2012.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 e a História da Educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v.6, n. 11, p. 169-195, jan. /jun. 2006.

CASTRO, Francisco Rogério de. Constantino José Pinto. **Revista de Historiografia muriaeense**, Muriaé, n. I, p. 29-39, dez. 1977.

COSTA, Ana Valéria de Figueredo da. **Imagens fotográficas das professoras: uma estratégia visual do magistério em escolas municipais do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX.** 243f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DOIN et al. A Belle Époque Caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852 a 1930). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.27, n.53, p.91-122, 2007.

DURÃES, Sarah Jane Alves. Escola Primária e Formação Docente: ensinando a ser professor (a) na escola norma de Montes Claros (1889-1906). In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Org.). **O Município e a educação no Brasil: Minas Gerais na Primeira República.** 1.ed.Campinas: Alínea editora, 2012, p. 89-112.

FARIA, Maria Auxiliadora de. Os 175 anos da história de Muriaé, 1995.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. História da Educação e estatística escolar: o processo de escolarização em Minas Gerais no século 19. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, São Paulo, Inep, v.80, n.195, p.197-211, maio/ago de 1999.

\_\_\_\_\_. O Processo de Escolarização em Minas Gerais: Questões Tóricos-metodológicas e Perspectiva de Análise. IN: VEIGA, C.G., FONSECA, T.N. de L. (Org.). **História e Historiografia da Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003. P.77-97.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; REZENDE, Fernanda Mendes. História da Política Educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes da província. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, n.2, p.80-115, jul. /dez. 2001

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As ideias estão no lugar. **Cadernos de Debate**, n.1, São Paulo: Brasiliense, 1976. p.61-64

FUNDAÇÃO HASTENREITER. Primeiro alistamento eleitoral da vila de São Paulo do Muriaé. **Revista de Historiografia Muriaeense**. Fundação Hastenreiter, n.1. Ano I, Muriaé, dez. 1977..

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Município pedagógico. **Revista HISTEDBR on-line**. 2008. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb\\_c\\_municipio\\_pedagogico.htm#\\_ftn1](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_municipio_pedagogico.htm#_ftn1)>. Acesso em: 22 de dez. 2017.

\_\_\_\_\_. O município e a Educação em Minas Gerais: A implementação da Instrução Pública no início do período republicano. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v.13, n.28, p. 159-185, Maio/Ago 2009. Disponível em: <[file:///C:/Users/fast/Download/20021-112164-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/fast/Download/20021-112164-1-PB%20(1).pdf)>. Acesso em: 15/09/2017.

\_\_\_\_\_. Capital e interior: manifestações em prol da instrução pública em Ouro Preto e Uberabinha (MG) nos anos iniciais da República brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.26, n.2, p. 189-208, ago.2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v26n2/a09v26n2.pdf>>. Acesso em: 22/02/2018.

\_\_\_\_\_. O município e a Educação em Minas Gerais: a implementação da Instrução Pública no início do Período Republicano. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Org.). **O município e educação no Brasil: Minas Gerais na primeira República**. 1.ed. Campinas: Alínea editora, 2012, p.23-42.

\_\_\_\_\_. Repensando a História da Educação brasileira na Primeira República: o município pedagógico como categoria de análise. In: GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos Henrique de (Org.). **Ação municipal e educação na Primeira República no Brasil**. 1.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, p.19-35.

GONDRA, José Gonçalves; SHULLER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOUBET, Pierre. História Local. **Revista Arrabaldes**: por uma História democrática, Rio de Janeiro, n.1, p.69-83, mai. /ago. 1998.

GOUVEA, Maria Cristina Soares de. A escolarização da criança brasileira no século XI apontamento para uma re-escrita. **Revista Educação em Questão**. Natal, v.28, n.14, p.121-146, jan. /jun. 2007.

KAPPEL, Marília Neto. **O pensamento educacional de Estevam de Oliveira expresso através do jornal Correio de Minas (1897-1908)**. 102f. Dissertação (Mestrado em

Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, Minas Gerais, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas**. Volume I. 137p. Rio de Janeiro 1990. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS-RJ/DRB/Divisao\\_regional\\_v01.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS-RJ/DRB/Divisao_regional_v01.pdf)>. Acesso em 14/02/2018.

LECLERK, Max. Cartas do Brasil. Trad; prefácio e notas Sérgio Millet. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1942. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/cartas-do-brasil/pagina/22/texto>>. Acesso em: 24/10/2017.

LUDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: Abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. 128p.

MAGALHÃES, Justino. Do Portugal das Luzes ao Portugal Democrático. Atlas dos Municípios da Educação. Instituto de Educação de Lisboa. Dezembro de 2014. Disponível em: <[www.ie.ulisboa.pt](http://www.ie.ulisboa.pt). Acesso em: 15 de jun. /2016. 198f.> Acesso em 24 jan. 2018.

MILAGRE JUNIOR, Sérgio Luiz. A República e a vadiagem: abordagens sobre os vadios em Minas Gerais (1895-1901). In: Encontro Regional de História, 2014, XIX, 2014, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: ANPUH, 2014, p.1-9. Disponível em: <[http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401282036\\_ARQUIVO\\_1SergioLuizMilagreJunior-Anpuh.pdf](http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1401282036_ARQUIVO_1SergioLuizMilagreJunior-Anpuh.pdf)>. Acesso em 24 jan. 2018.

MINAS GERAIS. Lei n 439 de 28 de setembro de 1906. **Coleção de Leis e Decretos de Minas Gerais**, Belo Horizonte, Minas Gerais, 1906. Disponível em: <<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=439&ano=1906>>. Acesso em: 18 de fev. de 2018.

MOACYR, Primitivo. Minas Gerais. In: \_\_\_\_\_. A instrução e as províncias: Subsídios para História da Educação no Brasil (1834-1889). V.3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 64-225. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-iii/pagina/580/texto>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MOURÃO, Paulo Kruger Correa. **O ensino em Minas Gerais no tempo do Império**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisa Educacional, 1959.

\_\_\_\_\_. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República**. Belo Horizonte: Centro Regional de Pesquisa Educacional, 1962.

MONTALVÃO, Sérgio. Educação na ordem constitucional brasileira: da Monarquia à República. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro, n.11, p.217-230, jan./julh. 2011.

MUSIAL, Gilvanice Barbosa da Silva. **A emergência da escola rural em Minas Gerais (1892-1899):** quando a distinção possibilita a exclusão. 250f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação UFMG, Belo Horizonte, 2007.

NASCIMENTO, Maria Izabel Moura; ZANLONRENZI, Claudia Maria Petchak. Liberalismo e Educação no início do século XX. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v.14, n.3, p. 931-940, set. /dez. 2015.

NETO, Silveira. A democracia direta na Primeira República mineira. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v.18, n.72, p.339-342, out./dez 1979.

OLIVEIRA, Eliana de. **O processo de produção da profissão docente:** Profissionalização, prática pedagógica e associativismo dos professores públicos primários em Minas Gerais (1871-1911). 2011. 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

OLIVEIRA, Luiz Antônio de; MACHADO, Maria Cristina Gomes. **Primitivo Moacyr e o processo de construção da escola pública no Brasil.** Seminário de Pesquisa do programa de pós-graduação em educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008. Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2008/pdf/c036.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2008/pdf/c036.pdf). Acesso em 05/02/2018.

OLIVEIRA, Sandra Maria de. **Grupo escolar em Minas Gerais: análise da legislação na Primeira República (1906-1924).** 154f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2012.

PATTO, Maria Helena de Souza. Estado, ciência e política na primeira República: a desqualificação dos pobres. **Estudos Avançados IEA-USP**, São Paulo, v.13, n.35, p.167-198, jan./abr. 1999.

PEIXOTO, Joel Manoel. **Tópicos da História de Muriaé.** Volume I. Muriaé: Edição do Autor, 2013, p. 239.

\_\_\_\_\_. **Tópicos da História de Muriaé.** Volume II. Muriaé: Edição do Autor, 2015, p. 250.

PIEMONTE, Elizabeth. A trajetória da instituição de 1905-1906. In: **Meninos institucionalizados:** a construção do caminho. São Paulo: Arte & ciência, 2000, p. 43-64.

PERES, Tirsia Regazzini. Educação brasileira no Império. **UNESP**, São Paulo, p.1-23, 2006.

ROCHA, Fernanda Cristina Campos da. **A Reforma João Pinheiro nas práticas escolares do Grupo Escolar Paula Rocha – Sabará (1907 a 1916).** 141f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ROCHA, Marlon Bessa Mendes da. O ensino elementar no Decreto Leôncio de Carvalho: “visão de mundo” herdada pelo tempo republicano? **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.15, n.43, p.126-147, abri.2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n43/a09v15n43.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil de 1930-1970**. 8.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

SARAIVA, Luiz Fernando; SILVA, Lílian França da. **Minas Gerais, regionalização e identidade, 1821-1893**. In: XIV Seminário sobre a economia mineira, 2010, Diamantina. Anais do XIV Seminário sobre a economia mineira. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2010.v.1. Disponível em: [www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/ .../D10A082.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/.../D10A082.pdf).

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SILVA, Michele Pereira; FILHO, Geraldo Inácio. Mulher e Educação católica no Brasil (1889-1930): do lar para escola ou da escola para o lar? **Revista HISTEDBR on-line**, Campinas, n.15, p. 1-9, set. 2004.

SHULLER, Alessandra F. Martinez de. Crianças e escolas na passagem do Império para República. **Revista Brasileira de História on-line**, São Paulo, v.19, n.37, p. 59-84, set.1999.

SHULLER, Alessandra F. Martinez de; MAGALDI, Ana Maria. Educação escolar na primeira República: memória, história e perspectiva de pesquisa. **Revista do Departamento de História da UFF**, Niterói, v.26, p.32-55, 2009.

SOUZA, Jane Aparecida Gonçalves de. **Avaliações X Relações de poder: um estudo do projeto da Nova Escola**. 174f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

TOLEDO, Cezar de Alencar Arnaut; JÚNIOR, Oriomar Skalinski. A imprensa periódica como fonte para a História da Educação: Teoria e Método. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 48, p. 255-268, dez. 2012.

VEIGA, Cyntia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Belo Horizonte: a escola e os processos educativos no movimento da cidade. **Varia História**, Belo Horizonte, n.18, p. 203-222, set.1997.

\_\_\_\_\_. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. **Revista Brasileira de História e Educação**, v.11, n.1, p. 143-178, jan. / abr. 2011.

VERMELHO, José de Oliveira. Município de Muriaé: Formação administrativa. **Revista de Historiografia muriaeense**, Muriaé, MG, n.1, p.7-130, nov.1983.

VIOTTI, Emília. **Da Monarquia a República: momentos decisivos**. 6.ed. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

ZICHIA, Andrea de Carvalho. **O direito a educação no período imperial: um estudo de suas origens no Brasil**. 128f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

## **5. APÊNDICES**

### **5.1 LISTA DE FONTES ANALISADAS**

#### **5.1.1 FONTES DOCUMENTAIS**

ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE MURIAÉ – Livros de Atas da Câmara Municipal de Muriaé 1871-1930.

Livros de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1871-1873. CX 1.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1879-1885. CX 1.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1888 – 1890. CX 1.

Livro de Atas do Conselho Distrital de Nossa Senhora do Glória, 1898. CX 2.

Livro de Estatuto do Conselho Distrital de Nossa Senhora do Glória, 1898. CX 2.

Livro de Atas do Conselho Distrital de Nossa Senhora do Glória, 1892-1898. CX 2.

Livro de Atas do Conselho Distrital de Nossa Senhora do Glória, 1898-1902. CX 2.

Livro de Atas do Conselho Distrital de Nossa Senhora do Glória, 1902-1903. CX 2.

Livro de Atas do Conselho Distrital de Rosário da Limeira, 1892-1902. CX 2.

Livro de Atas do Conselho Distrital de São Francisco e Boa Família, 1892-1894. CX 2.

Livro de Atas do Conselho Distrital de Bom Jesus, 1892-1902. CX 2.

Livro de Atas do Conselho Distrital de Dôres da Vitória, 1892-1893. CX 2.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1897-1898. CX 3.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1898-1899. CX 3.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1899-1900. CX 3.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1901-1905. CX 4.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1901 a 1922. CX 4.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1905-1908. CX 4.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 1908-1911. CX 4.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé (Reconhecimento dos Poderes), 1922-1927. CX 4.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé (Reconhecimento dos Poderes), 1923-1926. CX 4.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 09/10/1911-01/02/1913. CX 5.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 01/03/1913-02/10/1914. CX 5.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 01/12/1914-04/10/1916. CX 5.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 05/10/1916-01/09/1920. CX 5.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 02/09/1920-01/03/1921. CX 5.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 03/03/1921-03/11/1921. CX 5.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 05/11/1921-01/11/1923. CX 6.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 01/11/1923-09/11/1926. CX 6.

Livro de Atas da Câmara Municipal de Muriaé, 09/11/1926-01/06/1930. CX 6.

### 5.1.2 JORNAIS DE MURIAÉ

OLIVEIRA, Estevam José d'. Iluminação Pública. **Jornal Muriahé**. Ano I, n.I. São Paulo do Muriahé, 01 de setembro de 1887, p.1.

OLIVEIRA, Estevam José d'. Interesses Locaes. **Jornal Muriahé**. Ano I, n. II. São Paulo do Muriahé, 04 de setembro de 1887.

OLIVEIRA, Estevam José d'. Variola em Ouro Preto. **Jornal Muriahé**. Ano I, N III. São Paulo do Muriahe', 15 de setembro de 1887.

PEREIRA, Valeriano Alves. Melhoramentos Locais. **Jornal Muriahé**. Ano I, n. VII. São Paulo do Muriahé, 09 de outubro de 1887.

PEREIRA, Valeriano Alves. As reuniões da Câmara. **Jornal Muriahé**. Ano I, N VII. São Paulo do Muriahé, 18 de outubro de 1887.

PEREIRA, Valeriano Alves. Interesses Locaes. **Jornal Muriahé**. Ano I. São Paulo do Muriahé. Dezembro de 1887.

PEREIRA, Valeriano Alves. Escola na Barra. **Jornal Muriahé**. Ano I. São Paulo do Muriahé, 13 de dezembro de 1887.

S.M.I. Instrução Pública. **Jornal Muriahé**. Ano I, n. XXII. São Paulo do Muriahé, 15 de abril de 1888.

JACMOR. Instrução Pública. **Jornal Muriahé**. Ano I, n. XXXIV. São Paulo do Muriahé, 22 de abril de 1888.

AQUINO, Dr. Clovis de. Algumas considerações sobre as infecções intestinais; profilaxia e tratamento. **Alto do Muriahé**. São Paulo do Muriahé, junho de 1914.

BRUM, Antônio da Silveira. Câmara Municipal: lei n.4 de 04 de abril de 1914. **Alto do Muriahé**. Ano I, n. 7. São Paulo do Muriahé, 19 de abril de 1914.

GYNÁSIO SÃO VICENTE DE PAULO. **Alto do Muriahé**, Ano II, n.4. São Paulo do Muriahé, 22 de fevereiro de 1915.

ATHENEU SÃO PAULO. **Alto do Muriahé**, Ano II, n.4. São Paulo do Muriahé, 22 de fevereiro de 1915.

CÂMARA DOS DEPUTADOS – PARECER N.40 DE 195. **Alto do Muriahé**. Ano II, n. 9. São Paulo do Muriahé, 09 de maio de 1915.

A INSTRUÇÃO EM BOM JESUS. **Alto do Muriahé**, Ano II, n.19. São Paulo do Muriahé, 01 de agosto de 1915.

ESCOLA NORMAL. **Alto do Muriahé**, Ano II, n.33. São Paulo do Muriahé, 14 de novembro de 1915.

EXTERNATO MURIAEENSE. **Alto do Muriahé**, Ano III, n. 91. São Paulo do Muriahé, 28 de janeiro de 1917.

AOS LAVRADORES. **Alto do Muriahé**. Ano IV, n.95. São Paulo do Muriahé, 04 de março de 1917.

NELSON, E. Pela Instrução. **Alto do Muriahé**, Ano IV, n. 99. São Paulo do Muriahé, 01 de abril de 1917.

NELSON, E. Contra o Analfabetismo. **Alto do Muriahé**, Ano IV, n.126. São Paulo do Muriahé, 14 de outubro de 1917.

INSTITUTO PROFISSIONAL. **O Operário**, Ano X, n. 488. São Paulo do Muriahé, 15 de dezembro de 1929.

### 5.1.3 ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

ACTA DE EXAMES DE PROFESSORES DE MURIAÉ E DISTRITOS. Ip  $\frac{3}{4}$  cx 09 (1871-1888) e ip  $\frac{3}{4}$  cx 28 (1886-1893).

INSPECTORIA GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA- Matrícula de Professores 1872-Arquivo Geral da secretária do Interior – IP 22 – 1872.

MATRÍCULA DE PROFESSORES - IP12 – 1854-74.

INSTRUÇÃO PÚBLICA - Matrícula de Professores de Instrução Primária - IP25 – 1872-74.

MATRÍCULA DE PROFESSORES DE INSTRUÇÃO PÚBLICA - IP34 – 1854-87.

MATRÍCULA DE PROFESSORES DE INSTRUÇÃO PÚBLICA - IP42 – 1877-87.

MATRÍCULA DE PROFESSORES DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA - IP44 – 1882-93.

MATRÍCULA DE PROFESSORES DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA - IP44 – 1882-93.

INSTRUÇÃO PÚBLICA - MATRÍCULA DE PROFESSORES DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA - IP60 – 1890-93.

REGISTRO DE MAPAS DAS ESCOLAS DE INSTRUÇÃO PRIMÁRIA - IP76 – p. 29

#### 5.1.4 DOCUMENTOS DIGITALIZADOS

ANNUÁRIO ESTATÍSTICO DE MINAS GERAIS. Disponível em: <https://archive.org/details/anuario1922mg>. Acesso em 10 de nov. de 2017.

RECENCEAMENTO DO BRASIL EM 1872. **Parochia de São Paulo do Muriahé.** População em relação as idades. Presentes (População de fato). 1872. 582 p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv25477\\_v8\\_p2\\_mg.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv25477_v8_p2_mg.pdf)> Acesso em: 22/12/2016

RECENCEAMENTO DO BRASIL EM 1872. **Províncias de Minas Geraes.** Dados em relação aos sexos e gráo de instrução. 1872. 141p. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv25477\\_v1\\_br.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualização/livros/liv25477_v1_br.pdf)>. Acesso em: 22/12/2016.

## 5.2 MAPA DAS CADEIRAS ESTADUAIS DOS PROFESSORES – 1870 A 1889

### MAPA DAS CADEIRAS ESTADUAIS DOS PROFESSORES – 1870 A 1889

Localidade	Professores	Data
Boa Família	Antonio Camillo de Souza	1880
	Elisa de Souza Mattos	1882
	Manoel Pedro de Mattos Sobrinho	1882
	Marianna Candida de Campos	1882
Dores da Vitória	Maria Rachel da Fonseca	1882
Estação Branco Verde	Verissimo Toledo Silverio Carvalho	1888
	Antônio Carlos da Costa Carvalho	1872
Muriaé	Francisco Alves Pereira	1872
	Ignacio Bartholomeu Pereira	1872
	Jerônimo Gonçalves Ferreira Bretas	1872
	Marciano Alvares Pereira	1872
	Maria Guilhermina de Mesquita	1872
	Antônio Carlos da Cunha	1873
	João José de Souza	1874
	Antônio Ferreira Torres	1878
	Felisberta Eulalia de Barros	1880
	Theophilo Augusto da Fonseca	1880
	Alfredo José d'Oliveira	1887
	Antonia Furtado Leite	1887
	Antonia Philomena da Costa Carvalho	1887
	Aristides Ferraz da Rocha	1887
	Herculano Baptista Vellozo	1887
	Horacio Antonio Berlinda	1887
	Irenon Procópio de Abreu Reis e Freitas Drumond	1887
	João Etienne Arreguy	1887
	Joaquim Maria Alvernar	1887
	José Guilherme dos Santos	1887
	Romão Luiz Vasconcelos	1887
	Sebastião Salatiel	1887
	Ubalдина Ferreira de Carvalho	1887
Fellipe João da Costa	1888	
Nossa Senhora do Glória	Antônio Capriano Junior	1872
	Marçal de Paula Dias Bicalho	1872
	Pedro Pereira Lima	1872
	Manoel Ferreira da Fonseca	1873
	Marçal Augusto Figueiredo	1882
	Stephanio Guilherme Ferreira de Mello	1887
Patrocínio	Antonio Francisco de A. Gonçalves	1874
	José Joaquim Gomes Figueiredo Junior	1882
	Luzia da Silveira e Silva	1882
	Margarida Angelica de Faria	1882
	Maria Belmira da Trindade	1882
	Manoel Dias Tavares	1887

	Manoel Isidoro da Silva	1887
	Maria Cleto de Azevedo Coutinho	1887
	Matheus de Faria	1888
Rosário da Limeira	Antonio de Christo Rodrigues Silva	1880
	Manoel Rodrigues Santos	1888
Santa Lusía do Carangola	Gervaso José da Silva Braga	1871
	Berlaminda Aquino Pereira Lima	1879
Santa Rita do Glória	Maria Magdalena de Jesus	1881
	Antonio Caetano de Oliveira	1882
	Candida Pedro da Costa Souza	1882
	Severino da Silva Braga	1882
Santo Antônio do Carangola	José João Damasceno	1877
Santo Antônio do Glória	Maria Ethelvina de Souza	1882
Santo Antônio do Pirapetinga	José Germano	1882
	Duarte Mitrão	1872
	Manoel Pinto Brandão	1872
	Mathias Moreira da Silva	1872
São Francisco do Glória	Joaquim Moreira da Silva Bruno	1874
	Olympio de Paula Monteiro	1875
	Antônio Bernardes de Meirelles	1877
	Laurinda Cecília Moreira	1880
	Antônio Cassiano Junior	1882
	Antônio José de Alves	1872
	Januário Bittencourt Godinho	1872
	José Ferreira Pinto	1872
São Sebastião da Cachoeira Alegre	Manoel de Rocha Souza	1872
	Olympio José Faustino	1872
	Thomaz José de Souza Lima	1872
	José Maria dos Santos	1873
	João Luiz Izidoro	1875
	Carlos Antunes Albuquerque Silva	1882
	Ermelinda Pinto de Carvalho	1874
	Eugênia dos Reis Velasco	1874
São Sebastião da Mata	Firmino Augusto de Albuquerque	1877
	Americo Ramos	1882
	Adelaide Augusta da Rocha	1888
	Bento Antônio Machado	1872
Tombos de Carangola	Francisco das Chagas Cerqueira	1872
	João José Pereira	1882

**Fonte:** Tabela produzida pela autora a partir de dados do Arquivo Público Mineiro.

### 5.3 LISTA DE ESCOLAS MUNICIPAIS CRIADAS EM 1898 A 1921 (REPÚBLICA)

#### ESCOLAS MUNICIPAIS CRIADAS EM 1898 A 1921 (REPÚBLICA)

Localidade	Ano	Nº. Escolas	Responsável
Nossa Senhora do Glória	1898	2	Conselho Distrital
Rosário da Limeira	1898	3	Conselho Distrital
Capetinga	1898	1	Câmara Municipal
Sapucaia	1898	1	Câmara Municipal
Rosário da Limeira (Camargo)	1898	1	Câmara Municipal
Muriaé (bairro da Barra)	1899	1	Câmara Municipal
Muriaé (bairro do Porto)	1899	1	Câmara Municipal
Nossa Senhora do Glória	1900	1	Conselho Distrital
Dores da Vitória (Andorinha)	1900	1	Câmara Municipal
Santa Rita do Glória (Ribeirão dos Barbosas)	1900	1	Câmara Municipal
Bom Jesus da Cachoeira Alegre	1900	1	Câmara Municipal
Muriaé (Jacaré)	1910	1	Câmara Municipal
Muriaé	1910	1 (grupo)	Câmara Municipal
Patrocínio do Muriaé	1914	1 (grupo)	Câmara Municipal
Santa Rita do Glória	1914	1 (grupo)	Câmara Municipal
Nossa Senhora do Glória	1914	1 (grupo)	Câmara Municipal
Bom Jesus da Cachoeira Alegre	1914	1 (grupo)	Câmara Municipal
Dores da Vitória	1914	1 (grupo)	Câmara Municipal
Boa Família (S. Fernando e Macuco)	1914	2 (grupo)	Câmara Municipal
Rosário da Limeira (Camargo e Sto. Antônio de Belisário)	1914	2 (grupo)	Câmara Municipal
Boa Família	1914	1 (grupo)	Câmara Municipal
Santa Rita do Glória (Babylônia)	1920	1	Câmara Municipal
Santa Rita do Glória (Monte Alverne)	1920	1	Câmara Municipal
Muriaé (Boa Sorte)	1920	1	Câmara Municipal
Bom Jesus da Cachoeira Alegre	1920	1	Câmara Municipal
Santo Antônio do Glória	1920	1	Câmara Municipal
Muriaé (Barra e Porto)	1920	2	Câmara Municipal
Nossa Senhora do Glória	1921	1	Câmara Municipal

**Fonte:** Tabela produzida pela autora a partir de Atas da Câmara Municipal de Muriaé: 1898 a 1921.